



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS - PROFLETRAS**

ELCIANE DE LIMA PAULINO

**DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
*TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA***

GUARABIRA - PB
2018

ELCIANE DE LIMA PAULINO

**DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
*TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA***

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras: PROFLETRAS da Universidade Estadual da Paraíba – Centro de Humanidades, na área de concentração Linguagens e Letramentos e linha de pesquisa Leitura e Produção Textual: diversidade social e práticas docentes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Rosângela Neres Araújo da Silva.

GUARABIRA - PB
2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P328d Paulino, Elciane de Lima.
Dialética política no ensino fundamental [manuscrito] :
Triste Fim de Policarpo Quaresma x Carta Magna / Elciane de
Lima Paulino. - 2018.
130 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Profissional em Letras em Rede
Nacional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Profa. Dra. Rosângela Neres Araújo Silva,
Coordenação do Curso de Letras - CH."

1. Dialogismo. 2. Aprendizagem. 3. Cidadania. 4.
Letramento Literário.

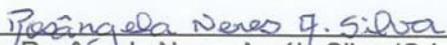
21. ed. CDD B869.93

ELCIANE DE LIMA PAULINO

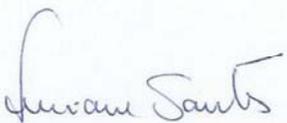
**DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL:
TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA**

Aprovada em: 23/02/2018.

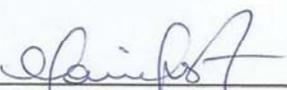
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Rosângela Neres Araujo Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Luciane Alves Santos (Avaliadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dra. Maria Suely da Costa (Avaliadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus filhos, pela esperança e felicidade
de todos os dias, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, da humildade e do amor.

Aos meus pais, pelo amor incondicional e pelo grande e genuíno interesse em minhas conquistas.

Ao meu esposo Ivan Paulino, por construirmos juntos uma história de fé, amor, e cumplicidade.

Aos meus filhos, por serem meu sorriso constante, minha lágrima de alegria e o norte de minhas mais nobres decisões.

Aos meus irmãos Elton Lima, Elvis Lima e Erick Lima, por serem pessoas admiráveis e grandes exemplos, e ainda a Elvis Lima, por cada palavra e por todo o conhecimento transmitido.

Aos amigos do Profletras, em especial, à amiga Evanice Guedes, pelos conhecimentos compartilhados e diálogos edificantes.

À amiga Alcidema Santos, pela solidariedade, simpatia e irmandade.

Às minhas amigas Daniele Fernandes e Damiana Soares, porque estão sempre presentes em minha vida, ajudando-me a trilhar caminhos.

Ao meu ex-aluno Antonio Gomes da Silva Junior, pela credibilidade e confiança no meu trabalho docente, e pela esperança na política do bem comum.

À CAPES, pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional.

À Professora Rosângela Neres, pelo respeito e cuidado com a minha pesquisa, pela segurança e abertura de espírito, bem como pela ciência de que está participando da constituição de uma nova mestra.

Aos demais professores do Profletras, por me fazerem perseverar ao enfrentar críticas e pelo exemplo de educadores que são.

À Prof. Dra. Luciane Alves Santos e à Prof. Dra. Maria Suely Costa, por avaliarem este trabalho e discutirem nossos pontos de vista.

Ao Governo do Estado da Paraíba, em especial, à Karla Verônica Leite Montenegro Oliveira Costa e à Maria de Fátima Dias do Nascimento, por compreenderem a importância da qualificação do professor.

Aos meus alunos e amigos profissionais da Escola John Kennedy, por me fazerem a cada dia uma nova professora.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu me tornasse a pessoa que hoje sou.

*Quando se sonha sozinho é apenas um sonho.
Quando se sonha juntos é o começo da realidade.*

- Miguel de Cervantes

RESUMO

A partir dos anos 1990, as pesquisas relacionadas ao ensino de língua começaram a se embasar numa concepção de linguagem como interação, sugerindo que os gêneros textuais/discursivos fossem tomados como objetos de ensino-aprendizagem. Não obstante, tomar os gêneros como objetos de ensino têm-se tornado um grande desafio, tanto que os alunos chegam ao último ano do ensino fundamental com dificuldades em utilizar procedimentos necessários para acesso de conteúdos e produção de sentidos, especialmente, em se tratando da análise de gêneros e utilização de estratégias não-lineares durante o processamento da leitura, bem como em articular conhecimentos e estabelecer relações entre enunciados. Nesse sentido, buscando contribuir para a formação de leitores e cidadãos críticos, desenvolvemos esta dissertação que consiste na apresentação de uma pesquisa realizada numa turma de 9º ano do ensino fundamental, de uma escola pública da rede estadual, do município de Guarabira-PB. A pesquisa teve por objetivo analisar com os alunos a natureza política do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, considerando as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço da situação concreta do enunciado, articulando tal discurso com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão. Tomamos por base os estudos de Bakhtin (2000 e 2014); Candido (2006); Cosson (2014); os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998); Fiorin (2016); Moisés (2006); entre outros. A partir da escolha do gênero romance, elaboramos a pesquisa de cunho bibliográfico, analítico, descritivo e interventivo, que envolveu a participação de pesquisados e pesquisadores, com vistas à atuação para minimização do problema. Para tanto, sistematizamos as atividades, vinculando os eixos básicos: uso da língua oral e escrita e reflexão sobre a língua e linguagem (PCN-BRASIL, 1998), por meio da sequência expandida do letramento literário proposta por Rildo Cosson (2014). Dessa maneira, a coleta de dados partiu das práticas de oralidade, leitura e produções escritas no âmbito de sala de aula, desde a atividade diagnóstica, que consistiu em identificar as preferências de leitura dos educandos, às etapas da sequência expandida (motivação, introdução, leitura, primeira interpretação, contextualização, segunda interpretação e expansão). Desse modo, o *corpus* da pesquisa compõe-se das produções realizadas em cada etapa da intervenção. Após a execução da proposta interventiva, as análises realizadas apontaram para uma maior participação e motivação dos alunos para atividades de leitura, análise e reflexão da língua, bem como para a aquisição de novos procedimentos e uma maior interação com o texto literário. Os educandos foram além da construção dos sentidos de um texto literário ao perceberem, na leitura, o poder expressivo e humanizador da literatura, bem como a possibilidade de uma sólida orientação social para o exercício da cidadania a partir dos conhecimentos adquiridos.

Palavras-Chave: Letramento literário. Dialogismo. Aprendizagem. Cidadania.

ABSTRACT

After the age of 90, the researches related to the teaching of language began supporting on a design of language for interaction, suggesting that the textual and discursive genres to be taken as objectives of teaching-learning. Notwithstanding, to use the genres as learning objectives has become ever a great challenge, so much that the students pass to the last school year of elementary school with difficulties to use procedures necessary to access contents and to produce senses, especially, in the matter of the gender analysis and application of non-linear strategies during the processing of reading, while also underpinning knowledges and establishing relations between principles. That way, seeking to contribute to the education of readers and critical citizens, we developed this dissertation which consists of presentation of research-action conducted in a classroom of 9th year of the elementary school, in a state school in Guarabira-PB. The purpose of research was analysed the political nature of the romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, by Lima Barreto, considering the dialogism forms through of language, articulating this speech with the Brazilian Federal Constitution and its precepts the citizens rights. We have taken as basis the researches by Bakhtin (2000 and 2014); Candido (2006); Cosson (2014); Brasil (1998); Fiorin (2016); Moisés (2006); among others. After the choose of the gender romance, we have elaborated the research of bibliographic, analytical, descriptive and interventional value, which involved the participation of researchers and investigated people, to actuate to minimize the problems. For this purpose, we have systematized the activities, linking the central ideas: use of the oral and written language and reflexion about the language (BRASIL, 1998), through the sequence expanded of the literacy proposed by Rildo Cosson (2014). That way, the data collection arose from the practices of oral communication, reading and writing productions in the classroom, since diagnostic activity, which consisted in identifying the preferences of reading of the learners, until the stages of sequence expanded (motivation, introduction, reading, first interpretation, contextualization, second interpretation and expansion). Therefore, the body of the research consists of the made productions in each step of the intervention. After the execution of the interventional proposal, the analysis carried directed towards greater participation and motivation of the students for the reading, analysis and language reflexion, as well as for the acquisition of the new procedures and a greater interaction with the literary text. The learners went other than building of the meanings of the literary text, after understanding in the reading the expressive and humanizing power of the literature, as well as the possibility of a solid social orientation for the citizenship exercise on the basis of the acquired knowledges.

Keywords: Literary literacy. Dialogism. Learning. Citizenship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sequência expandida do letramento literário	67
Quadro 2	Atividade referente à produção de paródia do Segundo Intervalo de leitura	74
Quadro 3	Atividade do grupo 2, referente à etapa do Primeiro intervalo de leitura	86
Quadro 4	Atividade do grupo 3, referente ao Primeiro intervalo de leitura	86
Quadro 5	Atividade do grupo 4, referente ao Primeiro intervalo de leitura.....	88
Quadro 6	Atividade do grupo 5, referente ao Primeiro intervalo de leitura	88
Quadro 7	Paródias produzidas referentes ao segundo intervalo de leitura ...	90
Quadro 8	Atividade de contextualização histórica referente ao terceiro intervalo de leitura	92
Quadro 9	Produções referentes à etapa de primeira interpretação	95
Quadro 10	Disposição do conteúdo temático nos enredos produzidos pelos alunos	98
Quadro 11	Análise da natureza política da obra realizada pelos alunos	102
Quadro 12	Roteiro do júri simulado	113
Quadro 13	Transcrição de conversa entre mãe e aluna no Whatsapp.....	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O ENSINO DA LÍNGUA NUMA PERSPECTIVA SOCIODISCURSIVA	16
2.1	A prática de leitura na escola	20
2.2	A leitura literária no ensino fundamental	22
3	DIÁLOGOS POLÍTICOS NO ROMANCE TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA, DE LIMA BARRETO	25
3.1	Do gênero romance	27
3.2	Das categorias intrínsecas do texto literário	31
3.2.1	Ponto de vista	31
3.2.2	Personagens	32
3.2.3	Tempo	33
3.2.4	Espaço	34
3.2.5	Cronotopos	36
3.2.6	Estilo linguístico	39
3.2.7	Composição	41
3.2.8	Enredo	42
4	A INTERDISCURSIVIDADE COM A CARTA MAGNA	46
4.1	Art. 5º <i>versus</i> Nacionalismo de Policarpo Quaresma	47
4.1.1	Incisos IX e XLI <i>versus</i> Restrição de liberdade de expressão ou Dano moral não reparável	48
4.1.2	Inciso X <i>versus</i> Descumprimento da promessa de casamento	50
4.1.3	Inciso XXII <i>versus</i> Expropriação de terras	51
4.1.4	Incisos XLI e XLII <i>versus</i> Preconceito racial	53
4.1.5	Inciso XLVII <i>versus</i> Triste fim de Policarpo Quaresma	54
4.2	Art. 13 <i>versus</i> Proposta de alteração idiomática	56
4.3	Art. 37 <i>versus</i> Improbidade administrativa	57
4.4	Art. 40 <i>versus</i> Ameaça de demissão	57
4.5	Art. 205 <i>versus</i> Exclusão educacional	59
4.6	Art. 206 <i>versus</i> Polêmica na Arte	59
5	DELINEAMENTO DA PESQUISA	61
5.1	Contexto da pesquisa	61
5.1.1	Ambiente da pesquisa	61
5.1.2	Sujeitos da pesquisa	63
5.1.3	Delimitação do corpus	63
5.2	Aparatos metodológicos	64
5.3	Aparatos analíticos	64
5.4	Proposta de intervenção	65

5.4.1	Atividade diagnóstica	66
5.4.2	Sequência expandida do letramento literário	67
6	DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ...	69
6.1	Da atividade diagnóstica	69
6.2	Da realização da sequência expandida	70
6.2.1	Motivação	70
6.2.2	Introdução	71
6.2.3	Leitura	73
6.2.3.1	Primeiro intervalo de leitura	73
6.2.3.2	Segundo intervalo de leitura	74
6.2.3.3	Terceiro intervalo de leitura	75
6.2.4	Primeira interpretação	76
6.2.5	Contextualização	76
6.2.5.1	Contextualização histórica.....	77
6.2.5.2	Contextualização temática	77
6.2.5.3	Contextualização presentificadora	77
6.2.6	Segunda interpretação	78
6.2.7	Expansão	79
7	ANÁLISE DO CORPUS	81
7.1	Análise da Atividade diagnóstica	81
7.2	Análise da etapa de Motivação	82
7.3	Análise da etapa de Introdução	83
7.4	Análise da etapa de Leitura	84
7.4.1	Análise da etapa do Primeiro intervalo de leitura	84
7.4.2	Análise da etapa do Segundo intervalo de leitura	88
7.4.3	Análise da etapa do Terceiro intervalo de leitura	92
7.5	Análise da etapa de Primeira interpretação	94
7.6	Análise da etapa de Contextualização	100
7.6.1	Análise da etapa de Contextualização histórica	100
7.6.2	Análise da etapa de Contextualização temática	101
7.6.3	Análise da etapa de Contextualização presentificadora	111
7.7	Análise da etapa de Segunda interpretação	112

7.8	Análise da etapa de Expansão	121
7.9	Contribuições da proposta de intervenção, através da sequência expandida do letramento literário, para o ensino-aprendizagem da leitura	123
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	128
	ANEXOS	
	APÊNDICES	

1 – INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da linguística precede o ponto de vista ou é o ponto de vista que cria o objeto? Optamos por introduzir este estudo com a mesma reflexão feita por Ferdinand de Saussure, no capítulo III, do Curso de Linguística Geral. A perspectiva adotada neste estudo não prioriza os aspectos estruturalistas da língua como o fez o pai da Linguística, porém concordamos que, na ciência da linguagem, é o ponto de vista que cria o objeto.

Ao presenciarmos uma discussão entre alunos, numa dada situação comunicativa, no contexto de sala de aula, sobre o tema “política”, o termo refratou dupla perspectiva semiótica: de um lado, um dos alunos defendeu que a política é boa, bonita e limpa, de outro lado, retrucaram dizendo que a política é limpa na ficção, mas na realidade é suja e corrupta.

Como resolver o problema entre a unicidade e a pluralidade das significações? Nos estudos de Bakhtin (2014), ele é incisivo ao afirmar que só a dialética pode resolver esse problema, já que a interação verbal constitui o objeto da linguística.

Na Grécia Antiga, dialética equivalia a diálogo, passando depois a ampliar-se da dimensão restrita do diálogo para o exercício do movimento pela argumentação. A dialética tornava-se um diálogo argumentativo e conflitivo, que envolvia contrapontos diferentes numa relação comunicativa (DINIZ; SILVA, 2008, p.13).

Nesse caso, conforme a perspectiva adotada, em um dado momento histórico-cultural, teremos sempre um novo objeto de estudo.

Qual seria o papel do professor de língua portuguesa diante de uma discussão que envolve pontos de vista conflitantes sobre este objeto? No mínimo, o professor poderia questionar-se acerca da maneira como deveria discutir a temática com seus alunos e aproveitar a inquietação dos mesmos para promover momentos de aprendizagens significativas, envolvendo conteúdos que eles ainda não dominam, como a leitura, por exemplo.

Freire (1989, p. 9) já dizia que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”. Seria oportuno darmos continuidade à leitura do mundo político que os alunos precedem, tomando o gênero textual/discursivo como objeto de estudo,

cuja construção composicional reflete a temática e fomentar a análise e discussão em sala de aula?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), é ilimitado o número de gêneros existentes, variando em função da época, das culturas, das finalidades sociais, de modo que, mesmo que a escola se impusesse a tarefa de tratar de todos, isso seria impossível, sendo, portanto, necessário priorizar os gêneros que merecerão abordagem mais aprofundada.

Devemos priorizar os gêneros, sobretudo, considerando as necessidades de aprendizagem dos nossos estudantes. Quanto a isto, gostaríamos de apontar a seguinte problemática: os alunos chegam ao último ano do ensino fundamental com dificuldades em utilizar procedimentos necessários para acesso de conteúdos e produção de sentidos, especialmente, em se tratando da análise de gêneros, utilização de estratégias não-lineares durante o processamento da leitura, articulação de conhecimentos e relações entre enunciados.

Diante dessas considerações, traçamos como objetivo analisar a natureza política do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, considerando as formas de dialogismo, através da linguagem, da representação do tempo e do espaço, da situação concreta do enunciado, e articulando tal discurso com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.

Quando selecionamos o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, como sugestão de leitura para os alunos do ensino fundamental, consideramos os seguintes aspectos: trata-se de um gênero que permite a discussão sobre diferentes aspectos sociais, a plurissignificação dos dizeres, a interdiscursividade e pode favorecer a reflexão crítica, bem como a fruição estética, sendo de grande relevância para análise num contexto de sala de aula; a obra tem um valor simbólico claramente estabelecido; mesmo se tratando de uma obra publicada no início do século XX, a temática abordada tem relevância social e permite um contato imediato com o presente dos alunos.

Além disso, o estudo de um romance permite fazer uso da interdisciplinaridade, pois, segundo Moisés (2006, p. 166), converge para esse gênero “o produto das outras formas de conhecimento: a História, a Psicologia, a Filosofia, a Política, as Artes, a Economia, etc.”

Conscientes de que, para alcançarmos o objetivo deste trabalho, precisamos motivar e introduzir os alunos na leitura do texto literário, acompanhando o processo

de compreensão e contextualização da obra e ajudando-os, progressivamente, a superar as dificuldades quanto aos conhecimentos e estratégias de leitura, buscamos intervir na realidade.

Para esta intervenção, elaboramos uma proposta de aplicação em análise do gênero textual/discursivo da esfera artístico-literária: o romance, tomando como objeto de análise a natureza política da obra literária supracitada, para o 9º Ano do ensino fundamental, de uma escola pública do município de Guarabira – PB. A proposta parte da perspectiva de linguagem como fenômeno de interação verbal, uma vez que as práticas escolares e as relações consubstanciadas nas esferas sociais se dão por meio desse fenômeno.

Fundamentamos a pesquisa em pressupostos teóricos de estudos voltados para os gêneros, principalmente, Bakhtin (2000 e 2014), sobre a teoria crítica do discurso e as orientações filosóficas da linguagem; Hasan, que utiliza aporte da teoria sistêmica (funcionalismo de Halliday), Swales, que retoma a retórica de Perelman & Olbrechts-Tyteca (1958) – com base nos estudos de Motta-Roth e Heberle (2005); Hemais e Biasi-Rodrigues (2005); Rodrigues (2005); Antunes (2003) e textos de documentos institucionais (PCN-BRASIL, 1988; 1998) sobre as práticas de leitura literária na escola e os preceitos aos direitos dos cidadãos; Moisés (2006), Candido (2006) e Fiorin (2016) sobre os diálogos políticos e as categorias intrínsecas do texto literário; Cosson (2014) sobre a elaboração didática para análise do gênero romance na esfera escolar; entre outros.

A partir dos estudos teóricos, percebemos que há uma aproximação entre as abordagens do estudo de gêneros, pelo enfoque social e discursivo sobre a linguagem, como também um distanciamento no que concerne às terminologias e conceitos chave distintos. Embora situemos a pesquisa na perspectiva dialógica da linguagem, reconhecemos as contribuições das outras concepções de linguagem não adotadas integralmente.

Na concepção dialógica, a palavra é ideológica, desde a elaboração do projeto discursivo há a presença do outro, do interlocutor, cujas experiências de linguagem permitem designar os gêneros do discurso adequados, conforme as práticas sociais, isto é, as condições específicas e as finalidades da esfera comunicativa da qual participam.

A resposta do outro já é antevista durante o processo de formação discursiva, o que reforça a ideia de que os sentidos elaborados intersubjetivamente

materializam-se em forma de enunciados concretos, passando por um acabamento de acordo com as convenções estabelecidas e os propósitos comunicativos dos sujeitos.

Assim, a proposta de elaboração de análise do gênero abrange a apreciação das características do gênero romance, aspectos de sua dimensão social, aspectos da dimensão verbal, analisando-o do ponto de vista do enunciado, e do propósito comunicativo (reação-resposta); a posição social do autor e as categorias intrínsecas do gênero, a representação dos personagens, as vozes presentes no gênero textual/discursivo, a materialização linguística no romance.

Dividimos o texto em oito seções, enumerando-as a partir desta introdução. Na segunda seção, apresentamos o ensino de língua numa perspectiva sociodiscursiva, discutindo brevemente as abordagens das teorias sociosemiótica, sociorretórica e sociodiscursiva; a prática de leitura na escola e o tratamento dado à leitura literária no ensino fundamental. Na terceira seção, analisamos os diálogos políticos na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, refletindo sobre as condições de produção do gênero romance e sobre as categorias intrínsecas da obra de Lima Barreto. Na quarta seção, apresentamos as relações interdiscursivas entre o romance e a Carta Magna. Na quinta seção, delineamos a pesquisa, contextualizando-a e apresentando os aparatos metodológicos e analíticos, bem como a proposta de intervenção. Na sexta seção, descrevemos o passo a passo da execução da proposta de intervenção (a atividade diagnóstica e a sequência expandida do letramento literário). Na sétima seção, analisamos o *corpus* da pesquisa e as contribuições da sequência expandida para o ensino-aprendizagem da leitura. Na sequência, apresentamos as considerações finais.

2 - O ENSINO DE LÍNGUA NUMA PERSPECTIVA SOCIODISCURSIVA

Desde meados dos anos 1990, quando as pesquisas relacionadas ao ensino de língua começaram a se embasar numa concepção de linguagem como interação, sugerindo que os gêneros textuais/ discursivos fossem tomados como objetos de ensino/aprendizagem, conseqüentemente, evidenciamos o surgimento de proposições didático-pedagógicas que possibilitassem aos alunos a apropriação de usos da linguagem em diferentes práticas sociais.

Em contrapartida, depois de mais de duas décadas, ainda persistem práticas tradicionais de ensino, cujas concepções de linguagem ora representam a primeira orientação do pensamento filosófico-linguístico, ora o pensamento do objetivismo abstrato, distanciando os alunos da real natureza dos fenômenos linguísticos. Ou seja, práticas que vão de encontro à concepção dialógica da linguagem.

Para compreendermos essas concepções e não correremos o risco de confundirmos aspectos teóricos distintos, vale promovermos a discussão, apoiando-nos em Bakhtin (2014, p. 127):

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações.

Em linhas gerais, a primeira tendência da filosofia da linguagem – subjetivismo idealista –, segundo Bakhtin (2014), concebe a língua como uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção individual (psiquismo) e se materializa sob a forma de atos individuais de fala (enunciação monológica isolada).

Uma orientação pedagógica para o ensino de língua, nessa concepção de linguagem, atribui ao enunciado o sentido de “expressão do pensamento individual”. Nesse caso, o aluno é levado a descobrir as intenções de um autor, que realiza no ato individual de fala um estilo, modificando formas abstratas para materializar sua enunciação. Nessa perspectiva, presumimos que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem. Portanto, se o aluno não tem a capacidade de se expressar ou descobrir os propósitos comunicativos do autor é porque não tem o domínio da razão.

Para Bakhtin (2014, p.116), “a teoria da expressão... é radicalmente falsa” porque “qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão”, isto é, como um fato socioideológico. Não obstante, em outro momento, ele reconhece que o subjetivismo individualista tem razão nos seguintes aspectos: a) “em sustentar que as enunciações isoladas constituem a substância real da língua e que a elas está reservada a função criativa na língua”; b) “quando diz que não se pode isolar uma forma linguística do seu conteúdo ideológico” (BAKHTIN, 2014, p. 126).

Isso significa dizermos que o psiquismo e a ideologia estão em interação constante. De fato, não podemos atestar que um aluno por não se expressar não pensa, visto que, ao conviver com outros indivíduos num contexto de cultura, ele apreende os sentidos subjacentes à realidade social, como também sua consciência adquire forma e existência na interação semiótica de seu grupo social.

A segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico – objetivismo abstrato – tem a escola de Genebra, com Ferdinand de Saussure, como a mais brilhante expressão. Conforme essa orientação, nós não poderíamos falar de uma criação refletida da língua pelo sujeito falante, uma vez que tal sujeito “recebe da comunidade linguística um sistema já constituído, e qualquer mudança no interior desse sistema ultrapassa os limites de sua consciência individual” (BAKHTIN, 2014, p.81). Nessa acepção, a língua é um código, isto é, elemento da comunicação.

Uma das críticas a essa segunda orientação é que, embora seus representantes acreditem no caráter de realidade material em signos, enquanto sistema de formas imutáveis, sua realidade repousa na qualidade de norma social. A propósito, existem sistemas de normas morais, jurídicas, estéticas, religiosas..., porém essas normas variam pelo grau de coerção que exercem, pela extensão de sua escala social, pelo grau de significação social que se atribui pelos grupos da comunidade. Esse é um dos motivos pelos quais Bakhtin (2000) considera um grave erro concebermos a língua como um sistema de normas imutáveis e incontestáveis.

A prática de ensino orientada por esse conceito de língua leva o aluno a decodificar um conjunto de signos linguísticos concebidos como imutáveis para compreender a mensagem de outro. Essa visão monológica da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista, separando-a do homem no seu contexto social, compromete a compreensão global dos sentidos do texto. Nessa perspectiva, a

mensagem deve estar em conformidade com o sistema normativo da língua para que seja inteligível ao interlocutor.

Portanto, compreendendo a língua como fenômeno da interação verbal, depreendemos que o contexto situacional e os participantes da interação também determinam a enunciação. Esta, por sua vez, materializa-se num contexto não verbalizado da vida corrente e nele se amplia pela ação-resposta do outro.

Como o sistema linguístico sofre variações de acordo com o contexto situacional, o ensino de gêneros textuais/discursivos deve adotar a concepção do dinamismo dialético da linguagem, enquanto efeito das estruturas sociais e, conseqüentemente, levar os alunos a adquirirem, paulatinamente, o conhecimento da verdadeira substância da língua.

É a partir dessa perspectiva interacionista que o gênero passa a ser uma noção central na definição da própria linguagem. Para Bakhtin (2000), o problema geral dos gêneros jamais fora posto em questão por causa da grande diversidade e heterogeneidade de sua composição, resultante da diversidade e heterogeneidade da atividade humana, o que não permitiria um plano comum para seu estudo. Por isso, é necessário estabelecermos as diferenças nas teorias de gêneros, para que o ensino de língua, em qualquer das teorias que aplicarmos, seja mais eficaz.

Segundo Meurer, Bonini e Motta-Roth (2005), há três tendências dominantes nos estudos sobre gêneros. Podemos elencar essas tendências, sucintamente, para fins de apresentação de noções gerais acerca das concepções de gênero e, finalmente, destacarmos a que mais se coaduna com a proposta de ensino apresentada em nossa intervenção pedagógica.

A primeira tendência é a perspectiva sistemicista de análise de gêneros, também conhecida como Escola de Sidney ou perspectiva sociossemiótica. É aquela que objetiva a estruturação do texto em estágios, partindo do estágio do contexto situacional e cultural no qual o texto se insere para estabelecer uma estrutura esquemática.

Convergem para esse sentido os estudos de Hasan, que, segundo Motta Roth e Heberle (2005), discute a importância de estudar a linguagem não como um sistema de regras engessadas, mas como um sistema de representação simbólica de experiências recorrentes nas relações humanas em sociedade.

Por meio da Estrutura Potencial do Gênero (EPG) – expressão verbal de uma configuração contextual dependente de um determinado conjunto de valores

associados a campo, relação e modo –, criada por Hasan, temos acesso ao potencial de realização de um determinado texto, inscrito num dado registro.

Essa perspectiva privilegia um enfoque na léxico-gramática e nas funções desempenhadas por ela nos contextos sociais; é estudada pelo viés da textualidade, pelas formas de apropriação que fazemos da língua em situações formais ou informais, isto é, conforme as adequações linguísticas exigidas pelo contexto da situação.

A segunda tendência é a escola norte-americana ou perspectiva sociorretórica, tendo como um de seus representantes John M. Swales. Segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), a perspectiva de John Swales é voltada para aplicação em análise de gêneros textuais em contextos acadêmicos e profissionais, cujos elementos linguísticos são relativamente padronizados.

Compreendemos que é possível, a partir da identificação de elementos linguísticos, criarmos uma consciência retórica (ação que se realiza sempre numa situação semelhante). A abordagem se apoia, portanto, em uma análise linguística que revela muito da construção do texto e das práticas sociais que determinam as escolhas linguísticas que configuram o texto.

As contribuições de Swales para a linguística textual, pelo caráter pedagógico do modelo de aplicação em análise de gênero apresentado, pelas noções de comunidade discursiva, propósito comunicativo, caracterização e definição do gênero, são bastante produtivas, mas ainda não contemplam o todo discursivo de uma enunciação.

Por último, a terceira tendência é a abordagem sociodiscursiva, sobre a qual se referem os estudos do Círculo de Bakhtin. É a perspectiva do Círculo que mais se correlaciona com a nossa proposta de trabalho, tanto pela abrangência na teorização sobre a natureza da linguagem, como pela relevância de seus estudos literários e de gêneros do discurso, que têm norteado os desenvolvimentos pedagógicos na área de ensino de línguas.

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana... reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e seu estilo verbal, mas também e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos... fundem-se no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera da comunicação... cada esfera de utilização da língua realiza seus *tipos relativamente estáveis* de

enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2000, p. 279, grifos do autor).

Nessa perspectiva, para haver compreensão, toda e qualquer análise linguística deve tratar também de outros fatores, como a relação dos participantes da interação, o contexto social, histórico, cultural, ideológico e de fala, a natureza dialógica da linguagem. A concepção de gênero de Bakhtin ultrapassa os limites da textualidade, sendo, portanto, mais elucidativa para a compreensão da língua.

Segundo Rodrigues (2005), apresentar os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem exige a investigação da flutuação terminológica na obra do círculo (gêneros linguísticos e categorias de atos de fala; modos de discurso; tipos de interação verbal; formas de enunciado, formas de discurso social; gêneros do discurso), bem como dos seguintes fundamentos nucleares: a concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem; o caráter sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência.

Por esse motivo, é importante observarmos, para que não haja dúvida quanto às terminologias aqui adotadas, que elas estarão de acordo com a perspectiva sociodiscursiva do Círculo. Diferentemente das variáveis do contexto – campo, relação e modo –, e dos propósitos comunicativos da comunidade discursiva, o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional refletem as condições histórico-ideológicas no todo discursivo.

Por conseguinte, as colaborações de Bakhtin para este trabalho são muito proveitosas, pois contribuem com o alargamento da noção de gêneros para todas as práticas de linguagem.

Na primeira subseção, apresentamos a leitura como uma das práticas de linguagem imprescindíveis na formação política dos cidadãos.

2.1 – A prática de leitura na escola

Como afirmamos anteriormente, a noção de gêneros está vinculada a todas as práticas de linguagem, portanto, a leitura de gêneros textuais/discursivos é uma prática de linguagem, que permite a interação entre os sujeitos e promove a aquisição de conhecimentos necessários à vida em sociedade.

Nesse sentido, devemos garantir aos alunos o acesso à leitura para que aprendam a ler o mundo em que vivem e compreendam seu contexto, numa intrínseca relação entre linguagem e realidade, já que essa prática sociocultural constitui um ato político e contribui para o desenvolvimento histórico da sociedade, especialmente no que concerne à democratização do ensino e acesso aos saberes construídos socialmente.

Não obstante, deparamo-nos com um cenário educacional preocupante, quando o assunto é a leitura, já que há uma persistência no insucesso das propostas de letramento e dos níveis de aprendizagem dos alunos, especificamente, na escola pública.

Em virtude da importância dessa prática de linguagem e dessa persistência no insucesso, a continuidade na complexa busca de melhores resultados motiva-nos a repensar a prática de ensino, respeitando o direito dos educandos de aprender a ler e se tornar leitores críticos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), explicita que o Ensino Fundamental visa ao domínio da leitura, da escrita, do cálculo e do raciocínio, preparando progressivamente o educando para os problemas humanos e o acesso sistemático aos conhecimentos.

Embora a leitura de gêneros textuais/discursivos ocupe sempre um lugar privilegiado nas aulas de língua portuguesa, podemos afirmar que o tratamento didático dado à leitura não tem garantido sua função social. Além disso, a escola enfrenta grandes dificuldades para se adequar às necessidades educacionais dos alunos e acompanhar as transformações do mundo pós-moderno com suas evoluções tecnológicas.

Atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes dos que satisfizeram as demandas sociais até há bem pouco tempo - e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. A necessidade de atender a essa demanda, obriga à revisão substantiva dos métodos de ensino e à constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar sua competência discursiva na interlocução. (BRASIL, 1998, p. 23).

É importante considerarmos as crescentes exigências nos níveis de leitura para contribuirmos com práticas que atendam aos anseios dos alunos e da sociedade como um todo, compreendendo que, numa sociedade democrática, tais anseios são sempre insaciáveis. Ou seja, precisamos rever as práticas de ensino da leitura na escola, uma vez que tais práticas têm-se constituído como apêndices da

disciplina de português, realizadas na sala de aula ou biblioteca como pretexto para o desenvolvimento de habilidades linguísticas.

Com enorme dificuldade de leitura, o aluno se vê frustrado no seu esforço de estudar outras disciplinas e, quase sempre “deixa” a escola com a quase inabalável certeza de que é incapaz, de que é linguisticamente deficiente, inferior, não podendo, portanto, tomar a palavra ou ter voz para fazer valer seus direitos, para participar ativa e criticamente daquilo que acontece em sua volta. Naturalmente, como tantos outros, vai ficar à margem do entendimento e das decisões de construção da sociedade (ANTUNES, 2003, p. 20).

Conforme a realidade apresentada por Antunes, em vez de formar cidadãos capazes de ler, compreender e atuar no mundo em que vivem, a escola vem reproduzindo o insucesso dos alunos, já que estes se sentem impotentes para enfrentar os problemas no complexo mundo em que vivem, de modo a realizar-se humanamente. É sobre essa realidade que, progressivamente, precisamos intervir.

Na próxima subseção, apresentamos a leitura literária como uma das apropriações das práticas de linguagem que ressignificam o trabalho de formação para a cidadania e o ensino-aprendizagem humanizador no ensino fundamental.

2.2 – A leitura literária no ensino fundamental

O art. 206 da Constituição Federal reza a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Embora este artigo contemple o princípio da liberdade para o ensino da arte, do pensamento e dos saberes construídos na sociedade, não devemos, em nome dessa liberdade, didatizar o ensino da leitura literária de qualquer maneira. Pelo contrário, o ensino deve ser promovido de forma significativa, visando ao pleno desenvolvimento das competências linguísticas dos estudantes, como também estabelecer-se como instrumento de formação para a cidadania e como efeito humanizador.

Para Candido (2000), o efeito de um livro sobre nós, mesmo no que se refere à simples informação, depende do momento da vida em que o lemos, do grau do nosso conhecimento, da finalidade que temos pela frente, como também das afinidades que nos fazem afinar com certo autor e não com outro, independente da valia de ambos. Nesse sentido, o aproveitamento que fazemos de determinada obra reflete nossas necessidades e intenções diante de uma dada realidade.

Segundo Cosson (2014, p.10), “vivemos nas escolas uma situação difícil com os alunos, os professores de outras disciplinas, os dirigentes educacionais e a sociedade, quando a matéria é literatura”. Para ele, alguns acreditam que o estudo dessa área é um saber desnecessário porque já conhecem e dominam o que interessa ou, para outros, é algo inacessível.

É inegável que o processo de ensino-aprendizagem da leitura, sobretudo dos gêneros textuais/discursivos mais complexos, como é o caso dos textos literários, não se constitui como uma simples tarefa, mas, talvez por isso mesmo e pelo fato de ser instigante, desafiadora, seja possível que o aprendiz sinta interesse em descobrir cada vez mais um mundo até então desconhecido para eles: o das palavras e seus múltiplos significados num processo de letramento contínuo e ininterrupto.

Assumir a tarefa de formar leitores impõe à escola a responsabilidade de organizar-se em torno de um projeto educativo comprometido com a intermediação da **passagem do leitor de textos facilitados** (infantis ou infanto-juvenis) **para o leitor de textos de complexidade real**, tal como circulam socialmente na **literatura** e nos jornais; **do leitor de adaptações** ou de fragmentos **para o leitor de textos originais e integrais**. De certa forma, é preciso agir como se o aluno já soubesse aquilo que deve aprender. Entre a condição de destinatário de textos escritos e a falta de habilidade temporária para ler autonomamente é que reside a possibilidade de, com a ajuda do professor e de outros leitores, desenvolver a competência leitora, pela prática de leitura (BRASIL, 1998, p. 70, grifos do autor).

A intervenção do professor como mediador nesse processo pressupõe a compreensão acerca do autor, do gênero, do suporte, do vínculo indissolúvel entre o estilo e o gênero, do contexto histórico da obra, da função total da literatura, dos elementos estéticos e sociais que compõem a obra, pois conforme aponta Bakhtin (2000, p. 282) “ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso... desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida”.

Ademais, o professor precisa compreender como se dá o processamento da leitura na interação entre o leitor e o autor através do texto. Ter essa consciência é uma das garantias para atender às necessidades de aprendizagem de cada educando.

Assim compreendido, é possível identificar os problemas que aparecem durante uma atividade de leitura, desde que as atividades sejam bem direcionadas e, como dissemos, o professor tenha ciência de como se produz essa

aprendizagem, usufruindo dos ensinamentos que pode abstrair das pesquisas e, assim, melhorar a eficácia na transmissão de conhecimentos.

Trabalhar a leitura literária na escola, nessa perspectiva, permite melhorias paulatinas e oportuniza aos nossos alunos o acesso a conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania, pois a literatura traz consigo uma representação de humanidade, experiências compartilhadas socialmente e um caráter universal, que se fixou no patrimônio da civilização.

A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar (CANDIDO, 2006, p.53).

Devido à sua universalidade, a literatura pode romper os limites do tempo e do espaço, fazendo da leitura uma prática de produção de sentidos em que se estabelecem as relações entre o passado e o presente das enunciações.

Retomando a questão sobre a passagem do leitor de textos facilitados para os de complexidade real, lembramos que, ao longo do ensino fundamental, os alunos têm a oportunidade de ler e compreender gêneros textuais/discursivos tanto primários (simples), quanto secundários (complexos): contos, fábulas, poemas, literatura de cordel, músicas, crônicas, entre outros. Devemos oportunizar também a leitura de romances, para que os alunos possam progredir em suas aprendizagens, construindo um acervo maior de conhecimentos necessários na sua formação básica.

Acreditamos que a linguagem literária do romance, além de possibilitar aos alunos a reflexão acerca de seus papéis sociais, pode conduzi-los a apreciar os mecanismos estéticos da linguagem e interagir de diferentes formas no contexto de sala de aula.

No próximo capítulo, delimitamos o estudo do gênero romance, a partir da seleção da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, estabelecendo diálogos políticos e analisando as categorias intrínsecas do gênero, buscando compreender os aspectos sócio-históricos e verbais da enunciação.

3 - DIÁLOGOS POLÍTICOS NO ROMANCE *TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA*, DE LIMA BARRETO

Afonso Henriques de Lima Barreto (Rio de Janeiro, 13 de maio de 1881 – Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1922), mais conhecido como Lima Barreto, é o autor de uma vasta obra literária que o coloca como um dos mais importantes escritores brasileiros. Fazer uma incursão sobre o universo de algumas experiências imediatas vividas por ele, sobre suas representações de mundo, que foram um tanto significativas ao ponto de pertencerem aos seus escritos, é uma indispensável tarefa para que possamos compreender a natureza política de sua obra.

Era filho de João Henrique de Lima Barreto, o qual ganhava a vida como tipógrafo em um Jornal do Partido Liberal, e Amália Augusta, professora de 1ª a 4ª série. Quando tinha apenas 6 anos de idade, ficou órfão de mãe, a qual foi acometida de uma tuberculose, deixando quatro filhos, dentre os quais ele era o mais velho.

Afrodscendente, neto de escravos, sua avó materna havia sido trazida da África para o Brasil em um navio negreiro. No dia em que completou sete anos, foi assinada no Brasil a Lei Áurea, motivo que levou seu pai a juntar os quatro filhos para comemorarem um momento tão importante da história, tanto é que, futuramente, no dia quatro de maio de 1911 o próprio Lima Barreto escreveu uma crônica, no Jornal Gazeta da Tarde:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.

Na minha lembrança desses acontecimentos, o edifício do antigo paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, um sky-scaper; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recordo bem se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Havia uma imensa multidão ansiosa, com o olhar preso às janelas do velho casarão. Afinal a lei foi assinada e, num segundo, todos aqueles milhares de pessoas. A princesa veio à janela. Foi uma ovação: palmas, acenos com lenços, vivas...

Fazia sol e o dia estava claro. Jamais na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão de vida inteiramente de festa e harmonia (BARRETO, 2016, p. 279).

Notamos que, desde muito cedo, apesar de ainda não ter consciência das dimensões daquele acontecimento, o futuro escritor sentiu junto à enorme multidão,

que ansiava grandes mudanças, a partir da promulgação da Lei Áurea, as emoções de um grande feito político.

Durante sua infância, vislumbrou as centenas de paisagens idílicas da Ilha do Governador, crescera entre frondosas árvores e elementos do campo que, posteriormente, seriam citados em seus escritos.

Dona Amália Augusta, sua mãe, incumbiu-se de ensinar-lhe as primeiras letras, antes de ser matriculado na escola primária pública. Depois o Visconde de Ouro Preto (1836-1912), seu padrinho, custeou seus estudos no Liceu Popular Niteroiense.

Aos 16 anos ingressou no curso de Engenharia, como aluno prodígio, na Escola Politécnica, onde conviveria com os mestres do positivismo nacional (cujo patrono era o legendário Benjamin Constant, ideólogo da República). Reprovado pela quinta vez na disciplina de Mecânica Celeste, decidiu abandonar os estudos para cuidar do pai que já vinha acometido de crises de demência.

Ainda na Politécnica, Lima Barreto viveu intensamente a discriminação de cor e classe social, como podemos perceber na seguinte fala: “Quem como eu, logo ao nascer está exposto à crítica fácil de toda a gente, entra logo na vida, se quer viver, disposto a não se incomodar com ela” (BARRETO, 2016, p. 17). A declaração reflete a personalidade de um homem estigmatizado pelo tom de sua pele, que enfrentou preconceitos, resistindo ao racismo da sociedade.

Depois de interromper os estudos, prestou concurso público e foi aprovado para o cargo de amanuense da Secretaria da Guerra. Como funcionário público, Lima Barreto começou a pensar em seguir carreira literária. Manteve e criou amizades com o meio intelectual, o que facilitou sua inserção na carreira jornalística.

Foi testemunha viva de grande parte do progresso da Cidade Maravilhosa, durante o século XX. Segundo Leitão (2014, p. 22), nesse período, Lima Barreto residia às margens da estrada de ferro Central do Brasil, na distante Estação de Todos os Santos, uma simples parada entre o Méier e o Engenho de Dentro, numa casa relativamente modesta da Rua Boa Vista.

Já com livros publicados, entregou-se à dependência psicofísica do etilismo e desatinava frequentemente. Vagava delirante por ruas e bares. Embora despreocupado da aparência, não seria conveniente dizer que levava uma vida desregrada, ao contrário, desejava simplesmente esquecer as intempéries da vida.

E queria que ela fosse “plácida, serena, medíocre e pacífica, como a de todos” (LEITÃO, 2014, pp. 43 - 44).

No Natal de 1919, foi conduzido para o Hospital Nacional dos Alienados. Afonso Henriques estava na casa de um tio, para celebrar a data, quando lhe sobreveio a grande crise alucinatória, atribuída ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. A mando do próprio irmão, uma guarnição policial foi convocada para a missão de internar o escritor no hospício.

Devido a acontecimentos como este, suas obras são reconhecidas para alguns críticos como de cunho biográfico ou memorialista. Mas, como afirma Leitão (2014, p. 28), “o ritmo catastrófico de sua vida jamais embotaria os méritos do notável escritor e as virtudes do homem generoso e sincero, porém crivado de angústias e contradições.” Seu conjunto de obras, dentre contos, crônicas, críticas e romances são grandes referências para o estudo da Literatura e da sociedade brasileira.

Lima Barreto entra na história como um autêntico escritor denunciando as mazelas do latifúndio e da Primeira República em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, esquadrinhando a periferia, as casas suburbanas, ou seja, um brasileiro preocupado com o panorama político-social de seu país.

Na subseção a seguir, apresentamos o romance, situando o escritor Lima Barreto no contexto histórico de suas produções literárias.

3.1 – Do gênero romance

Antes de discutirmos o romance da forma como o percebemos hoje, iniciamos com uma breve contextualização de sua história, elencando o seu surgimento na Europa e sua apreciação aqui no Brasil, destacando, posteriormente, a importância de Lima Barreto no meio artístico-literário.

Surgiu em meados do século XVIII, na Inglaterra, com o movimento cultural do Romantismo. Segundo Moisés (2006, p.158), “o romance se coadunava perfeitamente com o novo espírito, implantado em consequência do desgaste das estruturas sócio-culturais trazidas pela Renascença.” Essas estruturas (despotismo monárquico, dogmatismo inquisitorial, preceitos clássicos da poesia épica) foram substituídas por um clima de liberalismo e sentimentalismo individualista na

expressão artística da sociedade burguesa em forma de narrativa em prosa, ocupando o lugar da mais elevada expressão artística da época – a epopeia.

Servindo à burguesia em ascensão, com a revolução industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII, o romance tornou-se o porta-voz de suas ambições, desejos, veleidades, e, ao mesmo tempo, ópio sedativo ou fuga da mesmice cotidiana. Entretimento, ludo, passatempo duma classe que inventou o lema de que “tempo é dinheiro”, o romance traduz o bem-estar e o conforto financeiro de pessoas que remuneraram o trabalho do escritor no pressuposto de que a sua função consiste em deleitá-las. (MOISÉS, 2006, p. 159, grifo do autor)

Sendo porta-voz dos leitores burgueses, a literatura romanesca era moldada pelos interesses relacionados às suas fantasias, mas não apenas isto, ela também servia para criticar o sistema social de forma sutil, implícita, ou declarada e violenta.

Ao chegar tardiamente no Brasil com as características do Romantismo europeu, o romance começou a ser apreciado por nós com Joaquim Manuel de Macedo (*A moreninha*, 1844), caindo no gosto do público por conjugar suspense e um final feliz. Com o Realismo de Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Inglês de Souza, Raul Pompeia, Coelho Neto e outros, ainda com mesclas de correntes europeias, o romance brasileiro viu especificidades de sua evolução.

Nesse contexto evolutivo, surge Lima Barreto, denunciando os problemas sociopolíticos do país, consolidando-se como um dos grandes precursores da corrente literária modernista. Suas obras tinham por objetivo constituir-se como reflexo das ideologias sociais, abarcando formas e recursos literários.

Moisés (2006, p. 164) afirma que, com o Modernismo, o romance atingiu o ápice de sua evolução, pois, a partir de 1930, muitos autores se consagraram dentro e fora das fronteiras do país, a exemplo de Jorge Amado, José Lins do Rêgo, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo, Clarice Lispector, Guimarães Rosa e outros. Por isso, reiteramos a importância do romance de Lima Barreto, especialmente, para os dias de hoje.

Diferentemente de muitos dos escritores brasileiros renomados, as obras de Lima Barreto só foram reconhecidas e aceitas, postumamente, após algumas décadas, quando, em 1952, Francisco de Assis Barbosa publicou sua pesquisa de vários anos sobre a vida do notável escritor, afirma Schwarcz (2017). Por que demorou tanto tempo para esse reconhecimento?

Sabemos que Lima Barreto reagiu contra a herança formalista e lançou as bases de sua luta, mesmo solitária, no contexto nacional da época, avaliando a

miséria humana contida nas letras que camuflavam o poder das ideologias dominantes sobre as classes desfavorecidas.

Em sua obra *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, ele questiona: “Quando tu terás na tua terra, um Dostoiévski, uma George Elliot, um Tolstoi – gigantes destes, em que a força da visão, o ilimitado da criação, não cedem passo da simpatia pelos humildes, pelos humilhados, pela dor daquelas gentes donde às vezes não vieram – quando?” (COUTINHO, 1974, p. 18).

A oportuna remissão a esses escritores se deve ao fato de manterem afinidades em seus propósitos comunicativos, seja pelos recursos criativos como a excentricidade do herói, seja pelo protagonismo das pessoas simples e pela função humanizadora de seus escritos.

Quanto àquela questão de criticar declaradamente o sistema sociopolítico, Moisés (2006, p. 169), afirma:

... podemos dizer que a arte sempre foi engajada, na medida em que nela se insufla um pensamento e um sentimento que, embora pessoais, representariam os padrões de certa classe ou casta social em determinado momento. A cosmovisão impressa no texto pressupõe uma adesão fortuita num amplo sentido. Trata-se de engajamento espontâneo destituído de intenção doutrinária. Quando ganha coloração política, filosófica ou religiosa, resulta de um compromisso involuntário, visto que a obra não foi elaborada com vistas à defesa de uma facção ideológica.

Assim sendo, compreendemos que a coloração política do romance não ultrapassa a recriação da realidade, como possibilidade do homem materializar sua sensibilidade diante da sociedade em que vive. A depender do momento histórico porque passa a humanidade, a arte se molda aos interesses e necessidades de interação de seus interlocutores. Em tempos de crise, a função social da arte sobreleva-se.

Em outras palavras, Candido (2006) afirma que, quando fazemos uma análise sociológica, levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar, na matéria do livro, a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo.

A partir destas considerações histórico-sociais, baseamo-nos em Bakhtin (2000, pp. 282 – 283) para o conceito do gênero: “o romance é um gênero que

reflete a individualidade de quem escreve e que se situa no cruzamento excepcionalmente importante de uma problemática”. Mas a que problemática ele se refere? Podemos inferir que ela remete à descoberta sobre a personalidade daquele que escreve, suas intenções comunicativas, a relação entre seus personagens, seu estilo, com o contexto histórico em que sua obra foi escrita, a partir das vozes que compõem o gênero.

O que é radicalmente novo no romance é que o discurso não só representa a realidade, mas – o que é mais importante – ele é representado. Talvez se pudesse dizer que a real matéria do romance é a pluralidade de vozes, de línguas, de discursos, de variantes, de dialetos, de jargões, de estilos de uma dada formação social. (FIORIN, 2016, p. 128)

A realidade representada no romance envolve um conjunto de situações desde uma problemática social até a reflexão acerca de sua solução. Tal reflexão está permeada por valores sociais que fazem parte do contexto situacional do leitor, uma vez que a obra literária é provida de caráter universal. Quando, por exemplo, na leitura de um romance, o leitor impressiona-se com a situação de miséria de uma personagem ou a forma injusta pela qual esta foi tratada, devido, supostamente, a essa condição de pobreza, automaticamente, ele relaciona o lido com o vivido e reflete sobre como se poderia interferir de maneira justa naquela problemática.

Isso se torna possível porque, segundo Bakhtin (2003, apud RODRIGUES, 2005, p. 159), “cada enunciado constitui um novo acontecimento, um evento único e irrepitível da comunicação discursiva, pois é a ‘postura ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido”. Ou seja, cada leitura ou estudo de um romance será sempre um acontecimento singular, pois se constituirá como nova unidade da comunicação, contribuindo para sua permanência e mudança.

Por conseguinte, as colaborações de Bakhtin para este trabalho são muito proveitosas: defende o romance como sendo um gênero secundário, que surge nas condições da comunicação cultural mais complexa, no âmbito das ideologias formalizadas e especializadas; apresenta os gêneros intercalados como uma das formas composicionais de introdução e de organização do plurilinguismo nesse gênero; e contribui com o alargamento da noção de gêneros para todas as práticas de linguagem.

Nas próximas subseções, apresentamos as categorias intrínsecas do gênero analisado, para que possamos estabelecer uma interação dialogal mais proveitosa.

3.2 – Das categorias intrínsecas do texto literário

Para compreendermos o todo discursivo da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, é necessário que analisemos as categorias intrínsecas do gênero, considerando-as não isoladamente, claro, mas como elementos que ancorados constroem a composição do gênero, refletem e refratam as plurissignificações.

3.2.1 – Ponto de vista

O ponto de vista ou foco narrativo constitui um dos elementos essenciais da ficção, pois revela a posição do narrador quanto à história narrada, como também o poder do escritor de atrair o leitor no evento comunicativo.

Observamos no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* que em vez do protagonista narrar sua história, o narrador o substitui, empregando sua própria voz para relatar a história do outro em sua subjetividade e em seu mundo objetivo. É, portanto, um narrador onisciente, ou seja, o romancista usa a terceira pessoa do singular, transferindo a pluralidade dramática, como meio de afastar-se da realidade, porém revelando a si próprio e à sua cosmovisão. Desse modo, o eu do romancista se projeta para fora de si empenhado em captar o mundo político como objeto.

A importância desse recurso narrativo se dá pela quantidade de implicações ideológicas e psicológicas materializadas no emprego dos vários pontos de vista. Segundo Moisés (2006, p. 283), o romancista pode utilizar vários pontos de vista numa mesma obra, certo de estar enriquecendo as possibilidades de acesso aos dramas focalizados, e de oferecer um painel humano mais diversificado e amplo.

Por meio dos pontos de vista empregados, a visão do mundo pessoal do ficcionista é-nos revelada, ecoando tendências filosóficas e estéticas do seu tempo e, ao mesmo tempo convidando-nos a uma irrecusável reforma de nós mesmos enquanto cidadãos políticos.

Estando de fora, o autor emprega a terceira pessoa para descrever cenas, lances, objetos, os pensamentos das personagens, ou ainda a primeira pessoa quando há o intercâmbio verbal, ou seja, quando essas personagens falam ou pensam diretamente, sem a interferência do narrador, de modo que cada uma delas tem seu próprio estilo.

Finalmente, o narrador estimula o leitor a reagir à narrativa, numa espécie de relação dialética, sem ocultar a irrealidade, pois, qualquer que seja a reação do leitor, esta traduz a consciência das armadilhas do mundo da ficção.

3.2.2 – Personagens

Qual a definição de personagens de romance? São “... pessoas que vivem dramas e situações, à imagem e semelhança do ser humano, ‘representações’, ‘ilusões’, ‘sugestões’, ‘ficções’, ‘máscaras’, de onde ‘personagens (do lat. *persona*, máscara)” (MOISÉS, 2006, p. 226, grifos do autor).

Essas representações do texto literário nos permitem identificar traços semelhantes a quem está mais próximo de nós. Mesmo que não passem de ficções, elas nos dão exemplos de como lidar com determinada situação, através de suas vozes. São as máscaras que contemplam o universo imaginário do artista, o qual as cria, com base nas sugestões humanas extraídas de sua realidade concreta.

Moisés (2006) apresenta um esboço de três classificações para as personagens: 1) quanto à proeminência no desenrolar da narrativa – protagonistas, antagonistas, deuteragonistas; 2) quanto à sua universalidade – planas e redondas; 3) quanto à simbologia – tipos, caricaturas, caracteres, símbolos.

Assim, as pessoas que vivem os dramas em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, quanto à sua universalidade, são planas, isto é, estáticas, sempre idênticas e dependentes do ambiente para adquirir individualidade.

O autor cria referências de personagens históricos e ficcionais, cujas descrições físicas e psicológicas ou ações se aproximam bastante de nossa realidade concreta.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, encontramos a síntese orgânica do herói e do mundo, da ação individual representativa e da totalidade do objeto político. Nesse romance, Lima Barreto seleciona os momentos significativos, hierarquizando-os em função da específica problemática humana típico-simbólica que pretende abordar, conectando, do modo mais significativo possível, os traços do regime político repressor que pretende combater.

Essas conexões expressivas, tal como se configuram no universo de Policarpo são a burocracia (que aparece concretamente, no romance, não apenas na representação do mundo das repartições burocráticas, mas também através das deformações que esse mundo impõe a vários

personagens secundários) e o bonapartismo militar (ou mais propriamente, aquela manifestação de “transformação pelo alto”, sem participação popular, que é representada aqui no movimento florianista) (COUTINHO, 1974, p. 37, grifo do autor).

Ambos os elementos de conexão – formas sociais voltadas para a eliminação das massas populares na criação da história – manifestam-se igualmente e de forma acentuada na vida social brasileira e são referências para os possíveis diálogos acerca do modelo de sociedade que temos hoje.

3.2.3 – Tempo

Moisés (2006) afirma que o tempo exerce forte influência no romance, tanto que em um dia de leitura, podemos viver anos da existência das personagens. Acompanhando a trajetória de Quaresma, desde suas primeiras ações até o fim da narrativa, temos a impressão de um longo percurso cronológico.

Um dos aspectos relevantes, que contribuem para que isso ocorra é a forma como o autor arquiteta o tempo, pois à medida que nos deparamos com os dramas vividos pelas personagens, produzimos humanidade. Segundo Moisés (2006, p. 186), a categoria “tempo” é fundamental, pois “...o caráter demiúrgico do romancista se exerce e se revela na criação do tempo, que é tudo ou impregna tudo na obra, ou é nada, impalpável como um ‘dado imediato da consciência’ ”.

O caráter demiúrgico da obra em análise traz-nos uma importante reflexão, à medida que a narrativa se desenvolve. Cronologicamente, há uma sensação de adentrarmos no universo romanesco como se estivéssemos conhecendo a História do Brasil, numa época de transição Império-República, vivenciando os acontecimentos políticos, quando, na verdade trata-se de uma construção estética bem elaborada.

É com fundamento na cronologia que o homem “conhece” o passado da Humanidade, do mundo atual de seu país, de sua cidade natal, de sua família e amigos e dele próprio. Todos vivem segundo um sistema horário marcado pelo relógio, numa rigidez que não deixa de ter reflexos e consequências profundas na vida social, pelos choques entre a coletividade e o “eu profundo” de cada um. (MOISÉS, 2006, p. 182)

O tempo em *Triste fim de Policarpo Quaresma* é, portanto, histórico, isto é, obedece ao ritmo do relógio. É o que observamos já no início: “Como de hábito,

Policarpo Quaresma, mais conhecido por major Quaresma, bateu em casa às 16h15. Havia mais de 20 anos que isso acontecia...” (BARRETO, 2014, p. 09).

Neste trecho que inicia o primeiro capítulo, o romancista procede a uma síntese descritiva da personagem principal, visando a introduzir o drama, que se desenrolará, dando indícios da cronologia histórica. O narrador maneja o tempo no pretérito imperfeito, expressando uma ideia de continuidade nas ações. Não obstante, os discursos diretos são dispostos no presente, aqui e agora, invadindo, de modo ilusório, o presente do leitor: “Já sabe dar o ré sustenido, major?...”(BARRETO, 2014, p. 17).

E assim transcorre o enredo até o epílogo, com as características de um romance de tempo histórico, linear, objetivo, matemático horizontal, que enfatiza a coerência cronológica da narrativa.

3.2.4 – Espaço

Segundo Moisés (2006), o romance caracteriza-se pela pluralidade geográfica. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, observamos que, logo na primeira parte do livro, o movimento do protagonista ocorre de sua casa de São Cristóvão, numa rua afastada do bairro São Januário, ao Arsenal de Guerra, local onde trabalhava, representando sua rotina diária.

Nesse trajeto, o leitor se depara com a “topografia do local, caprichosamente montuosa” (BARRETO, 2014, p.86), com o processo de urbanização do Rio de Janeiro, sem deixar de vislumbrar as paisagens naturais, em meio ao desenvolvimento tecnológico e do surgimento da locomotiva.

... de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau a pique, coberta de zinco ou mesmo de palha, em torno da qual formiga uma população... (BARRETO, 2014, p. 86)

As diferenças socioeconômicas da população são representadas de forma estética, contornando os contrastes das paisagens e da vida política do país. Nessa diversidade de casas, habitam as personagens de diferentes classes sociais. As habitações surgem “como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram” (BARRETO, 2014, p. 86), isto é, sem qualquer planejamento

urbano. O cenário é assim representado porque, de acordo com Moisés (2006), o romancista vê-se limitado pela escolha do tema e do modo como o desenrola.

Os espaços sociais transitados pelo protagonista também são ocupados por personagens secundárias (deuteragonistas), conforme as relações que estabelecem entre si nas diferentes esferas, e, ao passo que os núcleos dramáticos progridem, temos uma visão panorâmica dos espaços geográficos do romance:

- Bairro de São Januário (no subúrbio do Rio de Janeiro, onde moravam Policarpo Quaresma e sua irmã Adelaide. Do outro lado da rua morava a família do General Albernaz);
- Casa do vizinho Albernaz (onde ocorriam as festas folclóricas);
- Arsenal de Guerra (repartição do Ministério da Guerra);
- Hospício (onde Quaresma foi internado como louco);
- Curuzu (cidade onde ficava localizado o Sítio Sossego, este surge como possibilidade do protagonista evadir-se do movimento da cidade grande e dos transtornos que lhe causou. Aqui o major tentou provar que era possível produzir qualquer coisa nas terras brasileiras. Tal espaço não esgotou as possibilidades de extrair deste personagem aquelas ideias políticas mais elevadas, depreendendo-se, portanto, a relevância que o espaço possui no romance.);
- Centro do Rio de Janeiro (onde fica o Largo do Paço, Palácio do Itamarati, os quartéis, os bares);
- Casa de Vicente Coleoni (onde moravam o compadre e a afilhada de Quaresma, Olga. Depois de casada, o marido passou a ocupar o mesmo local);
- Ilha das Enxadas (onde Quaresma ficou encarregado de tomar conta dos rebeldes prisioneiros e depois foi preso).

O deslocamento físico implica novas aventuras, e a descrição dos caracteres espaciais é de interessante análise porque corrobora a situação porque vivem seus personagens, embora as aventuras tenham maior relevo na análise, por constituírem o objetivo fundamental do romance, esclarece Moisés (2006).

Nesse sentido, observamos que, num extremo, Policarpo Quaresma e outros tipos masculinos deslocam-se constantemente, e noutro, as mulheres ficam encerradas numa casa, como é o caso de Dona Adelaide ou Dona Maricota e suas filhas, e mesmo num só cômodo, como é o caso de Ismênia.

Como o cenário avulta de importância no romance, às vezes assumindo papel decisivo na configuração da personagem, é válido observarmos que Policarpo cumpre seus papéis sociais, em consonância com cada esfera onde ele se situa: trabalhando no setor burocrático, escreve um requerimento; estando no Sossego, escreve o memorando, indicando melhoramentos para a agricultura; estando no contexto da Revolta, escreve à sua irmã, demonstrando como o ambiente determinou suas ações:

“[...] Eu não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neandertal armados com machado de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos... Este teu irmão que estás vendo também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... Perdoa-me!...” (BARRETO, 2014, p.187).

Isso comprova que o espaço se correlaciona à linguagem, ao modo de interação social, sendo determinante na configuração do herói que, por sua vez, é levado a vivenciar todas as circunstâncias da criação estética.

A excessiva concentração dramática, em que o romancista procura examinar as relações entre a vida objetiva e a subjetiva, aparece na prisão, no final da narrativa, onde, num momento de reflexão, o major Policarpo Quaresma nos revela outra personalidade e seu drama através dos pensamentos e associações que lhe habitam, por meio da onisciência do narrador.

O drama que se estabelece nos desperta interesse por este último ponto geográfico se tratar de uma prisão, porque se torna também pretexto para revelar e/ou enfatizar a forma como se sentem as classes menos favorecidas diante de suas lutas diárias contra a opressão, a fome, o desemprego e a falta de perspectiva de uma vida melhor.

O cenário não é único fator atuante, mas também não podemos desconsiderá-lo para o correto entendimento do todo discursivo da obra.

3.2.5 – Cronotopos

De acordo com Fiorin (2016), Bakhtin cria o conceito de cronotopo, formado das palavras gregas *crónos* (=tempo) e *topos* (= espaço) para estudar a natureza das categorias de tempo e espaço representados nos textos. O autor apresenta-nos a indissolubilidade da relação entre espaço e tempo na literatura.

Nessa acepção, os textos literários revelam-nos os cronotopos de épocas passadas e, conseqüentemente, a representação do mundo que tinha a sociedade em que eles surgiram. Há, portanto, uma ligação entre o mundo real e o mundo representado, que estão em interação mútua. O cronotopo surge de uma cosmovisão e determina a imagem do homem na literatura.

É lá - diz Mikhail Bakhtin – que as reputações políticas, comerciais, sociais e literárias são criadas e destruídas, as carreiras iniciam e fracassam, estão em jogo os destinos da alta política e das altas finanças, decide-se o sucesso ou o revés de um projeto de lei, de um livro, de um ministro (e reunidas num único lugar e num único tempo) as gradações da nova hierarquia social; finalmente, revela-se em formas visíveis e concretas o poder onipresente do novo dono da vida – o dinheiro (1988, apud MOISÉS, 2006, p.187).

Fazendo um paralelo com os exemplos de cronotopos apresentados por Moisés (2006, p. 186), destacamos três interessantes na obra analisada.

Em primeiro lugar, a sala de visitas do General Albernaz, onde aconteciam as festas populares, que eram promovidas com o intuito de arranjar casamento para as filhas. Neste espaço, circulavam e eram bem recebidas as pessoas consideradas importantes. Notamos que o tratamento dado a Quaresma é de indiferença, embora tenha sido convidado, enquanto a presença de Ricardo significava grande descompostura, por isso não foi convidado:

Veio muita gente. Além das moças e as respeitáveis mães, acudiram ao convite do general, o contra-almirante Caldas, o doutor Florêncio, engenheiro das águas, o major honorário Inocêncio Bustamante, o senhor Bastos, guarda-livros, ainda parente de Dona Maricota, e outras pessoas importantes. Ricardo não fora convidado porque temia a opinião pública sobre a presença dele em festa séria; Quaresma o fora, mas ...não viera;... (BARRETO, 2014, p.38).

Isso reflete os valores que a sociedade cria nas relações interpessoais, e que se estendem para as diversas esferas, fazendo distinções étnicas, de classe, de sexo, etc. O cenário sociocultural, multifacetado e com peculiaridades diversas gera uma complexidade no mundo das representações.

Em segundo lugar, o Centro do Rio de Janeiro, lugar onde a Revolta passou a representar um divertimento para velhos, moças, homens, rapazes, garotos, engraxates, vendedores de jornais, quitandeiros. Neste cronotopo, o sentido da guerra é suavizado pelo romancista, obtendo a conotação de que a população já estava se adaptando ao contexto histórico, que, por sua vez, submeteu-a a extrair da situação de conflito uma maneira de tirar vantagem, de ganhar dinheiro.

Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia...
[...] E dessa maneira a revolta ia correndo familiarmente, entrando nos hábitos e nos costumes da cidade...
[...] As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógio, lapiseiras, feitas com as pequenas balas de fuzis... (BARRETO, 2014, p.161)

Ou seja, a Revolta da Armada deixou de representar o infernal zunir de balas, um combate entre inimigos, uma brutalidade e fealdade para adquirir um sentimento de liberdade, embora esse sentimento não passasse de uma ilusão subjetiva criada com o intuito de superar as expectativas do leitor, ou um mecanismo coletivo de acomodação diante da violência e de uma realidade política, aparentemente, imutável.

Em terceiro lugar, a Ilha das Enxadas, onde estavam instaladas as salas dos marinheiros prisioneiros:

Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aula e alojamentos dos aspirantes. Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se havia alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes boa e dócil como um cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio político, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor. (BARRETO, 2014, p. 193).

Percebemos neste fragmento a vulnerabilidade das pessoas simples que pagaram pelos erros e decisões de seus superiores, que entraram no movimento porque não tinham outra opção, e sequer tinham conhecimento dos motivos que as tornaram vítimas do sistema repressor.

Essas considerações traduzem-nos a ideia de que os acontecimentos imprimem os indícios, os quais marcam o espaço e o tempo. Ou seja, os cronotopos correspondem à vida do homem, às suas marcas impressas, por meio dos costumes, do trabalho, das lutas, que penetram na lógica espaço-temporal da existência de uma sociedade. Concluímos que espaço e tempo estão unidos num vínculo indissolúvel.

3.2.6 – Estilo linguístico

Segundo Bakhtin (2000, p. 285), “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. Nesse sentido, podemos afirmar que cada categoria morfológica, sintática ou semântica entra no sistema dos signos ideológicos pelo acabamento do estilo-gênero, refletindo as estruturas sociais.

O filósofo descortina o universo da linguagem quando nos afirma que a ideologia se apoia nas palavras, e que estas não dão conta de expressar todo o fenômeno ideológico, portanto, cabe à dialética resolver o problema entre a unicidade e a pluralidade da significação.

Sendo assim, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* é um enunciado, cujos signos dialéticos, dinâmicos e vivos não nos permitem compreendê-lo como um sistema estanque, mas como uma unidade real de comunicação verbal que transcende os limites da textualidade.

- Policarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável, como você é, andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio – não é bonito!

[...]

- Mas você está muito enganada, mana. É preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado. A modinha é a mais genuína expressão da poesia nacional e o violão é o instrumento que ela pede (BARRETO, 2014, p. 11).

Notamos as divergências no diálogo entre as personagens Dona Adelaide e Policarpo Quaresma. Por um lado, aquela mantém uma postura preconceituosa perante a posição social de Ricardo Coração dos Outros, como analisa o narrador, pela educação que teve, vendo o instrumento entregue a escravos ou gente parecida. Por outro lado, Quaresma reconhecendo o interior de Ricardo, contesta o preconceito absorvido pela irmã. Bakhtin (2014) explica esse fenômeno dialético,

afirmando que a língua é determinada pela ideologia, e a consciência, que é condicionada pela linguagem, é modelada pela ideologia.

Não faria sentido, portanto, apresentarmos uma análise minuciosa do estilo da obra, prendendo-nos aos elementos estruturais sem estabelecer uma relação com a própria natureza dos signos linguísticos. Além disso, esmiuçá-lo foge dos propósitos deste trabalho, merecendo aqui apenas alguns enfoques.

A configuração lexical, por exemplo, utilizada na descrição dos olhos ou dos olhares e o traçado das figuras humanas dão relevo a aspectos semânticos e dramáticos indispensáveis para a interpretação da obra, bem como para o alcance dos objetivos comunicativos do projeto literário.

Vejamos, por exemplo, como a descrição de Policarpo Quaresma revela suas virtudes, o seu protagonismo e sua determinação diante de quem ou do que acreditava ser bom para o seu país: "...que usava *pince-nez*, olhava sempre baixo, mas quando fixava alguém ou alguma coisa, os seus olhos tomavam, por detrás das lentes, um forte brilho de penetração" (BARRETO, 2014, p. 10).

Em contrapartida, a descrição do olhar de Floriano o aproxima de seu antagonismo, além de manifestar um caráter deprimente, extrapola a esfera individual para a coletiva, isto é, compartilham de suas características aqueles que mantêm posição social semelhante à dele: "...Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça;..." (BARRETO, 2014, p. 143).

Um ponto que merece destaque é que essas descrições recriam, mas não reproduzem o mundo, elas são parte da observação do narrador, que estabelece uma dicotomia entre as pessoas boas e más, fazendo escolhas lexicais adequadas.

Além disso, na busca de um termo adequado à compreensão do leitor, há abundância de enumerações e de sua variante, a gradação, dispondo adjetivos, verbos e advérbios de forma ternária: "Não fora o amor comum, palrador e vazio"; (BARRETO, 2014, p. 12); "Entrava-se, viam-se uns homens calmos, pensativos, meditabundos" (BARRETO, 2014, p. 59); "O general suspendeu a cabeça, levantou um pouco o *pince-nez* que começava a cair, e perguntou..." (BARRETO, 2014, p. 95); "... e o domingo aparecia assim decorado com a simplicidade dos humildes, com a riqueza dos pobres e a ostentação dos tolos." (BARRETO, 2014, p. 66)

As imagens captadas no tecido metafórico produzem a comicidade na figura de Policarpo Quaresma pela sua extravagância sem consistência racional: "- Eis aí!

Vocês não têm a mínima noção das coisas da nossa terra. Queriam que eu apertasse a mão... Isso não é nosso! Nosso cumprimento é chorar..., era assim que faziam os tupinambás.” (BARRETO, 2014, p. 30).

E o tom estético vai compondo a obra com símiles, hipérboles, ironias, gradações, e outras figuras usadas, intencionalmente, no todo discursivo da obra, marcando a originalidade da narração.

Devemos atentar também para a análise das vozes presentes na narrativa, tanto do narrador quanto das personagens, por meio dos discursos diretos e indiretos e do monólogo indireto, pois também constituem esfera ideal para os conflitos deflagrarem.

Esses discursos são materializados com uma linguagem simples, nas vozes do presidente, ditadores, militares, políticos honestos e desonestos, doutores, funcionários públicos, poetas empobrecidos, donas-de-casa, bêbados, loucos e bajuladores.

A linguagem empregada na obra funciona, portanto, como um instrumento de interação contínua e necessária para evidenciar, por meio dos recursos estilísticos, a plurissignificação dos signos que mantém constante relação dialética entre as condições específicas e finalidades da esfera literária, e que convergem para a compreensão de um vasto panorama político, que constrói a história e o heroísmo de pessoas imaginárias.

3.2.7 – Composição

A construção do romance em análise se configura através da abstração da realidade viva. Moisés (2006), afirma que o romancista extrai da realidade circundante uma estrutura orgânica, em consequência de abstrair o mundo, através do ordenamento e unificação dos dados recolhidos por sua sensibilidade segundo um cânon que apenas rege a obra, e não o mundo real de onde partiu sua intuição.

Nesse sentido, os elementos composicionais do romance não passam de processos de criação literária por excelência e, portanto, são regulados por normas próprias do gênero. Esse é o tipo de técnica adotado pelo romance linear ou progressivo.

Por ser o romance a recriação da realidade é que os ficcionistas se têm mostrado sensíveis ao tema da sociedade em decadência: quando tudo parece desmoronar é que mais se faz necessária a tarefa do romancista...

Em tempos amenos, aliena-se, tornando-se passatempo, ou atribui-se o papel de subversor da ordem, transformando-se em arma de combate e ação social. (MOISÉS, 2006, p. 165).

Lima Barreto traduz, na forma estilística da composição, um esforço democrático-popular de pensar a transformação da sociedade, ou numa sociedade em transformação, porém obedecendo aos limites do universo da narrativa, seja qual for o espaço abrangido e a técnica empregada. O narrador apresenta uma visão macroscópica da realidade, de forma intuitiva, observadora e estética.

Nessa representação da vida dos pobres, a trajetória do personagem Policarpo Quaresma é a seguinte: primeiramente, partilha dos valores socialmente dominantes: “O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado” (BARRETO, 2014, p.143); posteriormente, tenta satisfazer ideais comuns a toda a sociedade urbana: “Vê, Vossa Excelência, como é fácil erguer este país” (BARRETO, 2014, p. 167); constata, então, a impossibilidade de realização de seus anseios políticos: “Mas, pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?!” (BARRETO, 2014, p.167); toma consciência da falência dos seus ideais: “Era de conduta tão irregular e incerta o governo que tudo ele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela” (BARRETO, 2014, p. 196).

Lima constrói o quadro épico-narrativo da ação do seu tipo excêntrico, na pessoa do protagonista, explicitando positivamente o núcleo subjetivo do herói, a partir da luta para manter seus ideais, porém o movimento de suas ações constrói-se comicamente e termina de forma trágica.

Finalmente, o romancista molda o universo de símbolos de uma forma dinâmica, atentando para o caos da realidade vivida, moldando-o no perímetro da ficção, conforme as normas que lhe são próprias.

3.2.8 – Enredo

Da descrição e comportamento de Policarpo Quaresma nasce o enredo: um brasileiro nato, que tinha paixão pelos símbolos nacionais, pelas tradições, pelos livros; preocupava-se em apontar medidas progressivas para o país; aos 18 anos quis ser militar, mas a junta de saúde julgou-o incapaz; um tanto individualista, não com uma conotação negativa associada ao egoísmo, mas como característica de

reconhecimento de suas preferências e opiniões na esfera individual, era considerado misantropo por seus vizinhos; sem ambições políticas ou administrativas, atuava como subsecretário no Arsenal de Guerra.

O drama principal constitui-se em torno do nacionalismo de Policarpo – sentimento julgado importante no momento histórico da Primeira República do Brasil – e gera outros núcleos dramáticos que convergem para a dialética política na obra. Primeiramente, considerando a modinha a mais genuína expressão da poesia nacional, teve a ideia de aprender a arte de tocar violão com o amigo Ricardo Coração dos Outros, surpreendendo e aguçando o preconceito dos vizinhos, já que se tratava de “instrumento entregue a escravos ou gente parecida” (BARRETO, 2014, p.66).

O conflito surge no quarto capítulo da primeira parte. Usando do direito conferido pela Constituição, Policarpo escreveu um requerimento para o Congresso, cuja petição concebia que fosse decretado o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro. Ele acreditava que a língua era a manifestação da inteligência de um povo e a criação mais viva e original, e, portanto, a emancipação política do país requeria como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

O requerimento teve uma fortuna de publicidade e comentários veiculados através de jornais, cujo teor desconsiderava o esforço, o trabalho e o sonho generoso e desinteressado de Quaresma. A brusca popularidade e sucesso efêmero desencadeado irritaram seus colegas e superiores a ponto de ser suspenso de suas atividades até segunda ordem, que não veio. As consequências trágicas do requerimento levaram-no ao hospício.

Não fosse o seu compadre Coleoni que evitou a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? O hospício permitiu a Quaresma conhecer de fato as pessoas de grandeza interior que conviviam ao seu redor: sua afilhada Olga, seu compadre Coleoni e Ricardo Coração dos Outros – os únicos que lhe iam visitar.

Ao sair do manicômio foi morar no Sítio Sossego, localizado no município de Curuzu – RJ (espaço de mais um núcleo dramático), acompanhado de sua irmã Adelaide. O lugar não apresentava conforto material e não o desprendeu dos velhos sonhos: pensou que foram vãos aqueles desejos de reformas capitais nas instituições e costumes, o principal à grandeza da Pátria estremecida era uma forte

base agrícola, por isso subsumiu em sua visão política que deveria cultivar a terra para alicerçar fortemente todos os outros destinos que ela tinha de preencher.

Suas ações, no entanto, geraram descontentamento aos políticos locais. Todos acreditavam que o major viera para ali no intuito de fazer política, tanto assim que dava esmolas, deixava o povo fazer lenha no seu mato, distribuía remédios homeopáticos. Sem querer entrou na politicagem. Vendo o interesse estranho que as pessoas punham nas lutas políticas, nas tricas eleitorais, o sufrágio universal pareceu-lhe um flagelo.

O caos narrativo instala-se na terceira parte do livro, após recordar-se do seu tupi, do seu folclore, das modinhas, de suas tentativas agrícolas – tudo lhe pareceu insignificante. Era preciso trabalhos maiores, mais profundos, era preciso refazer a administração, um governo forte até a tirania. Ao abrir o jornal, deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado o presidente a sair do poder, e resolveu escrever telegrama: “Marechal Floriano, Rio. Peço energia. Sigo já. Quaresma” (BARRETO, 2014, p. 125).

E segue para o Rio de Janeiro, levando consigo um memorial para entregar nas mãos de Floriano Peixoto. Nesse memorial, ele sugere corrigir os erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país. Colocando-se à disposição do governo, recebeu a patente de major e foi levado a combater no contexto da Revolta da Armada, adaptando-se aos mecanismos totalitários do governo de Floriano e descobrindo em si mesmo uma personalidade brutal, irreconhecível.

Mesmo diante dos fatos que produziram o totalitarismo de Floriano e os mecanismos de seu governo: a instauração da Revolta no país, protecionismo, coações e estímulos empregados, diretamente, para efetivar o seu controle, a promessa de maior liberdade atraiu o protagonista a aderir aos ideais florianistas e tornou-o incapaz de perceber o conflito existente entre seus ideais e os do governo. Quaresma não desejava compreender porque tal compreensão poderia destruir suas mais caras ilusões.

Desinteressou-se pelo que era necessário: conhecer o caráter de Floriano e a evolução das ideias que o governavam. Quando o curso dos acontecimentos tomou um rumo incalculado, ao invés do progresso que esperava, adentrou profundamente em sua subjetividade, trazendo uma problemática, uma autoanálise psicológica imprevista e densa: questionando-se sobre as circunstâncias que o teriam levado

até ali; constatou que seu projeto de nação fracassou sem sequer ter sido posto em prática.

Em vez de liberdade, justiça e prosperidade, terminou servindo a um sistema repressor. Aceitou que a culpa de seu triste fim era de si mesmo e que a busca de seus mais caros ideais tenha produzido efeitos tão diferentes dos esperados: a privação do mais forte incentivo político – o anseio de liberdade. Levou a vida sem jamais ser compreendido. Foi induzido a acreditar que suas convicções anteriores não passavam de pretextos para justificar interesses egoísticos, que os ideais políticos que legara consistiam, irremediavelmente, na dialética de um problema contínuo.

4 – A INTERDISCURSIVIDADE COM A CARTA MAGNA

Durante a interação com a ficção de Lima Barreto, percebemos que o Brasil de Policarpo Quaresma apresenta uma eficaz semelhança na forma como nossa sociedade se estrutura. O autor aponta referências a acontecimentos históricos e ficcionais que se aproximam bastante daqueles que vivenciamos em nossa realidade concreta.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal... (BAKHTIN, 2014, pp. 127-128).

Por isso, à medida que vamos analisando a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, é possível participarmos dos eventos apresentados e estabelecermos diálogos com artigos de nossa Constituição Federal de 1988, muito embora, a obra em questão tenha sido escrita num período em que estava em vigor a Constituição Federal de 1891, a segunda Constituição brasileira da história.

Candido (1995) explica esse fenômeno dialógico que ocorre durante a prática de leitura, afirmando que, no romance, os seres humanos encontram-se integrados num denso tecido de valores de ordem cognoscitiva, religiosa, moral, político-social, em face dos quais tomam determinadas atitudes, debatendo-se muitas vezes com a necessidade de decidir-se em vista da colisão destes valores e enfrentando-se situações limite em que se revelam aspectos essenciais da vida humana.

Diante dos conflitos existentes na obra literária, enquanto leitores críticos, sentimo-nos incluídos no tecido discursivo, confrontando com algumas ideias, experimentando situações possíveis e/ou impossíveis capazes de contribuir com o nosso desenvolvimento cognitivo e com a preparação para a vida em sociedade. Iniciemos, portanto, esse confronto por meio de signos ideológicos, partindo da leitura crítica de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e de alguns artigos de nossa Carta Magna, aproveitando-nos da reclamação do protagonista acerca dos erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país.

4.1 – Art. 5º *versus* Nacionalismo de Policarpo Quaresma

A prova do brasileirismo de Policarpo Quaresma estava na sua paixão pela arte, pelos livros, pela gastronomia e por todos os elementos tipicamente brasileiros. Tanto é que fixou a ideia de aprender a tocar violão só para curtir a modinha. Para isso, convidou o amigo Ricardo Coração dos Outros – célebre poeta popular – para jantar consigo e ao mesmo tempo ensinar-lhe a arte de tocar o instrumento.

Muito curiosa a reação de Quaresma quando sua irmã, durante esse jantar, pede desculpas ao visitante por não lhe preparar um frango com *petit – pois* pelo fato de ser culinária estrangeira, deveria substituí-la por quando: “Comigo não há disso: de tudo que há nacional, eu não uso estrangeiro” (BARRETO, 2014, p. 17).

Errava quem quisesse encontrar nele qualquer regionalismo; Quaresma era antes de tudo brasileiro. Não tinha predileção por esta ou aquela parte de seu país, tanto assim que aquilo que o fazia vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o seu gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da Guanabara, não era a altura da Paulo Afonso, não era o estro de Gonçalves Dias ou o ímpeto de Andrade Neves — era tudo isso junto, fundido, reunido, sob a bandeira estrelada do Cruzeiro. (BARRETO, 2014, p.p 12-13)

O que diria Quaresma caso lesse o art. 5º da Constituição Brasileira de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”, excluiria a palavra “estrangeiros” desse artigo? Apesar de suas atitudes extremamente nacionalistas, rejeitando tudo que fosse proveniente de terras não brasileiras, certamente Policarpo não excluiria o sobredito vocábulo do dispositivo constitucional, dentre outras razões, em respeito ao seu compadre Coleoni, imigrante italiano, e à sua afilhada Olga, os quais sempre se fizeram presentes nos acontecimentos mais importantes que envolvem o protagonista.

Cabe ressaltar que a Constituição Cidadã, assim alcunhada por seu caráter mais democrático em comparação com as Cartas anteriores, estendeu a todos, inclusive aqueles não nascidos no país, os direitos e garantias fundamentais supracitados neste parágrafo, conferindo devida proteção da Lei Magna. Portanto, a conduta, por vezes, xenófoba do protagonista, estaria totalmente alheia aos padrões

sociais da atualidade e seria passível de duras críticas por parte da sociedade e de medidas corretivas por parte do Estado.

4.1.1 - Incisos IX e XLI *versus* Restrição de liberdade de expressão ou dano moral não reparável

Quando o senhor Antonino Dutra foi até o sítio de Quaresma – propriedade em que habitou depois de sair do hospício – com o intuito de pedir um pequeno auxílio para a festa da padroeira Nossa Senhora da Conceição, e este respondeu que, mesmo não sendo religioso, estava disposto a ajudar, Antonino Dutra reagiu dizendo: “o senhor sabe..., a gente daqui é muito pobre e a irmandade também, de forma que somos obrigados a apelar para a boa vontade dos moradores mais remediados...” (BARRETO, 2014, p. 83).

Uma observação interessante a fazermos na reação de Antonino Dutra é que ele trata os mais pobres como beneficiários do Estado e os “mais remediados” como os agentes, explicamos. Num diálogo político entre Cortella e Ribeiro (2012), há uma interessante reflexão sobre esse aspecto, quando Cortella nos compara aos norte-americanos. Segundo ele a diferença entre nós é que eles “construíram uma sociedade – independentemente de qualquer sentimento de admiração pelo conjunto da obra – fundamentada em alguns elementos centrais da democracia e da liberdade...” (CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 43).

Cortella acrescenta, nessa conversa, que se um brasileiro e um americano estiverem num confronto político, o diálogo que travam tem um quê de insano, porque, enquanto o brasileiro diz “Você sabe com quem está falando”, o americano pergunta “Who do you think you are?”. Assim, o brasileiro se coloca na condição de beneficiário do Estado, enquanto o norte-americano se põe na condição de agente. Diante dessas reflexões, Ribeiro interpõe-se, dizendo que:

... temos dificuldade em construir uma ideia de cidadania que tenha uma de suas bases no pagamento de impostos. Parece coisa de mau gosto. Tentamos o tempo todo encontrar outro fundamento para a cidadania que não o pagamento de impostos. Por exemplo, o indivíduo seria cidadão naturalmente, apenas por nascer ou viver no território do Estado. Tal condição não estaria ligada a uma contrapartida, na forma de pagamento ao tesouro público (CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 45).

Essa dificuldade de construir um conceito de cidadania tendo por base o pagamento de impostos é um tanto complexo num país de tantas desigualdades sociais, em que há uma espécie de delinquência estatal – consequência de incompetência ou má-fé, cujo maior agravante, é a não participação política pública do cidadão no cotidiano.

O sentido atribuído à cidadania, no contexto político do município de Curuzu, parece refletir essa delinquência. De modo satírico, Lima Barreto escreve através do discurso de Antonino:

- O senhor verá com o tempo, major. Na nossa terra não se vive senão de política, fora disso, babau! Agora mesmo anda tudo brigado por causa da eleição de deputados...

Ao dizer isso o deputado lançou por baixo de suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a ingênua fisionomia de Quaresma.

-Que questão é? – indagou Quaresma.

[...]

- Eu lhe explico: O candidato do governo é o senhor Castrioto, moço honesto, bom orador, mas entenderam aqui, certos presidentes de Câmaras Municipais do Distrito que se hão de sobrepor ao governo, só porque o Senador Guariba rompeu com o governador; e – zás – apresentaram um tal Neves que não tem serviço algum ao partido e nenhuma influência... Que pensa o senhor?

- Eu... Nada!

O serventário do fisco ficou espantado. Havia no mundo um homem que, sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do Senador Guariba com o Governador do Estado! Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois... (BARRETO, 2014, p. 84).

Desse mal entendido em diante, envolveu-se Quaresma, de forma bem-humorada, na política local, chegando a ler no jornal de circulação *O Município*, de sua cidade, umas quadrinhas fazendo remissão ao nome dele e um artigo de fundo que se intitulava *Os intrusos*:

consistia em uma tremenda descompostura aos não nascidos no lugar que moravam nele – verdadeiros estrangeiros que se vinham intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranquilidade (BARRETO, 2014, p. 107).

Estamos diante de uma antinomia: liberdade de expressão versus dano moral não reparável. O inciso IX, do art. 5º reza: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Em contrapartida, o inciso XLI, do mesmo art., prevê punição em caso de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Dada a liberdade de expressão prevista no nosso ordenamento, caberia ao nosso protagonista a proteção jurídica com a consequente reparação de dano moral por quem quer que tivesse desobedecido a este importante dispositivo constitucional, visto que a lei pune qualquer discriminação que atente contra os direitos e garantias fundamentais prescritas em seu art. 5º. Quaresma provavelmente vê negligenciado seu direito à reparação do dano por estar inserido em uma época em que a sociedade estava sob o poder de outra Constituição, que talvez não fosse tão cidadã como é a nossa atual Lei Maior.

Mas suscita-nos uma questão para reflexão, cuja resposta caberá a quem quer que leia o presente trabalho: será que Policarpo estaria devidamente protegido, visto que seus “inimigos” eram pessoas do círculo da política?

4.1.2 - Inciso II, XXXV, XXXIX e XLVI *versus* Descumprimento da promessa de casamento e obtenção de vantagem ilícita

Dona Adelaide não era a única mulher na condição feminina de subserviência na sociedade. Quinota, Zizi, Lalá, Vivi e Ismênia, filhas do General Albernaz – o qual fazia de tudo para casá-las –, eram entregues à sorte de um bom e vantajoso casamento. Ismênia foi a mais sofredora de todas, pois, sendo a mais velha, ficou noiva de Cavalcanti só porque achava que tinha obrigação de casar com alguém e terminou numa situação patológica, a loucura, pelo fato do noivo ter ido embora e não ter dado mais notícias.

M. Cavalcânti Proença (apud BARRETO, 1956, p. 44), no prefácio da obra *Impressões de Leitura*, de Lima Barreto, lembra a correlação entre o fim da personagem Ismênia e o episódio da Eneida: “os navios entalhados em madeira do Olimpo, se transformam em ninfas e sobrevivem no mar, cortando as verdes águas com o seio redondo, assim nos surge Ismênia, abandonada pelo noivo, vestindo-se de noiva para morrer”.

O véu afagou-lhe as espáduas, como um adejo de borboleta. Teve uma fraqueza, uma coisa, deu um ai e deu de costas na cama, com as pernas para fora... Quando a vieram ver estava morta. Tinha ainda a coroa na cabeça e um seio, muito branco e redondo, saltava-lhe do corpinho (BARRETO, 2014, p. 178).

O que merecia Cavalcanti depois de ludibriar a moça, dizendo que se casaria após concluir o curso de dentista? O curso de dois anos que ele arrastava há quatro, e “Ismênia tendo sempre de responder à famosa pergunta: ‘Então, quando se casa, dona Ismênia?’ – ‘Em março. Cavalcanti já está formado e...’” (BARRETO, 2014, p. 34). Neste caso, Cavalcanti não sofreria nenhuma punição, visto que, conforme art. 5º, II, da Carta Magna de 1988, ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

O casamento como instituição deve resultar de um acordo de vontades entre duas pessoas. Se uma delas não deseja assumir um compromisso tão importante, não deve ser responsabilizado judicialmente por isso.

Para agravar as circunstâncias, Cavalcanti aproveitou-se, inclusive, da lealdade, bondade e generosidade do general Albernaz, que o ajudou financeiramente na compra de livros, no pagamento do curso quando se viu com dificuldades financeiras. E de repente sumiu!

Nossa Constituição Federal de 1988 explicita em seu art. 5º, XXXV, que toda lesão ou ameaça a direito deve ser apreciada pelo Poder Judiciário. Além disso, o inciso XXXIX do mesmo artigo define que não há crime sem prévia cominação legal. Qual então seria o crime cometido pelo aproveitador Cavalcanti? Este personagem preenche todos os requisitos do malandro, do famoso 171, que busca obter vantagem ilícita, em prejuízo de outrem, induzindo-o ou mantendo-o em erro, mediante artifício ou ardil, o que por sinal é a típica descrição do crime de estelionato, prevista no art. 171, do nosso Código Penal.

O malandro busca induzir o general em erro, fazendo-o crer que casaria com sua filha após o término de seu curso, obtendo, desta forma, os recursos financeiros de que necessitava para comprar livros. Estaria, portanto, sujeito à pena cominada pelo nosso ordenamento jurídico que, segundo a Constituição Federal, em seu art. 5º, XLVI, pode variar de privação ou restrição da liberdade a suspensão ou interdição de direitos.

4.1.3 - Inciso XXII *versus* Expropriação de terras

Diferentemente das intenções políticas de Policarpo Quaresma, preocupado com os problemas sociais de seus conterrâneos, aparece também na obra o

tratamento antipopular revestido nas imbricações entre latifúndio e Estado, através do qual observamos o registro de sofrimentos e descasos com a população. Lembremo-nos da passagem em que Olga, perplexa e desolada com a situação do homem do campo, interroga Felizardo – empregado muito trabalhador do sítio de Quaresma:

- Você por que não planta para você?
- “Quá, sá Dona”! O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- “Sá Dona tá” pensando uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta, cresce, e então? “Quá Sá Dona”, não é assim.
- [...]
- Terra não é nossa... E “frumiga”? Nós não “tem” ferramenta... isso é bom pra italiano ou alamão que governo dá tudo... Governo não gosta de nós... (BARRETO, 2014, p. 110)

A propósito, enfatizamos a compreensão de Olga para os elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural, dos indivíduos marginalizados. Segundo Coutinho (1974), Olga consegue conservar o seu núcleo humano, afirmando eticamente sua interioridade em detrimento de mesquinhas considerações de interesse egoísta.

Felizardo, por sua vez, expõe em seu discurso a cumplicidade entre governo e latifundiários, “ambos encarregados de agenciar o colonato e a desterritorialização dos lavradores nativos – são os mesmos que determinam a vigorosa resistência do Contestado.” (LEITÃO, 2014, p. 54). Após as explicações de Felizardo, o narrador onisciente adentra o espírito de inquietação de Olga e faz a seguinte observação:

Ela voltou querendo afastar do espírito aquele desacordo que o camarada indicara, mas não pôde. Era certo. Pela primeira vez notava que o self-help do Governo era só para os nacionais; com a sua anterior educação e apoio dos patrícios. E a terra não era dele? Mas de quem era então tanta terra abandonada que se encontrava por aí? Ela vira até fazendas fechadas, com as casas em ruínas... Por que esse acaparamento, esses latifúndios inúteis e improdutivos? A fraqueza de atenção não lhe permitiu pensar mais no problema. Foi vindo para casa, tanto mais era hora de jantar e a fome lhe chegava (BARRETO, 2014, p. 110).

Um problema ainda existente em pleno século XXI. Mesmo que a nossa Carta Magna garanta em seu art. 5º, inciso XXII, o direito de propriedade, o Estado ainda não conseguiu cumprir eficazmente seu papel, no que tange à distribuição de terras aos necessitados. Conforme art. 184 e 188, da CF/88, a distribuição de terras deveria ser feita de duas maneiras: a primeira, por meio de desapropriação de terras

privadas, consideradas improdutivas, mediante pagamento de justa indenização ao seu proprietário; a segunda, mediante destinação de terras públicas devolutas, ou seja, não produtivas, consoante um planejamento bem definido de reforma agrária.

Em decorrência do ineficiente planejamento estatal de reforma agrária, veem-se cotidianamente movimentos organizados de trabalhadores rurais sem terras apropriando-se indevidamente de terras públicas e/ou privadas, turbando a ordem pública, e a falta de vontade estatal em solucionar de imediato este problema, adotando, na maioria das vezes, medidas paliativas que somente adiam a responsabilidade pública em resolver tal imbróglio.

4.1.4 - Incisos XLI e XLII *versus* Preconceito racial

Não era somente o violão que despertava preconceito no universo fictício de Policarpo Quaresma, quem o tocava também. A irmã de Quaresma não se interessava pelo violão porque “a sua educação, que se fizera vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem” (BARRETO, 2014, p.66).

As pessoas de “certa ordem” é uma remissão a Ricardo Coração dos Outros. Referir-se a alguém dessa maneira hoje seria ir de encontro ao que reza o art. 5º, incisos XLI e XLII, os quais dispõem, respectivamente, que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais” e que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”. Portanto, todo tipo de discriminação e preconceito é vedado pela legislação brasileira.

Para Coutinho (1974), a simpática figura de Ricardo Coração dos Outros é a maior expressão literária da alternativa popular, no mundo romanescos de Lima Barreto.

... um tipo popular que, embora incapaz de se apropriar amplamente de todas as potencialidades do gênero humano em dada época (apropriação que nos períodos de alienação, permanece como concreta possibilidade apenas para alguns indivíduos excepcionais), logra não apenas conservar o núcleo humano, mas também evitar as unilateralidades provocadas pela divisão do trabalho e, desse modo, desenvolver-se harmoniosamente no interior de certos limites socialmente determinados. (COUTINHO, 1974, p. 48)

Dona Adelaide não falava de Coração dos Outros por maldade. Era por conformismo e apropriação ideológica desses limites socialmente determinados, pois nos apresentava incapaz de contrariar até mesmo o próprio irmão: “Bem, Policarpo, eu não quero contrariar você; continue lá com as suas manias” (BARRETO, 2014, p. 11).

Ela é descrita na narrativa como uma mulher velha, atarantada, sem direção; educada em casa sempre com um homem ao lado, o pai, depois o irmão, ela não sabia lidar com o mundo, com negócios, com as autoridades e pessoas influentes.

4.1.5 - Inciso XLVII *versus* Triste fim de Policarpo Quaresma

Lima Barreto, em sua tomada de posição diante da realidade social, denuncia também o florianismo, com vistas a um novo caminho alternativo para a evolução brasileira. Para Coutinho (1974), o fato de o escritor ser contra o movimento florianista poderia ser catastrófico para um dirigente político, mas não o prejudica absolutamente enquanto romancista: ao contrário, faz dele um dos maiores representantes da linha humanista e democrático-popular na literatura brasileira.

... sua “segunda incursão” no mundo da ação processa-se agora no seio do amplo quadro histórico-social definido pelas lutas entre o movimento florianista e os membros rebelados da Armada. Policarpo julga descobrir em Floriano o Henrique IV brasileiro, ou seja, o déspota iluminado capaz de promover a “revolução pelo alto” necessária ao progresso social da Pátria. (COUTINHO, 1974, p.41, grifos do autor)

A modalidade de transformação social pelo alto é então representada pela total confiança de Policarpo Quaresma ao governo de Floriano. Através da excentricidade do protagonista, especialmente, quando seus olhos brilhando de esperança, levam-no à estação para escrever o telegrama ao presidente dizendo que logo estaria no Rio de Janeiro para subsidiá-lo como voluntário no movimento da Revolta.

Coutinho (1974, p.41) analisa o modo como Quaresma adere ao florianismo como “meio estilístico encontrado por Lima para evidenciar, com notável força plástica, a continuidade da bizarrice como traço ainda dominante na nova fase de atuação objetiva que se abre para o personagem.”

A desilusão de Policarpo em torno da eficácia da revolução pelo alto ocorre precocemente quando aproveitava um dia para redigir um memorial – expondo nele “as medidas necessárias para o levantamento da agricultura e mostrando todos os entraves, oriundos da grande propriedade, das exações fiscais, da carestia de fretes, da estreiteza dos mercados e das violências políticas” (BARRETO, 2014, p. 142) – e, finalmente, após a análise do memorial feita pelo Presidente do Brasil, este o questiona aborrecidamente: “ – Mas pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?!” (BARRETO, 2014, p. 167).

Embora já demasiadamente tarde, Policarpo descobre no fim do romance – tal como o Quixote – Que norteava a sua vida por uma ilusão: o seu fanático nacionalismo ufanista, como ele agora compreende, baseava-se num mito, em um conceito de Pátria “que certamente era uma noção sem consistência racional e que precisava ser revista” (Coutinho, 1974, p. 44, grifo do autor).

O narrador expõe os pensamentos de Quaresma quando este se encontrava dentro de uma cela à espera de sua execução, sem ter cometido crime algum, sem ser ouvido nem julgado, iria morrer sem que tivesse o cortejo de parentes e amigos, mesmo tendo sido bom, generoso, honesto, virtuoso por toda a sua vida. No mundo da ficção tudo é possível, inclusive a pena de morte, que para nós somente em caso de guerra declarada como prevê o inciso XLVII, do art. 5º de nossa Constituição.

Apesar de suas inúteis investidas para a transformação da realidade e de todos os brasileiros, Policarpo ainda pôde contar com a amizade de Ricardo Coração dos Outros – incapaz de orientar-se adequadamente no complexo mundo em que vive e enfrentar os problemas de modo a realizar-se humanamente para além de seu mundo subjetivo. Colocam-se Ricardo e Olga ao lado do major para tentar ajudá-lo, sem medo de retaliações, embora essa tentativa tenha sido em vão.

Sobre a atitude humana desses dois personagens, Coutinho (1974) observa que, através de um paralelo entre eles e a covarde reação dos Genelícios – puxa-sacos, dedos-duros e carreiristas - e Dr. Armando – ambicioso por dinheiro e status social – , que se pretendem sábios e intelectuais, Lima Barreto expressa com meios literários – sua clara e decidida tomada de partido pela plenitude ou conservação do núcleo humano – uma efetiva alternativa humana à corrupção moral das classes dominantes.

4.2 – Art. 13 *versus* Proposta de alteração idiomática

Quaresma propõe, de forma humorada, a utilização do tupi-guarani como língua nacional brasileira, após estudar os índios – “não só no tocante à língua, que já quase falava, como também nos simples aspectos etnográficos e antropológicos” (BARRETO, 2014, p. 22), ao ponto de escrever, em seu estabelecimento profissional, um requerimento em tupi, o qual chegou, acidentalmente, nas mãos do ministro. E assim era concebida a petição:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se diariamente surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro (BARRETO, 2014, p. 48).

Se tivesse plenos poderes para isso, Quaresma alteraria o art. 13, de nossa Constituição, que reza: “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, até mesmo porque, desde 1759, o uso da língua portuguesa como idioma oficial de todo território nacional tornou-se obrigatório. Nesse ínterim, vale mencionar que, conforme art. 60, da Lei Maior de 1988, a Constituição só poderá ser emendada: mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; ou de mais da metade das Assembleias Legislativas dos Estados, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros.

Assim, viciado estaria o ato quixotesco do nosso protagonista por deixar de atender às formalidades da nossa Constituição, no tocante a uma alteração em um de seus dispositivos, que seria a alteração do nosso idioma oficial.

Essas ações das personagens são elementos bem-humorados utilizados por Lima Barreto na composição estética, figurando na narrativa como completa inadequação à realidade, por isso assumem, estilisticamente, a forma do humor. A ação objetiva de Quaresma desemboca no absoluto fracasso tragicômico.

4.3 - Art. 37 *versus* Improbidade administrativa

A completa inadequação à realidade ocorreu também quando Quaresma recebeu, próximo às eleições, o presidente da câmara em sua casa, no Sítio Sossego, com uma carta do Neves dirigida a ele e que propunha a assinatura do major em um documento, comprovando que não houve eleição na seção localizada na escola de sua vizinhança. Pelo fato do major Quaresma negar uma ação tão corruptível como aquela, foi surpreendido dois dias depois, como retaliação, com a entrega de um papel oficial o qual dizia:

Em virtude das posturas e leis municipais,..., o Senhor Policarpo Quaresma, proprietário do Sítio Sossego, era intimado, sob as penas das mesmas posturas e leis, a roçar e capinar as testadas do referido sítio que confrontavam com as vias públicas. (BARRETO, 2014, p. 122)

Descrevendo a reação do major ao ler a intimação, o narrador onisciente afirma que ele ficou um tempo pensativo, julgando impossível aquela intimação. Releu o papel e viu a assinatura do doutor Campos, presidente da câmara municipal de Curuzu.

Mas que absurda intimação esta de capinar e limpar estradas na extensão de mil e duzentos metros, pois se o sítio dava de frente para um caminho e de um dos lados acompanhava outro na extensão de oitocentos metros – era possível? (BARRETO, 2014, p. 123).

Ou seja, mais uma forma de desterritorialização? Analisando a situação, a partir da postura dos personagens sobre as eleições, a proposta corruptível dada pelo presidente da câmara ao major Quaresma é um confronto ao art. 37 que diz: “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. O ofício recebido por Quaresma é, então, uma afronta aos seus direitos de cidadão livre, sendo um ato de improbidade administrativa, que importaria na suspensão dos direitos políticos e na perda da função pública dos envolvidos no caso.

4.4 - Art. 40 *versus* Ameaça de demissão

Devido à proposta de alteração do idioma oficial, Policarpo foi suspenso de suas atividades e quase foi demitido. Ele saiu abatido do gabinete do coronel, e já apareceu na narrativa sendo levado às portas da loucura.

Se não fosse seu pai (e Olga amava mais por isso o seu rude pai) que se interessava, chamando a si os interesses da família e evitando a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? Como é fácil na vida tudo ruir! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice... (BARRETO, 2014, p. 61).

Foi ameaçado de demissão. Isso por si só seria suficiente para desocupar um servidor de seu cargo? O que a nossa legislação poderia garantir a um cidadão que sofresse a mesma penalidade que ele? Qual seria a consequência direta desse ato? Em vista do retro mencionado art. 60, da nossa Lei Maior, ou algum membro do nosso Congresso Nacional apoiaria a ideia revolucionária de Quaresma e convenceria no mínimo 1/3 dos membros da correspondente Casa para emendar nossa Carta Magna, ou o próprio Floriano Peixoto proporia a alteração do idioma, ou mais da metade dos Estados Federativos, mediante deliberação dos nossos deputados estaduais, apoiaria o tupi como língua oficial. Será que Policarpo teria tanta influência assim?

Sua proposta desagradável teria sido simplesmente desconsiderada, sem maiores consequências, afinal, a livre expressão do pensamento e da atividade de comunicação são direitos e garantias fundamentais assegurados pelo Estado, materializadas pelo art. 5º, da Constituição Federal de 1988. A ameaça de demissão sofrida configuraria tão somente abuso de autoridade, o que permitiria a Quaresma acionar a esfera judiciária para a defesa de seus direitos. E mesmo que houvesse atingido estado de demência, como supunham seus superiores, ainda assim, jamais poderia ser demitido, em face da garantia preconizada pelo art. 40, § 1º, inciso I:

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados nos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.

Devido aos seus recursos interiores e à solidariedade de um reduzido círculo de amigos e parentes, Quaresma logo retoma o seu equilíbrio psicológico. O narrador onisciente observa que, no manicômio, Policarpo “chocando-se com aquele meio, houve logo nele uma reação salutar e necessária. Estava doido, pois se o punham ali...” (BARRETO, 2014, p. 62). Isso reitera as características pacíficas e regradas do protagonista, que muito contribuíram para que o compadre Coleoni interviesse a seu favor.

4.5 – Art. 205 *versus* Exclusão educacional

Injustiça não partia apenas dos setores burocráticos. Basta lembrar da vizinhança que julgava Quaresma esquisito e misantropo, recebendo, inclusive a desafeição do Dr. Segadas, “um clínico afamado do lugar, que não podia admitir que Quaresma tivesse livros: ‘se não era formado, para quê? Pedantismo!’” (BARRETO, 2014, p. 9)

A Constituição, em seu **Art. 205**, garante que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda podemos contar com o prescrito no art. 5º, IX, da Lei Maior de 1988, que garante a livre expressão intelectual a todos, não sendo cabíveis atitudes e manifestações que contrariem este dispositivo legal. Quaresma, assim como qualquer cidadão, brasileiro ou estrangeiro, gozaria deste dispositivo constitucional em toda sua plenitude. Ao Dr. Segadas restaria o conformismo perante o rigor da lei, ou, caso contrário, envolver-se-ia em problemas judiciais.

4.6 – Art. 206 *versus* Polêmica na Arte

Curioso mesmo, retomando as aulas de violão, eram os comentários no bairro, por se ver entrar em sua casa, “três vezes por semana, e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado numa bolsa de camurça... Um violão em casa tão respeitável! Que seria!” (BARRETO, 2014, pp. 9-10).

Esse comportamento da vizinhança se deve ao fato de o violão ter sido, por muito tempo considerado instrumento de malandros, e quem tocava poderia até ser

preso por causa disso. Podemos considerar um grande avanço, não compartilharmos dessa consideração, afinal o inciso II, do art. 206 prevê a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Além disso, o art. 5º, IX, da Carta Magna brasileira, prevê que é livre a expressão da atividade artística, independente de censura ou licença, não cabendo, pois, atitudes como as evidenciadas acima por parte de quem quer que seja, sob pena de sofrer as devidas sanções legais previstas no ordenamento jurídico. Ademais, vale considerar que, hoje, saber tocar um instrumento, dadas as suas peculiaridades, é motivo de admiração e orgulho.

Concluimos este capítulo, reforçando a ideia de que os discursos da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e da Carta Magna alinham-se, uma vez que aqueles trazem em sua constituição, em dado lugar e momento histórico, possibilidades de diálogo com os discursos desta. Assim, a perspectiva da interdiscursividade, aqui proposta, pode favorecer a reflexão crítica e a fruição estética, sendo de grande relevância para análise num contexto escolar.

No próximo capítulo apresentamos o delineamento da pesquisa, destacando o contexto, ambiente e sujeitos da pesquisa, bem como os aparatos metodológicos e analíticos deste trabalho.

5 – DELINEAMENTO DA PESQUISA

A proposta de intervenção que apresentaremos adiante baseia-se na sequência expandida do letramento literário, sugerida por Cosson (2014). Como explicitamos na introdução deste trabalho, consiste numa proposta de aplicação em análise de gênero textual/discursivo de abordagem artístico-literária: o romance, tomando como objeto de análise a natureza política da obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto e as formas de dialogismo com a Carta Magna, para o 9º Ano do ensino fundamental, de uma escola pública do município de Guarabira – PB.

Fornecemos aos alunos pesquisados os instrumentos considerados necessários para que compreendessem as funções da leitura literária, por meio das especificidades do romance. Sistematizamos as atividades nos liames da sequência expandida do letramento literário, e, desta forma, norteamos nossa atuação para a minimização do problema referente às dificuldades em utilizar procedimentos necessários para acesso de conteúdos e produção de sentidos, especialmente, em se tratando da análise de gêneros e utilização de estratégias não-lineares durante o processamento da leitura, articulando conhecimentos e estabelecendo relações entre enunciados.

Por conseguinte, a contextualização, coleta de dados, o corpus, os aparatos metodológicos para a execução da sequência expandida e os aparatos analíticos próprios da natureza da pesquisa serão apresentados nas próximas subseções.

5.1 – Contexto da pesquisa

Para a consecução da pesquisa, buscamos compreender o contexto em que se insere o problema apresentado, especialmente, o ambiente em que a foi realizada e o perfil dos sujeitos pesquisados, e, assim, intervirmos de modo eficaz.

5.1.1 – Ambiente da pesquisa

Realizamos a pesquisa numa escola estadual de ensino fundamental e médio situada no município de Guarabira – PB.

A escola dispõe de uma estrutura ampla, projetada em três blocos, o primeiro apresenta sete salas de aula, uma biblioteca, laboratório de robótica e matemática, sala para professores, secretaria, diretoria, cinco banheiros – dois masculinos, dois femininos e um para professores e funcionários -, entre eles um masculino e outro feminino com adaptação para portadores de necessidades especiais; o segundo dispõe de uma sala multifuncional, um refeitório e uma cantina; e o terceiro bloco é o ginásio de esportes com dois vestiários; possui ainda um terreno baldio extenso que poderá ser utilizado para projeções estruturais futuras.

Quanto aos recursos humanos, apresenta uma gestora, uma adjunta, trinta e cinco professores habilitados para o efetivo exercício do magistério, e vinte três funcionários incluindo agentes administrativos, secretário, porteiro, agentes de vigilância e auxiliares de limpeza.

Atende às seguintes etapas e modalidades de ensino:

- Anos finais do ensino fundamental – 6º ao 9º Ano;
- Ensino Médio Regular;
- Ciclos IV, V, VI e VII – EJA;
- Educação Especial, oferecida na rede regular de ensino e Atendimento Educacional Especializado, doravante AEE, complementando ou suplementando a escolarização dos estudantes com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento.

Também oferece os programas PROEMI – com oficinas de Português, Matemática, Inglês, Protagonismo Juvenil e Mundo das Artes – e Mais Educação – com cinco oficinas: Português; Matemática; Dança; Percussão e Futsal; e conta com a participação do PIBID.

Para que o trabalho político e pedagógico se desenvolva dentro das expectativas e padrões mínimos de qualidade exigidos, conta com os Projetos Escola de Valor e Mestres da Educação, com o apoio do Conselho escolar e com recursos financeiros dos seguintes programas:

- PDDE Paraíba – Programa Dinheiro Direto na Escola Programa na Paraíba;
- PDE – Programa voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva;

- PNAE – Programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários;
- MAIS EDUCAÇÃO – Programa que visa fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo UNICEF, utilizando os resultados da Prova Brasil 2005;
- PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador.

5.1.2 – Sujeitos da pesquisa

Realizamos a pesquisa com um número de 20 alunos, do 9º ano do ensino regular e 1 aluna da educação especial, que apresenta limitações cognitivas provenientes da Síndrome de Down, sendo a faixa etária desta de 34 anos de idade e a da maioria de 14 a 16 anos de idade.

Esses alunos advêm de diferentes bairros da cidade, tais como: Cordeiro, Nações, São José, Primavera, Bairro Novo, além de localidades rurais como, Sítio Carrasco, Itamataí, Encruzilhada, etc, caracterizando-se como agentes de aprendizagem de variadas situações sociais.

O perfil desses alunos é bastante diversificado: há adolescentes que mantêm relacionamento conjugal; há meninas que já são mães e, por esse motivo, dividem-se entre a responsabilidade do lar e da escola; há aqueles alunos que dizem frequentar a escola pela qualidade na oferta da merenda; ou aqueles que evadem pela falta de incentivo dos próprios pais e/ou falta de estrutura escolar adequada para atender as suas especificidades.

Mesmo diante dos desafios advindos da contextualização apresentada, acreditamos nas mudanças que podemos alcançar, gradativamente, para que o cenário educacional ofereça melhores oportunidades para todos.

5.1.3 – Delimitação do corpus

O *corpus* da análise é composto de uma atividade diagnóstica, cuja apresentação dos dados coletados reflete as questões discutidas, oralmente, numa roda de conversa com todos os alunos em sala de aula; das impressões extraídas dos alunos em suas participações orais nas etapas de motivação, introdução,

primeiro intervalo de leitura e contextualização histórica e presentificadora, de 100% das atividades escritas realizadas em grupo; de 50% + 1 dos resultados das atividades escritas realizadas, individualmente, durante a etapa da primeira interpretação e da contextualização temática; e de um diálogo entre mãe e filha acerca da etapa de expansão da sequência expandida, de nossa proposta de intervenção.

Na próxima subseção, discorreremos sobre os aparatos metodológicos e analíticos de nossa pesquisa.

5.2 – Aparatos metodológicos

Para os propósitos deste trabalho, utilizamos a pesquisa-ação, voltada para a intervenção na realidade social. Parafraseando Prestes (2012), este tipo de pesquisa se caracteriza pela ampla e efetiva interação entre pesquisadores e pesquisados, cujo objeto de estudo se constitui pela identificação de problema de natureza diversa, em nosso caso problemas relacionados à leitura em sala de aula.

Quanto à forma de estudo, assumiu a função descritiva em que os dados foram observados, analisados, qualitativamente, e interpretados, bem como os resultados de nossa intervenção, a fim de que a complexa dinâmica do processo de intervenção, durante o período de execução, possibilitasse compreendermos a problemática observada, ampliando nossos conhecimentos e o nível de aprendizagem dos pesquisados.

Tomando por base Thiollent (2011), essa complexa dinâmica de ações nos conduz à elucidação e tomada de decisões que vão, conseqüentemente, norteando o processo de produção acerca da capacidade de aprendizagem dos participantes.

Portanto, a metodologia adotada permitiu a tomada de decisões diante das especificidades do problema investigado, ampliando nossa visão para minimizá-lo e contribuir, desta forma, com melhores resultados a partir das metas estabelecidas em cada etapa da proposta de intervenção, a qual será apresentada mais adiante.

5.3 – Aparatos analíticos

Antes de mencionarmos os dispositivos de análise da coleta dos dados, destacamos que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, tendo sido aprovado, conforme documentos anexados, sob a condição de manter nomes que indicam a participação dos pesquisados em sigilo, no ato da transcrição de materiais, porém, utilizando imagem e voz dos participantes, conforme termos de autorização (Anexos G e H).

Cada etapa da proposta de intervenção foi analisada para que obtivéssemos uma visão mais ampla da realidade.

A partir da atividade diagnóstica, que descreveremos mais adiante, verificamos, por meio da participação oral, os primeiros dados da pesquisa, analisando-os na perspectiva dos multiletramentos presentes em nossa cultura, para assim ajustarmos os encaminhamentos necessários.

Dando prosseguimento, realizamos a análise de cada etapa da sequência expandida do letramento literário, articulando os eixos básicos: **uso da língua oral**, conforme a participação dos estudantes (nas etapas de Motivação, Introdução, Primeiro intervalo de leitura, Terceiro intervalo de leitura e Contextualização presentificadora) e **escrita** (em atividades realizadas em grupo – na etapa do Primeiro e Segundo intervalos de leitura; coletivamente – nas etapas de Terceiro intervalo de leitura, Contextualização histórica e Segunda interpretação; e em atividades individuais – Primeira interpretação e Contextualização temática).

Durante as análises da sequência expandida, refletimos sobre as pesquisas realizadas na perspectiva do letramento literário e na abordagem sociodiscursiva da linguagem, consoante apresentado nas seções anteriores ao delineamento da pesquisa.

5.4 – Proposta de Intervenção

Para Travaglia (2009, p.10) “não há bom ensino sem o conhecimento profundo do objeto de ensino...”. Por isso, esboçamos uma atividade diagnóstica e uma proposta em análise de gênero que possa servir de subsídio no processo de ensino-aprendizagem da leitura de nossos alunos. A tentativa de aplicar os fundamentos da teoria sociodiscursiva, de modo adequado aos sujeitos da pesquisa, requer uma didatização eficaz para que o ensino da leitura literária cumpra sua importante função social.

Para tanto, tomamos por base a proposta de sequência expandida do letramento literário, sugerida por Cosson (2014), em virtude da adequação da sequência às possibilidades de leitura do gênero e adaptação de atividades, visando a utilização de procedimentos necessários para acesso de conteúdos e produção de sentidos, análise do gênero proposto, utilização de estratégias não-lineares durante o processamento da leitura, articulações de conhecimentos e relações entre enunciados.

Embora a criação da sequência expandida pelo autor tivesse como um dos propósitos responder às inquietações dos professores do ensino médio, ela viabiliza o alcance de nossos objetivos, uma vez que possibilita não apenas a experiência da interpretação como construção do sentido, mas a aprendizagem de outras dimensões do letramento literário, isto é, aquelas que ultrapassam o nível do texto.

A seguir, expomos a atividade diagnóstica e as etapas da sequência expandida.

5.4.1 – Atividade diagnóstica

A atividade diagnóstica teve por objetivo verificar os critérios utilizados pelos alunos para seleção de textos, os hábitos e preferências de leitura, a frequência com que leem e o suporte. Já sabemos o quanto nossos alunos precisam avançar no tocante à leitura, já que os níveis da maioria estão distantes do esperado. Por isso, organizamos uma roda de conversa no espaço de sala de aula, com duração de 1 hora/ aula (45 minutos), levantando as questões na seguinte ordem:

1 – Que critérios vocês utilizam para a seleção de um livro com o intuito de lê-lo?

2 - Como são os hábitos de leitura de vocês?

3 – Vocês têm preferências de leitura quanto a gêneros e suporte?

Consideramos essas questões necessárias para o conhecimento de nosso público leitor, uma vez que, elas desencadeiam outras pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem, propiciando uma melhor intervenção, de acordo com os dados levantados.

A seguir, expomos a proposta de sequência expandida.

5.4.2 – Sequência expandida do letramento literário

A LDB (Lei 9.394/96) garante em seu art. 3º, inciso II, “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Com base nessa autonomia, selecionamos textos e produzimos algumas atividades referentes a cada etapa, respeitando o nível de aprendizagem dos alunos.

No quadro a seguir, apresentamos o funcionamento da sequência expandida: na primeira coluna, a ordem das etapas; na segunda, a síntese referente a cada uma delas, extraída da obra *Letramento Literário: teoria e prática*, de Rildo Cosson (2014); na terceira coluna, a descrição sucinta de como as realizamos na prática; e na quarta coluna, o tempo empregado para cada etapa da sequência.

Quadro 1 Sequência expandida do letramento literário

Etapas	Sequência Expandida	Descrição	Tempo
1ª	<p>Motivação</p> <p>Preparação para a leitura, de maneira a favorecer o processo como um todo.</p>	Preparamos, antecipadamente, um jornal (Apêndice A) contendo gêneros textuais extraídos da obra literária <i>Triste fim de Policarpo Quaresma</i> . Entregamos um jornal a cada aluno e oportunizamos a leitura, reflexão e discussão acerca das impressões que eles tiveram. O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice B.	2 h/a
2ª	<p>Introdução</p> <p>Sua função é permitir que o aluno receba a obra de uma maneira positiva.</p>	Apresentamos, brevemente, informações sobre o autor e justificamos a escolha da obra literária para os alunos. Distribuímos as obras para leitura e um cronograma (Apêndice C), estabelecendo limites no prazo para a realização da leitura. O plano de aula desta etapa consta no Apêndice D.	2 h/a
3ª	<p>Leitura</p> <p>Quando o texto é extenso, a leitura deve obedecer a um prazo e ser realizada extraclasse. Cabe ao professor oportunizar intervalos de leitura, propondo atividades complementares</p>	<p>Primeiro intervalo</p> <p>(O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice F.)</p>	4 h/a
	<p>Segundo intervalo</p>	Refletimos sobre o estilo linguístico que compõe o todo discursivo do romance, a partir da construção de	4 h/a

	para facilitar a compreensão do texto pelos alunos.	(O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice G.)	paródias.	
		Terceiro Intervalo (O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice H)	Estabelecemos as relações entre o tempo e o espaço presentes na narrativa. Obs.: Oferecemos um prazo de trinta dias para a leitura do romance.	4 h/a
4ª	Primeira interpretação Chegada à construção do sentido do texto, através do diálogo que envolve autor e leitor por meio do texto. (O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice I.)		Os alunos escreveram suas primeiras impressões de leitura.	2 h/a
5ª	Contextualização Relação entre a produção literária e a história do período por meio da história das ideias.	Histórica	Analisamos o contexto histórico.	2 h/a
		Época em que ela encena.	(O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice J.)	
		Temática Repercussão do tema dentro da obra.	Discutimos sobre o conteúdo temático, fazendo relações entre conceitos de “política” e “cidadania”. (O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice K.)	2 h/a
	Presentificadora Estabelecer relações com o presente.	Relacionamos a temática abordada com o presente dos alunos, por meio do diálogo com a Carta Magna. (O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice M.)	4 h/a	
6ª	Segunda interpretação		Realizamos uma atividade escrita referente a esta etapa, além dos ensaios para a apresentação do júri, oportunizando aos alunos a percepção quanto ao dialogismo entre o romance e a Constituição Federal. (A atividade escrita referente a esta etapa consta no Apêndice O.)	15 h/a (4 h/a em sala e o período restante em horário contra turno)
7ª	Expansão Apresentação dos resultados dialógicos pelos alunos.		Apresentamos, em forma de júri simulado, o julgamento de Policarpo Quaresma para a comunidade escolar. (O plano de aula referente a esta etapa consta no Apêndice P.)	4 h/a

6 – DESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Como mencionamos, anteriormente, aplicamos os fundamentos da teoria sociodiscursiva, de modo a atender as necessidades de leitura de nossos alunos, e tornar a prática de leitura em sala de aula mais prazerosa, instigante e dinâmica.

A seguir, descrevemos, mais detalhadamente, a realização da atividade diagnóstica e da sequência expandida.

6.1 – Da atividade diagnóstica

A atividade diagnóstica foi realizada numa aula de 45 minutos. Como já afirmamos, o objetivo desta atividade foi verificar os critérios utilizados pelos alunos para seleção de textos, os hábitos de leitura, as preferências, a frequência empregada na leitura e o suporte mais usado.

Com as carteiras dispostas em círculo, demos início à roda de conversa, discutindo com os alunos acerca de quais elementos eram levados em consideração no momento de selecionarem um texto para leitura.

Todos os alunos se fizeram presentes na aula e participaram da discussão. Quando questionados sobre as preferências de leitura, os alunos citaram: ficção, literatura, textos científicos, aventuras, imagens, ação, narrativa histórica, romance, terror, poesia, comédia, tudo o que não seja realidade, mitos, suspense, mistério e investigação (detetive). A última aluna a falar afirmou: “se eu pudesse, faria uma peça sobre a época do escravismo para mostrar um dos piores acontecimentos da história.”

Após ouvirmos cada aluno sobre suas preferências, perguntamos sobre seus hábitos de leitura. Eles se dividiram nas seguintes afirmações: falta tempo para ler; tenho filhos, não dá tempo; raramente leio, leio diariamente, não gosto de ler.

Ao prosseguir a discussão, os alunos foram questionados sobre os critérios utilizados na seleção de livros para leitura e sobre o suporte que tinham mais contato. Disputaram-se nas seguintes respostas: quanto aos critérios de seleção, livros com imagens, livros curtos, pela capa, pelo título; já quanto ao suporte, mencionaram internet, livros e revistas.

Após a descrição da atividade diagnóstica, cuja análise será feita na subseção 7.1, iniciamos a descrição da sequência expandida.

6.2 – Da realização da sequência expandida

A descrição de cada etapa da sequência expandida reflete a sistemática e o papel que o texto literário tem a cumprir no âmbito escolar, o modo como produzimos os conhecimentos e integramos os alunos à prática da leitura literária. Seguem as etapas.

6.2.1 – Motivação

Nesta primeira etapa, traçamos como objetivos específicos incentivar a leitura do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto; conhecer o suporte em que o romance foi publicado inicialmente; e oferecer pistas acerca da natureza temática da obra, através de jornal.

Com vistas ao alcance desses objetivos, oferecemos o elemento lúdico em duas horas-aula, cada uma delas com duração de 45 minutos. Inicialmente, a professora/pesquisadora exerceu o papel de jornalista e levou para a sala de aula cópias de um jornal (Apêndice A) elaborado com fragmentos da obra literária supracitada.

Utilizamos o jornal como objeto de motivação da leitura porque foi esse tipo de suporte inicialmente utilizado para a publicação da obra literária a ser lida com os alunos. Já que o objeto de estudo é a natureza política do romance, selecionamos para compor este suporte os textos *Política de Curuzu*; *Telegrama de Policarpo Quaresma a Floriano*; *Biografia de Lima Barreto*, Manchetes sobre alguns acontecimentos políticos e o primeiro capítulo *Lição do Violão*, extraídos da obra.

Desta forma, com os jornais em mãos, apresentamos aos alunos os objetivos da aula, estimulando-os a ler os textos que chamassem a atenção deles, e mais, avisados sobre o motivo de estarem trabalhando com esse suporte – porque o texto que eles receberiam havia sido publicado pela primeira vez em folhetins do Jornal do Comércio, em 1911. A dinâmica da aula consistiu em aumentar cada vez mais as expectativas dos alunos.

Os alunos tiveram 30 minutos para folhear o jornal, ler os assuntos considerados relevantes e descobrir pistas sobre a obra literária que ainda seria recebida, e ficaram à vontade para conversar, entre si, acerca das observações que fizeram.

Após esse período, estimulamos a turma a falar sobre as pistas encontradas e/ou os textos que lhes eram interessantes. Sobre as pistas, elencamos algumas levantadas pelos alunos: fala de violência; o português é antigo; fala de política; fala sobre religião. Um dos alunos disse ter gostado do texto em quadrinhos que mostra um coronel obrigando um cidadão a votar. Explicamos-lhe, diante da turma, que o gênero textual/discursivo ao qual se referia é conhecido por charge, pois trata de uma ilustração com ou sem palavras, que tem por finalidade ridicularizar algum acontecimento atual, por meio de caricaturas.

Alguns questionamentos ainda foram feitos por alguns alunos nessa etapa, por exemplo: “Professora, ‘ontem’ se escreve com ‘h’? Não está errado?”; “O que significa pô-lo?”. Não precisamos responder à primeira pergunta, pois uma aluna disse: “Não é que esteja errado, é porque o português antigo era assim”.

Em meio à interação, o alarme tocou e a explicação acerca da palavra “pô-lo” foi interrompida. Para não dispensar a oportunidade de pesquisarem sobre o termo em destaque, solicitamos que buscassem uma resposta no dicionário para apresentarem na aula seguinte.

6.2.2 – Introdução

Nesta etapa, os objetivos específicos das aulas consistiram em apresentar aspectos relevantes da biografia de Lima Barreto; saber das contribuições que a leitura do romance pode oferecer tanto para o desenvolvimento de habilidades linguísticas quanto para a formação da cidadania; e fazer antecipações em relação ao conteúdo da leitura. As aulas tiveram uma duração total de 1 hora e 30 minutos e ocorreram no espaço da biblioteca escolar.

Antecipadamente, ornamentamos a biblioteca com balões nas cores verde e amarela, para estimular a percepção acerca da temática nacionalista, e dispomos as cadeiras em forma de círculo.

Um dia antes, convidamos dois alunos da turma, com talento para a música (uma menina vocalista e um menino instrumentista), para interpretarem, no dia combinado, as músicas *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, e *País Tropical*, de Jorge Ben Jor, e outra canção que tratasse da mesma temática da aula e fosse apreciada por eles. Eles ficaram lisonjeados com o convite e se prepararam para o evento do dia seguinte.

Chegado o dia combinado, entramos em sala e, após o “bom dia” da turma, aguardamos que se sentassem para apresentarem a pesquisa sobre o termo “pô-lo”. A resposta da maioria foi uma só: “Não fiz, esqueci”. Apenas a aluna que fez a pergunta sobre o termo disse ter pesquisado, mas não o encontrou no dicionário. Perguntamos se alguém sabia por que o termo não foi encontrado no dicionário, mas apenas três alunos deram, respectivamente, as respostas: “porque no dicionário não tem”; “porque essa palavra não existe”; “porque o dicionário era do pequeno.”

Quando solicitamos que os alunos retomassem o primeiro texto contido no jornal utilizado na etapa de motivação, eles pediram para fazer isto noutra momento, mostrando-se ansiosos para irem à biblioteca, pois já estavam sabendo que teriam uma aula diferenciada, e nós, mesmo sem pretendemos protelar o ensino do verbo “pôr” com o complemento formado pelo pronome oblíquo “lo”, no contexto da frase extraída do primeiro texto contido no jornal, deixamos esta intervenção para a aula seguinte e decidimos atender aos apelos dos alunos. Fomos para a biblioteca.

Como combinado, os dois alunos selecionados, previamente, cantaram as músicas solicitadas e interpretaram a que eles escolheram: *Criminalidade*, de Edson Gomes. A turma ouvia, atentamente, a apresentação dos alunos, que ao terminarem foram aplaudidos.

Na sequência, proferimos, num breve discurso (Apêndice E), alguns dados sobre o autor e a justificativa de seleção da obra literária.

Feito isto, os alunos receberam o livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, acompanhado do cronograma de leitura (Apêndice C). Com o livro em mãos, iniciamos um processo de antecipações em relação ao conteúdo da leitura, explorando os elementos contidos na capa. Três alunos levantaram as seguintes hipóteses: o livro tem um final triste, Policarpo Quaresma vai morrer, é uma história de amor não correspondido. Os demais apenas analisavam a capa e refletiam sem materializar suas opiniões.

O tempo da aula já estava se encerrando, por isso as negociações sobre os prazos de leitura foram logo realizadas. O cronograma com a sugestão de datas, estabelecendo o tempo máximo para a leitura de cada capítulo e as datas previstas para os intervalos de leitura em sala de aula, foi entregue, e, após a leitura do mesmo, dois alunos disseram que leriam a obra numa semana.

Finalmente, dissemos aos alunos que o ato da interação com o autor através do texto e os desafios que fossem surgindo não os impediriam de avançar, e sim os auxiliariam a aprender mais e progredir no processo de ensino-aprendizagem da leitura.

6.2.3 – Leitura

Ler a obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* foi o objetivo desta etapa, que, conforme acordado com os alunos, foi realizada de forma semipresencial, isto é, em casa, num período de trinta dias, e com três intervalos de leitura em sala de aula.

Passemos à descrição de cada um desses intervalos.

6.2.3.1 – Primeiro intervalo de leitura

No primeiro intervalo, como podemos perceber, no quadro 1, as atividades estavam voltadas para as categorias intrínsecas do gênero, no que se refere à estrutura, personagens, foco narrativo e o diálogo sobre os capítulos lidos até o momento. Ao passo que apresentávamos o conceito de cada um desses elementos através de data show, incentivávamos os alunos a identificarem-nos no livro e extraírem exemplos, os quais apresentaram oralmente.

Em seguida, foi organizado um mural com os alunos para que expusessem as categorias do gênero em estudo e, ao passo que fossem realizando as atividades escritas, eles iam expondo nesse espaço.

Durante a aula, dois alunos disseram ter concluído a leitura do romance. Enquanto o mural estava sendo organizado por uma equipe, outras quatro foram divididas para os seguintes fins: duas para escrever o que havia de mais interessante na biografia de Lima Barreto e outras duas para escreverem descrições de personagens femininas da obra. Optamos pela descrição destas personagens, inicialmente, pelo grau de importância que elas exercem na composição da obra. Foram as primeiras atividades escritas da intervenção.

Após os textos ficarem prontos, foram apresentados pelos grupos e expostos no mural que foi confeccionado para este fim.

Esse conjunto de atividades, do primeiro intervalo, teve uma duração de 4 horas-aula, cada uma delas contendo 45 minutos de duração.

6.2.3.2 – Segundo intervalo de leitura

O segundo intervalo teve por objetivos utilizar o recurso da ironia em paródias e compreender o estilo satírico com o qual Lima Barreto representava os tipos humanos e a realidade social do Rio de Janeiro do século XIX.

Foram levadas as letras das músicas *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, na voz de Gal Costa, e *País tropical*, de Jorge Ben Jor, ouvidas na etapa de Introdução, para os alunos produzirem as paródias, já que este gênero também requer o uso da sátira e/ou ironia na composição.

Ao ouvirem as canções, um dos alunos perguntou se não havia uma música mais atual para levar à sala de aula. Em contrapartida, uma aluna falou: “eu aprecio a música de Gal Costa e, embora a composição não seja da cantora, ela fez algumas modificações”.

Após a audição das músicas e discussão, a professora/pesquisadora escreveu a seguinte atividade no quadro.

Quadro 2 – Atividade referente à produção de paródia do Segundo Intervalo de leitura

Lima Barreto escreveu a obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, utilizando recursos estilísticos como a sátira e a ironia. Segundo Aurélio (2009), sátira é uma composição poética que visa a censurar ou ridicularizar defeitos ou vícios; e ironia é o modo de exprimir-se em que se diz o contrário do que se pensa ou sente.

Assim como Lima Barreto, podemos utilizar esses recursos em paródias (imitação cômica de uma composição literária). Formem quatro grupos de cinco integrantes, selecionem uma das canções ouvidas e produzam uma paródia, ridicularizando algum personagem ou situação do romance em estudo, ou ainda criticando alguma problemática social de nossa realidade.

Antes de fazê-la, solicitamos a leitura de um dos trechos do romance em que o escritor descreve a personagem Antonino Dutra, usando esses recursos estilísticos.

Era um tipo comum, mas o que havia nele de estranho era a gordura. Não era desmedida ou grotesca, mas tinha um aspecto desonesto. Parecia que a fizera de repente e comia, a mais não poder, com medo de a perder de um dia para outro. Era assim como a de um lagarto que entesoura enxúndia para o inverno ingrato. Através da gordura de suas bochechas, via-se perfeitamente a sua magreza natural, normal, e se devia ser gordo não era naquela idade, com pouco mais de trinta anos, sem dar tempo que todo ele engordasse... (BARRETO, 2014, p. 83)

Uma aluna se dispôs a ler em voz alta, recebendo aplausos da turma que julgou a leitura muito boa. Outra aluna disse não saber ler o que estava após o

travessão, nem sabia identificar as vozes de cada personagem ou narrador. Entreviemos na situação e explicamos os aspectos da pontuação e dos discursos direto e indireto, indispensáveis para o processamento da leitura.

Outro aluno disse que achou interessante o fato de o violão ser considerado coisa de malandro naquela época e decidiu pesquisar sobre isso, descobrindo que se um cidadão fosse pego tocando era conduzido para a prisão. Uma aluna falou que alguns estrangeiros acham que os brasileiros falam o idioma espanhol e o que a televisão brasileira mostra sobre o Brasil é o corpo das mulheres.

Mesmo que alguns alunos tenham, aparentemente, fugido do tema discutido na aula, devemos perceber tal aspecto como a tentativa dos alunos de apresentar a visão crítica que eles têm diante da realidade.

Após concluírem a atividade, os grupos cantaram as paródias produzidas na sala de aula.

6.2.3.3 – Terceiro intervalo de leitura

O terceiro intervalo de leitura teve uma duração de 4 h/a. E teve por objetivo estabelecer relações entre o tempo e o espaço da narrativa. Com vistas ao alcance deste objetivo, os alunos assistiram a um vídeo, disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=Bdj3Zt-PN1Y>, e refletiram sobre acontecimentos históricos ocorridos no início da Primeira República do Brasil, especialmente, a Revolta da Armada.

A partir do vídeo oferecemos um passeio à Galeria Virtual, que contém a segunda série da coleção de fotografias de Juan Gutierrez sobre a Revolta. Sabendo que poderíamos ter problemas com a conexão da internet, organizamos as imagens em slides e projetamos em data show.

Os alunos visualizaram as imagens dos acontecimentos históricos narrados na composição estética do romance. Como complemento, sugerimos uma visita virtual, extraclasse, ao Museu da República e suas proximidades, para que eles vissem fotos, documentos, objetos, mobiliários, do século XIX, conhecendo assim, os ambientes que são descritos na terceira parte do romance.

Depois de assistirem ao vídeo, solicitamos a releitura da terceira parte do romance para responderem a quatro questões da forma como foram representadas na obra literária: 1) O que motivou o início da Revolta da Armada; 2) Descreva o

comportamento de cinco militares no movimento da Revolta; 3) Por que Policarpo decidiu participar do movimento; 4) Dê sua opinião sobre como terminou a história de Policarpo Quaresma.

Oferecemos um período de 45 minutos para responderem às questões e deixamos os alunos à vontade para trocarem ideias. As respostas foram registradas num portfólio e as que foram apresentadas, oralmente, registramos no quadro. Disponibilizamos as respostas dos alunos na análise referente a esta etapa.

Como atividade complementar e optativa, sugerimos uma visita virtual, extraclasse, ao Museu da República e suas proximidades, para que eles vissem fotos, documentos, objetos, mobiliários, do século XIX, conhecendo assim, os ambientes que são descritos na terceira parte do romance.

6.2.4 - Primeira interpretação

Esta etapa teve por objetivo escrever as primeiras impressões de leitura. A duração desta etapa foi de 2 horas-aula. Nesse momento, os alunos também foram provocados a comprovar ou refutar as hipóteses levantadas antes de ler o livro.

Primeiramente, os alunos compartilharam o impacto que tiveram sobre suas sensibilidades de leitores. Propusemos um momento agradável, no contexto de sala de aula para que comentassem tudo o que pensaram sobre a obra lida; expressassem o que sentiram em relação às personagens, ao tempo e lugares representados.

Após a apresentação oral de suas experiências com o texto, solicitamos que escrevessem suas primeiras impressões de leitura no portfólio. Os textos foram escritos em forma de enredo e constam na análise referente a esta etapa.

6.2.5 – Contextualização

A etapa de contextualização teve por objetivos específicos refletir sobre a posição do autor frente ao florianismo, através de pistas linguísticas; discutir a temática “política e cidadania” através das ações das personagens e reconhecer o recurso ironia nas representações das lides burocráticas presentes na composição estética.

Para isso, realizamos o movimento de leitura da obra dentro do seu contexto histórico, temático e presentificador, os quais descrevemos a seguir.

6.2.5.1 – Contextualização histórica

A contextualização histórica teve por objetivo refletir sobre a posição do autor frente ao florianismo, através de pistas linguísticas. Podemos afirmar que a contextualização histórica, foi trabalhada no terceiro intervalo de leitura, quando os alunos responderam ao questionário disponível no quadro 7. Como algumas respostas dadas pelos alunos necessitaram de adequações, estas foram feitas nesta etapa, de forma coletiva, num período de 2 horas-aula.

Finalizada a contextualização histórica, iniciamos a etapa de contextualização temática, em que os alunos analisaram a natureza política de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

6.2.5.2 – Contextualização temática

Finalizada a contextualização histórica, iniciamos a etapa de contextualização temática, que oportunizava aos alunos o alcance de parte do objetivo geral de nosso trabalho: analisar a natureza política de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

Os alunos analisaram, individualmente, a natureza política de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a partir de seis trechos extraídos da obra, disponíveis no quadro 10, com base nos conceitos de política e cidadania. As análises foram registradas por meio da escrita, no portfólio, e estão dispostas na análise referente a esta etapa.

Esta etapa teve uma duração de 2 horas-aula. Após concluirmos esta etapa, demos início à contextualização presentificadora.

6.2.5.3 – Contextualização presentificadora

O objetivo desta etapa consistiu em estabelecer relações entre a temática do romance e o presente dos alunos. Para isso, lançamos mão do dialogismo constitutivo da linguagem e estabelecemos uma relação dialógica com a Carta

Magna, o que faltava para complementar a outra parte do objetivo geral de nosso trabalho.

Esta etapa assumiu naturalmente seu caráter interdisciplinar com a História, Filosofia e Sociologia, por isso recorremos à consulta bibliográfica especializada e a uma palestra com a estudante do Curso de Direito Alcidema Santos. A palestrante também atua como Professora do Ensino Fundamental e faz o Curso de Psicopedagogia.

A palestra ocorreu na biblioteca escolar. Com as carteiras dispostas em círculo, à medida que a palestrante discursava, os alunos também interagem. A palestra teve uma duração de três horas-aula, foi transcrita e está disponível no Apêndice N.

Na aula seguinte, perguntamos aos alunos se gostaram da palestra. Alguns disseram ter gostado, inclusive manifestaram interesse de enveredar para a área de Direito.

Dando continuidade, pedimos que refletissem e dissessem se, algum dia, deixaram de cumprir com seus deveres ou tiveram algum de seus direitos prejudicados. Alguns alunos disseram ter sofrido bullying, outros racismo, como também reconheceram ter praticado tais atos.

Após uma breve reflexão quanto a estes aspectos, pedimos que citassem algumas situações contidas no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* que considerassem injustas. Uma aluna disse que não era justo Policarpo ser tratado como louco só porque gostava de estudar tudo que era nacional; outro falou do preconceito das pessoas com Ricardo Coração dos Outros; uma aluna lembrou do caso de Ismênia ter sido abandonada pelo noivo e, por último, um aluno disse que não era justo que Policarpo morresse no final. Aproveitamos a fala deste aluno para lembrar-lhes da etapa de expansão (o julgamento de Policarpo Quaresma).

O conjunto de atividades da contextualização presentificadora teve duração de 4 horas-aula. Concluída a etapa de contextualização, continuamos a sequência expandida com a segunda interpretação, preparando os alunos para a etapa final.

6.2.6 - Segunda Interpretação

A etapa da segunda interpretação teve por objetivo perceber a dialética nas vozes presentes no texto, observando o que pode ser usado contra ou a favor do protagonista.

Nesse sentido, os alunos fizeram, coletivamente, uma análise detalhada das falas do narrador e das personagens, identificando argumentos que podem ser utilizados pelo advogado de acusação e pelo advogado de defesa no júri simulado.

Essas falas foram extraídas da obra para facilitar o trabalho analítico por parte dos alunos. Neste caso, a segunda interpretação foi realizada efetivamente na preparação dos alunos sobre a temática e organização da etapa de expansão, em que eram levados a compreender o processo de construção composicional do texto que nortearia o júri. A atividade realizada está na análise referente a esta etapa. Foi utilizado um tempo de quinze 15 horas-aula, distribuídas da seguinte forma: 4 horas-aula em sala de aula e 11 horas em contra turno, na própria escola.

6.2.7 – Expansão

Nesta etapa, que teve por objetivo apresentar para a comunidade escolar os resultados dos trabalhos realizados durante a pesquisa em forma de júri-simulado, foi realizada em 4 horas-aula.

Encerradas as atividades referentes à leitura para fins de estudo da natureza política da obra, foi chegado o momento de os alunos apresentarem para a comunidade seus aprendizados. A atividade de expansão foi registrada em forma de júri-simulado. O roteiro do júri foi elaborado, previamente, e levado para os estudantes lerem, analisarem a dialética, na atividade anterior, e memorizarem suas falas e papéis.

A etapa de expansão ocorreu na biblioteca escolar. Os alunos dividiram-se em personagens (Policarpo Quaresma, Adelaide, Ricardo Coração dos Outros, Olga, Dona Maricota, Coronel Bustamante, Floriano Peixoto), um juiz, dois advogados de acusação, dois advogados de defesa, uma promotora, e sete jurados, incorporaram os discursos destes e realizaram o julgamento de Policarpo Quaresma, em forma de júri.

Quatro representantes de pais, um representante dos professores, um representante da gestão escolar, representantes de cada classe se fizeram presentes para compor a plateia e atribuir maiores significados ao trabalho realizado.

O júri seguiu uma pauta, em que primeiramente, a mesma aluna que interpretou as canções da etapa de introdução cantou o Hino Nacional na abertura do evento; posteriormente, o juiz deu início às atividades. A plateia ouvia, atentamente. Encerradas as atividades, a plateia ovacionou os alunos e, momentos mais tarde, os discursos avaliativos começaram a surgir e encontram-se, mais adiante, na análise referente a esta etapa.

7 – ANÁLISE DO CORPUS

Conforme afirmamos anteriormente, os dados coletados em cada etapa da execução da proposta de intervenção serão analisados em sua materialidade concreta, através das atividades orais e escritas – coletivas, em grupo e/ ou individuais –, dos pesquisados, ou comportamentos humanos em gestos, registrados em fotografias (Apêndice Q), áudios e vídeos. Faremos a análise da atividade diagnóstica e da sequência expandida, respectivamente.

7.1 – Análise da atividade diagnóstica

A atividade diagnóstica foi realizada, através da participação oral de todos os sujeitos da pesquisa, permitindo verificar os critérios utilizados pelos alunos para seleção de textos, os hábitos de leitura, as preferências, a frequência empregada na leitura e o suporte mais usado.

Deduzimos, através das respostas dos alunos que a obra literária que ainda seria apresentada, despertaria o interesse deles, por se tratar do gênero romance, de uma ficção, pertencer à esfera literária, compor recursos estilísticos usados na poesia e no humor e tratar de temática que conjuga conhecimentos históricos, inclusive, ligados à época da escravidão.

Os hábitos de leitura dos alunos não pareceram corresponder às preferências que eles relataram, já que a prática de leitura de ficção, literatura, textos científicos, aventuras, ação, narrativa histórica, romance, terror, poesia, suspense, mistério e investigação (detetive) requer disponibilidade de tempo, exceto as imagens, mitos, e gêneros do humor, como a piada, as tirinhas, charges, etc. Estes últimos são acessados nas redes sociais de forma rápida e dinâmica, o que revela o acesso de nossos alunos a variadas práticas de letramento.

... o conceito de **multiletramentos** – é bom enfatizar – aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes em nossas sociedades, principalmente urbanas, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. (ROJO, 2012, p. 13)

Nesse sentido, destacamos a importância da proposta de intervenção com o gênero romance, pois devemos oportunizar aos alunos o acesso aos textos que eles ainda não têm contato ou demandam maior conhecimento para compreensão e interação verbal.

Algumas das afirmações obtidas pelos alunos levaram a pensar nas possibilidades de alguns entraves para o trabalho com a leitura de um romance, até mesmo pelas novas formas de comunicação de nossa sociedade, porém, retomamos a ideia dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) que aponta para a responsabilidade da escola em organizar projetos educativos comprometidos com a intermediação da passagem do leitor de textos facilitados para o leitor de textos de complexidade real.

Nesse sentido, a atividade diagnóstica foi importante para que percebêssemos que, além de dificuldades quanto às capacidades de leitura verificadas nas atividades corriqueiras do cotidiano de sala de aula, deveríamos utilizar instrumentos de ensino capazes de promover a aprendizagem e a superação de alguns problemas apresentados ao longo da intervenção, de acordo com as possibilidades de cada aluno.

7.2 – Análise da motivação

Cosson (2014) defende que a leitura demanda uma antecipação, ou seja, requer que o professor a conduza de maneira a favorecer o processo da leitura como um todo. Converte para o mesmo sentido o que nos diz Solé (1998) acerca do que é necessário para que o aluno esteja motivado e, assim, seja ajudado a aprofundar a leitura da obra literária:

... tem de saber o que deve fazer – conhecer os objetivos que se pretende que alcance com sua atuação -, sentir que é capaz de fazê-lo, que tem os recursos necessários e a possibilidade de pedir e receber a ajuda precisa – e achar interessante o que se propõe... (SOLÉ, 1998, p, 91)

A etapa de motivação que promovemos em sala de aula permitiu identificarmos quatro aspectos interessantes na forma como a conduzimos: primeiro, o fato de ter-se constituído de uma atividade lúdica; segundo, pela escolha de um material, como o jornal, que conjuga diferentes gêneros textuais, dentre os quais,

alguns citados pelos alunos na etapa de motivação; terceiro, porque foi o suporte utilizado inicialmente para a publicação do romance que seria estudado por eles; quarto, por trazer em sua composição textos extraídos da obra literária e pistas acerca do conteúdo temático que seria analisado.

Segundo Fiorin (2016, p. 128) “O que dá um estatuto singular ao romance, fazendo dele um gênero diferente dos demais, é que ele incorpora todos os outros gêneros, mesclando-os; é que ele alterna todos os estilos, entrelaçando-os.” Destacamos, no jornal apresentado, os outros gêneros contidos na obra foi também uma forma de levar os alunos a conhecerem essa propriedade singular do gênero que seria lido e analisado por eles e aumentar suas expectativas para a leitura.

7.3 – Análise da Introdução

Assim como sugere Cosson (2014), para introduzir uma obra canônica, a simples e breve apresentação do autor e da obra pode ser a atividade mais adequada. Por isso, as aulas consistiram em apresentar aspectos relevantes da biografia de Lima Barreto; saber das contribuições que a leitura pode oferecer tanto para o desenvolvimento de habilidades linguísticas quanto para a formação da cidadania; e fazer antecipações em relação ao conteúdo da leitura.

A etapa de introdução foi vista de forma positiva pela escola, uma vez que se constituiu de uma atividade diferenciada no ambiente da biblioteca escolar. Também pelo envolvimento dos alunos que interpretaram as canções e se sentiram valorizados por reconhecermos suas potencialidades.

O discurso que elaboramos, previamente, para esta etapa foi ouvido de forma atenta pelos alunos. Tivemos a sensação de que eles perceberam o cuidado especial dedicado àquele momento e ficaram satisfeitos com o tratamento que lhes foi dado.

Percebemos que a canção trazida por eles, *Criminalidade*, de Edson Gomes, não contemplou as belezas de nosso país, o que nos leva a crer que eles quiseram trazer uma que evidenciasse, criticamente, problemas aqui existentes.

Os PCNs (BRASIL, 1998, p. 32) afirmam que a escola deve organizar um conjunto de atividades que, progressivamente, possibilite ao aluno utilizar a linguagem na escuta de textos orais de modo a atender a múltiplas demandas

sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso.

Destarte, acreditamos que as atividades direcionadas para este momento possibilitaram essa peculiaridade no uso da linguagem, uma vez que, nesta etapa, os alunos tiveram a oportunidade de ouvir gêneros textuais como letras de músicas, biografias, justificativa de escolha do romance, usados num evento comunicativo oportuno, confirmando o que diz Bakhtin (2000) sobre a utilização da língua nas esferas de comunicação humana: a língua reflete as condições específicas e as finalidades de cada esfera, emana de seus integrantes, fundindo-se no todo do enunciado.

Ao receberem o livro *Triste fim de Policarpo Quaresma*, os alunos se entreolharam e alguns fizeram comentários entre si. Percebemos nos comentários de uma minoria que haveria dedicação exclusiva para a leitura do livro, nos momentos disponíveis.

Sabemos que as antecipações são uma boa estratégia didática para a formação de leitores, principalmente, para o tratamento de textos que se distanciam do nível de autonomia dos alunos. Por isso, ao serem interrogados sobre os elementos verbais e não verbais contidos na capa, entendemos que os alunos estavam na continuidade do processo de leitura do romance, já que a compreensão crítica depende muito desses procedimentos.

7.4 – Análise da leitura

Analisamos o processo de leitura através das atividades realizadas em sala de aula, que, como foi mencionado, ocorreu por meio de três intervalos de leitura.

Aqui, faremos remissão apenas ao tempo estabelecido para a leitura extraclasse, 30 dias, que por falta de compromisso de alguns ou pela dificuldade mesmo de outros não foi realizada no prazo, precisando se estender por mais alguns dias. Porém, houve dois alunos que leram numa semana, outros em quinze dias e ainda aqueles que finalizaram a leitura no tempo previsto.

7.4.1 – Análise do Primeiro intervalo de leitura

Os intervalos de leitura tinham por objetivo enriquecer o texto principal. Nesses intervalos utilizamos textos curtos, com finalidades que convergiam para uma melhor compreensão do romance em estudo, pois segundo Cosson (2014, p. 83):

Embora o trabalho com textos do campo literário seja bastante produtivo nos intervalos, nada impede que o professor adote textos de outras áreas. Na verdade, a exigência é que eles sejam, além de relacionados ao texto principal, de curta extensão, a fim de que a atividade seja efetivada em uma única aula ou não perturbe a leitura da obra central.

Contudo, é importante destacarmos que uma única aula não foi suficiente para realizar cada intervalo planejado, pois os objetivos traçados demandavam um tempo maior para que as estratégias didáticas e as atividades fossem cumpridas.

Num primeiro momento, a apresentação das categorias intrínsecas do gênero romance, bem como a conceituação de cada uma delas, foi fundamental para que, ao longo do processo de leitura e das aulas, os alunos fizessem remissão aos termos estudados: foco narrativo, personagens, tempo, espaço e enredo, pois reafirmando o que diz Bakhtin (2000), o gênero romance reflete as condições específicas e as finalidades da esfera literária, por seu estilo verbal, seu conteúdo temático e, sobretudo, por sua construção composicional.

Essas categorias contidas na construção composicional do gênero devem ser compreendidas para que os alunos identifiquem as relações discursivas presentes na narrativa, o modo como estão, estilisticamente, dispostas e como estão em harmonia com a temática desenvolvida.

Num segundo momento, a atividade proposta neste primeiro intervalo foi bastante diversificada, exigindo a formação de grupos incumbidos das seguintes atividades: grupo 1 – organizar o mural para afixar as atividades escritas produzidas pelos demais grupos; grupos 2 e 3 – ler a biografia de Lima Barreto e extrair as informações que considerar de grande importância; grupos 4 e 5 – extrair descrições de personagens femininas da obra literária.

Quanto ao grupo 1, notamos que executaram a tarefa com entusiasmo e responderam às exigências solicitadas, por apreciarem exercícios que entram em jogo habilidades para uso de materiais e técnicas manuais e o trabalho de percepção e imaginação. As fotos referentes à atividade realizada pelo grupo 1 constam no Apêndice Q.

Com exceção do grupo 2, que não precisou reescrever as informações extraídas da biografia de Lima Barreto, os demais grupos precisaram revisar a escrita, devido às várias inadequações apresentadas, tais como: períodos incoerentes, ausência ou excesso de pontuação, falta de coesão entre os parágrafos, erros ortográficos. Após o trabalho de reescrita, as atividades foram registradas no portfólio e estão apresentadas nos quadros que se seguem. Analisemos, inicialmente, o que mereceu a atenção de nossos alunos, na biografia de Lima Barreto e, posteriormente, as descrições das personagens femininas.

Quadro 3 – Atividade do Grupo 2, referente à etapa do primeiro intervalo de leitura

O que chamou atenção na Biografia de Lima Barreto?

Físico: um homem acima do peso, cabelos curtos e negros, sua altura parecia ser média.

Psicológico: apesar da sua simpatia ao anarquismo, era um homem depressivo e alcoólatra.

Acontecimentos: quando menino era órfão de mãe, seu pai tinha problemas mentais. Lima foi para o hospício e depois se aposentou por invalidez. Anos depois foi vítima de um colapso cardíaco.

Nossa opinião: Apesar da tristeza ter feito parte da maior porcentagem da sua vida, ele sempre lutou para encontrar sua felicidade, ele fez isso através de suas obras.

No processo de interação com os alunos que produziram o texto acima, eles afirmaram que, na foto do escritor (contida no jornal do Apêndice A), o escritor apresentava os aspectos físicos observados, enquanto as demais informações constam de elementos verbais extraídos do texto biográfico lido e de uma conclusão valorativa acerca da trajetória de vida de Lima Barreto. Sobre o aspecto psicológico de Lima Barreto, apresentado pelo grupo, levamos os alunos a refletirem sobre a relação entre ser anarquista e alcoólatra. Após pesquisarem o significado da palavra “anarquista” no dicionário, concluíram a incoerência na análise.

Quadro 4 – Atividade do Grupo 3, referente ao primeiro intervalo de leitura

Lima Barreto nunca desistiu do sonho dele. Quando o pai dele morreu, Lima Barreto ajudou a mãe e o irmão. Ele deixou de estudar para trabalhar e ajudar a família. Lima Barreto sofreu muito na infância. Os períodos de internação no hospício resultaram na composição de diversos diários e num romance inacabado.

Lima Barreto sofria muito na infância. Ele lutou muito. Tomou-se órfão de mãe ainda na infância. Ingressou na escola Politécnica em 1897, Por conta dos problemas psiquiátricos do pai, abandonou os estudos. Triste fim de Policarpo Quaresma se torna a obra mais celebre. Seus problemas de saúde persistiram e Lima Barreto aposentou-se, por invalidez.

Dividimos, por meio de uma linha horizontal, no quadro acima, os parágrafos que foram produzidos pelo grupo 3 para demonstrar que, mesmo composto por três alunos (um menino e duas meninas), o grupo teve dificuldades de trabalhar em equipe, especialmente, por pertencer ao grupo a aluna com síndrome de Down, autora do texto abaixo da linha horizontal. Apesar de estarem juntos em relação à disposição das carteiras na sala, fizeram o trabalho individualmente.

Mesmo que a aluna tenha realizado a atividade de forma individual e tenha consciência do trabalho que realizou, ela não se sentiu satisfeita porque, segundo ela, ninguém quer incluí-la nas atividades.

Informam Hehir et al. (2016) que alunos com deficiência muitas vezes têm dificuldades para desenvolver relacionamentos e baixos níveis de aceitação pelos colegas, porém a participação em contextos inclusivos pode trazer benefícios sociais e emocionais para esses estudantes.

Não obstante, sentimos que mesmo que apoiemos a inclusão da aluna com deficiência na sala de aula regular, com a preocupação em buscarmos atender aos métodos adequados às suas necessidades de aprendizagem, os desafios advindos das práticas de socialização entre os sujeitos exigem mais iniciativas específicas para este fim, a começar pela conscientização da equipe de profissionais acerca dos termos legais da LDB (1996) que regem a educação especial.

Art. 59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:
I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
[...]

Como a aluna tem 34 anos, concluímos que já deveria ter concluído o ensino fundamental, principalmente, pelo fato de a escola oferecer AEE.

Em termos de capacidades linguísticas, percebemos que no texto acima da linha horizontal, feito pelo aluno, há indícios de que ele não compreendeu que a mãe de Lima Barreto faleceu antes do pai dele. O fato de a informação estar explícita no texto revela que a leitura feita por ele foi insuficiente para atingir a compreensão, enquanto a aluna com deficiência conseguiu trazer esse dado de forma clara.

O texto da terceira aluna do grupo consistiu numa cópia fiel da biografia contida no jornal supracitado, por esse motivo consideramos desnecessário expô-lo aqui. Embora tenhamos reforçado que precisávamos apenas das informações consideradas mais importantes, a aluna retrucou dizendo que para ela todas as informações eram importantes. Às vezes, ou por não compreender ou por não querer refletir sobre a linguagem, alguns alunos não a utilizam apropriadamente às situações e aos propósitos definidos pelo professor.

Quanto aos grupos que se responsabilizaram pela escolha de personagens e suas descrições na obra em análise, destacaram as características das personagens Ismênia e Dona Maricota, respectivamente:

Quadro 5 – Atividade do Grupo 4, referente ao primeiro intervalo de leitura.

Descrição da personagem Ismênia

Ismênia tinha uma cabeça delicada, coroada de cabelos castanhos com tons de ouro. Não era feia nem bonita. Era simpática e não se importava muito de ouvir sempre a mesma pergunta. O importante é que tinha noivo e o casamento ia acabar acontecendo. Era desesperada para casar porque colocou na cabeça que tinha essa obrigação de casar a qualquer custo. Quando soube que sua irmã Lalá ia se casar depois da Revolta, começou a ficar mais preocupada e calada. Disse a sua mãe que queria morrer vestida de noiva. É desnecessário mulheres sofrerem por homens.

Antes do processo de revisão, o grupo 4 trouxe um fragmento narrativo em que constava um diálogo entre Dona Maricota e Ismênia. Percebemos a necessidade de distinguir as representações dos efeitos pretendidos numa sequência narrativa e numa sequência descritiva, enfatizando que a descrição se faz presente, e às vezes, mesclada nos diálogos da narrativa.

Após o trabalho de reescrita, observamos que a equipe conseguiu identificar as características físicas e psicológicas da personagem Ismênia, extraindo do texto as adjetivações e ações que correspondiam às suas descrições. Como um movimento de atualização da obra, a equipe expôs o seu julgamento quanto ao sofrimento amoroso da mulher de um modo geral.

Quadro 6 - Atividade do grupo 5, referente ao primeiro intervalo de leitura

Descrição de Dona Maricota

Dona Maricota era uma mulher preocupada com a família. Tinha seis filhos (Ismênia, Quinota, Zizi, Lalá, Vivi e Lulu). Era mais preocupada ainda com a filha Ismênia. Ela conversava com

o marido dela (General Albernaz) para aceitar o namoro da filha com o dentista (Cavalcanti). Marcou um jantar com o dentista para ele conhecer o pai de Ismênia. Dona Marciota reclamava com as filhas quando elas ficavam rindo à toa, porque para ela, dependendo do motivo, ficar rindo à toa é coisa de sirigaita. Não era normal, na opinião dela, se uma mulher ficasse noiva e não ficasse alegre, geralmente era para ficar feliz com o noivo. Dona Maricota pedia providências na casa dela quando, numa festa, estivessem pessoas desanimadas e pedia que dançassem. Era uma mãe dedicada que pressentia os sentimentos das filhas. Infelizmente, ela não conseguiu impedir o sofrimento da filha Ismênia.

Os alunos desse grupo focaram as características da personagem dona Maricota – sua dedicação exclusiva à maternidade; a preocupação excessiva com os filhos, em especial, à Ismênia; os valores criados acerca da postura social da mulher – e compartilharam da lamentação pelo sofrimento da personagem feminina, como o fizeram os alunos do grupo 4.

As atividades referentes ao primeiro intervalo de leitura compreenderam, portanto, a explicitação de expectativas quanto à estrutura composicional do gênero, ao autor e à seleção de procedimentos de leitura em função de diferentes objetivos. E, embora alguns alunos tenham demonstrado algumas limitações para a execução das tarefas, houve um maior empenho de alguns, superações e a participação de todos.

7.4.2 - Análise do Segundo intervalo de leitura

Como dissemos na descrição desta etapa, os objetivos consistiram em utilizar o recurso da ironia em paródias e compreender o estilo satírico com o qual Lima Barreto representava os tipos humanos e a realidade social do Rio de Janeiro do século XIX.

Observamos certa inquietação de alguns alunos com as músicas que selecionamos com a finalidade de produzirem as paródias, porém a materialização verbal dessa inquietação se deu apenas pelo aluno que perguntou se não havia outra música para levar à sala de aula. Lembramos que foram levadas as músicas *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, na voz de Gal Costa, e *País tropical*, de Jorge Ben Jor.

É verdade que a primeira canção foi escrita em 1939, e a segunda gravada em 1969. Mas as escolhemos porque, além de receberem versões de cantores contemporâneos, suas letras retratam aquilo que o Brasil tem de positivo para mostrar. Assim, qualquer elemento que os alunos inserissem na letra, contrários a

isso, seria completamente novo e revelaria a tentativa de produzir o gênero paródia, conforme os elementos que o compõem.

Após a leitura e discussão, os alunos formaram quatro grupos e produziram as paródias abaixo:

Quadro 7 – Paródias produzidas referentes ao segundo intervalo de leitura

<p>Grupo 1</p> <p>Aquarela do Brasil</p> <p>Brasil, meu Brasil brasileiro Meu sossego inzoneiro Vou cantar-te nos meus versos O Brasil ladrão que dá Bamboleio que não faz gingar O Brasil terra sem amor Terra de nosso Senhor Brasil pra ali Pra aqui, pra mim. Oh, abre a cortina, retardado E deixa a mãe preta no cerrado Bota o rei congo no cavalo Brasil, pra mim.</p>	<p>Grupo 2</p> <p>País Tropical</p> <p>Moro num país anormal, pra Quarema é legal E bonito por natureza Em outubro aqui só tem corrupção Pra Quaresma não tem não Ele é solteiro E tinha uma amiga chamada Ismênia Posso não ser um bom narrador (pois é) Mas lá na rua de Quaresma ninguém o respeita (pois é) Essa é a razão da angústia que ele tem Moro num país anormal, pra Quarema é legal E bonito por natureza Em outubro aqui só tem corrupção Pra Quaresma não tem não Ele é solteiro E tinha uma amiga chamada Ismênia Ele tem mentalidade mediana (pois é) Mas assim mesmo ele vivia feliz Pois não devia a ninguém (pois é) Ele era feliz muito feliz com ele mesmo</p>
<p>Grupo 3</p> <p>País Tropical</p> <p>Moro num país amoral abandonado por Deus e corrupto por natureza (mas que tristeza) O ano inteiro tem carnaval Eu vejo morte em hospital Porque a verba foi pro carnaval Moro num país amoral abandonado por Deus e corrupto por natureza</p>	<p>Grupo 4</p> <p>País tropical</p> <p>Moro num país tropical, abençoado por Deus E bonito por natureza (mas que beleza) Em fevereiro (em fevereiro) Tem carnaval (tem carnaval) Eu tenho um fusca e um violão Sou Ricardo tenho uma nega chamada Ismênia Samba Olga Samba Olga Sou Dona Adelaide de mentalidade mediana (pois é) Mas assim mesmo eu sou feliz da vida pois eu não devo nada a ninguém (pois é) Pois eu sou feliz</p>

Ao reconstruírem as letras das músicas, os grupos utilizaram personagens e ações correspondentes à segunda parte da história do romance ou buscaram inspiração na realidade em que vivem.

O grupo 1 satirizou o comportamento de pessoas que se apoderam do que não as pertence; há uma quebra de sentido em relação ao efeito de ritmo musical, pela introdução do advérbio de negação no verso “Bamboleio que não faz gingar”, modificando o sentido dos versos 1, 2, 3 e 7, os quais transformam-se em ironias do eu lírico. Os alunos ainda evocam a necessidade do país, de um modo geral, descortinar-se, revelar as ações ilícitas e recuperar o ritmo de seu progresso.

O grupo 2 fez um dialogismo entre a composição musical e o romance, provocando efeitos de humor pelo contraste entre a visão do eu lírico, que enxerga a corrupção como um problema causador da anormalidade do país, e a personagem Policarpo Quaresma que, devido ao seu nacionalismo, despercebe os problemas políticos existentes. Nos versos 8 e 9, o grupo apresenta uma relação de causa e consequência, afirmando que Quaresma vive angustiado porque seus vizinhos não o respeitam, ou o desrespeito dos vizinhos gera uma angústia no protagonista do romance.

O grupo 3 também apresentou sua crítica à desmoralização do país, devido à corrupção, manifestando tristeza, indignação. O sentido atribuído ao verbo abandonar, nos versos 2 e 9, é o mesmo utilizado em Mateus 27: 43, ou seja, de desamparo. O verso “e corrupto por natureza” aponta a problemática, segundo a teoria determinista, de Hippolyte Taine, sugerindo que a corrupção é regida por leis naturais, em que os sujeitos agem pelo instinto de se corromper, diante de um meio social e um contexto histórico que favorece o comportamento ilícito. O grupo faz uso do sentido figurado com a palavra “carnaval”, nos versos 5 e 7, que tem uma conotação de “conjunto de ações contrárias à moral e aos bons costumes.

O grupo 4 substituiu alguns termos da canção original por nomes de personagens do romance, povoando a canção e dando-lhe um aspecto plural. Formaram o grupo 4 os mesmos alunos pertencentes ao grupo 3, do primeiro intervalo de leitura. Embora sugeríssemos a troca dos componentes de cada grupo, houve resistência e permaneceram os mesmos.

Portanto, conforme sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), o segundo intervalo de leitura permitiu aos alunos o reconhecimento das características dos gêneros romance e paródia, quanto ao uso de recursos

estilísticos que se inserem no universo discursivo, considerando as intenções do enunciador, os procedimentos narrativos, descritivos, argumentativos e a intertextualidade, isto é, práticas de análise linguística.

Esta etapa ainda possibilitou aos alunos abstrair da realidade viva, por meio de suas sensibilidades de leitores, os conflitos existentes e moldando-os no perímetro das paródias, demonstrar habilidades estéticas e criticidade diante dos acontecimentos que os cercam.

7.4.3 – Análise do Terceiro intervalo de leitura

No terceiro intervalo de leitura, os alunos tiveram a oportunidade de estabelecer relações entre o tempo e o espaço da narrativa. Elaboramos questões para este fim, o que possibilitou a reflexão acerca dos cronotopos presentes no romance.

Os PCNs (BRASIL, 1998) estabelecem que a escola tem a tarefa de expandir os procedimentos básicos de leitura e explorar, principalmente no que se refere ao texto literário, a funcionalidade dos elementos constitutivos da obra e sua relação com o contexto de criação.

Apresentamos, no quadro a seguir, as questões que foram elaboradas, visando essa relação entre o texto e o seu contexto, e as respectivas respostas dadas pelos alunos de forma oral e registradas nos portfólios, para posterior análise.

Quadro 8 – Atividade de contextualização histórica referente ao terceiro intervalo de leitura

1. O que motivou o início da Revolta da Armada?	Todos: Quaresma abriu o jornal: Navios da Esquadra estavam rebelados e queriam a deposição do presidente.
2. Descreva o comportamento de cinco militares no movimento da Revolta.	Todos: General Albernaz – gostava de contar história de guerra do Paraguai, mas não tinha participado dela. Tenente Fontes – encarregado do canhão no quartel onde o major Quaresma comandava o destacamento; Contra Almirante Caldas – também gostava de falar de batalhas; Major Inocêncio Bustamante – organiza um batalhão de voluntários para defender o governo.
3. Por que Policarpo decidiu participar do movimento?	A1 – Só olhou para ele com um olhar cheio de espanto e bondade. Policarpo aproveitou a demora para escrever um memorial para entregar a Floriano. A2 – Policarpo era funcionário, dedicou sua vida ao nacionalismo. Estudava a história do Brasil e fez várias propostas para desenvolver o país.

	<p>A3 – Porque para ele era preciso por toda a energia, toda a inteligência a serviço do governo.</p> <p>A4 – Porque percebeu que o país precisava era de um governo forte para expulsar políticos desonestos e promover reformas profundas com leis sábias e favoráveis ao agricultor.</p>
<p>4. Dê sua opinião sobre como terminou a história de Policarpo Quaresma.</p>	<p>A1 – Policarpo achando que era enérgico, decidido, cauteloso e conhecedor das necessidades do país.</p> <p>A2 – Ele acabou preso e condenado à morte.</p> <p>A3 – Acabou com um final trágico, mas poderia ter terminado em absolvição.</p> <p>A4 – O final é irônico.</p> <p>A5 – Na minha opinião, o final somente triste e irônico, apesar dos seus esforços para fazer o bem para a pátria, ele foi preso e sentenciado à morte injustamente.</p> <p>A6 – O final foi triste porque ele acabou preso e condenado à morte.</p>
<p>Obs.: As siglas A1, A2... indicam a ordem de participação de alunos na aula, em cada questão apresentada, e não se referem à participação das mesmas pessoas, perante as questões levantadas pela professora pesquisadora, ou seja, o A1 da questão 1 não é o mesmo A1 da questão 2 e, assim, sucessivamente.</p>	

Em relação à primeira questão, os alunos localizaram a informação explícita na obra e a registraram da forma como se encontrava no texto, isto é, sem as devidas adequações, inclusive deixando de esclarecer o motivo de a esquadra rebelar-se contra o presidente.

Quanto à segunda questão, todos os alunos registraram a mesma resposta, descrevendo os comportamentos dos militares, da forma como se apresentam explicitamente na obra.

A terceira e quarta questões permitiram uma maior participação dos alunos por dois motivos bem aparentes: primeiro pela familiaridade com o protagonista e segundo por se tratar de questões opinativas.

Porém, no que se refere à terceira questão, o A1 não deixou claro o porquê da decisão de Policarpo participar da Revolta; o A2 escreveu informações desnecessárias e não conseguiu responder à pergunta de uma maneira eficaz; apenas o A3 e A4 chegaram a uma resposta convincente. Já, no que se refere à questão 4, com exceção do A1 que não completou a ideia acerca de como terminou o protagonista, os demais alunos 2, 5 e 6 acrescentaram uma informação instigante: Policarpo foi sentenciado e/ ou condenado à morte.

Na verdade, Policarpo terminou preso sem saber de fato o que iria acontecer. Sem a intenção de esgotar as possibilidades de interpretação, vemos uma

justificativa para as respostas dos alunos: que eles puderam inferir sobre o final sugerido, com base na recuperação do contexto histórico e das relações de poder do regime florianista.

A esse respeito, vale considerarmos o que diz Bakhtin (2014, p. 31): “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo”. Isso significa que os signos linguísticos refletem e refratam outras realidades, podendo ser-lhes fiel ou apreendê-las de um ponto de vista específico.

Aquilo que ficou nas entrelinhas é recuperado pelo leitor através de estratégias sociocognitivas/metacognitivas num processo dialógico que permite empregar também o que o leitor vivencia em sua realidade imediata.

Não obstante, percebemos as dificuldades apresentadas pelos alunos para realizar de modo eficaz a atividade proposta, principalmente por darmos a oportunidade de trocarmos ideias e realizarem a atividade de forma coletiva, e como se tornou necessário rever a atividade proposta na etapa de contextualização histórica.

Apesar disso, as contribuições da atividade para a nossa percepção diante dessas dificuldades foram suficientemente válidas.

7.5 – Análise da Primeira interpretação

Registramos na descrição da primeira interpretação o objetivo desta etapa – escrever as primeiras impressões de leitura. Após a apresentação oral das experiências dos alunos com o texto, solicitamos a escrita dessas primeiras impressões no portfólio.

Cosson (2014, p. 84) afirma que “a disponibilização de uma aula para essa atividade sinaliza, para o aluno, a importância que sua leitura individual tem dentro do processo de letramento literário.” Para que se sentissem valorizados, neste momento, aceitamos como válidas as impressões de leitura que eles trouxeram, pois elas representaram o produto original da interação verbal entre eles e o autor, por meio do texto. Seguem as produções que equivalem a 50% + 1:

Quadro 9 – Produções referentes à etapa de primeira interpretação

<p>Aluno 1</p> <p>O livro começa com o dia-a-dia de Quaresma, ele era secretário do Arsenal de Guerra e morava em São Januário, era um nacionalista assumido e sua principal vontade era provar que o país é cheio de terras valiosas e cheio de outros tipos de riquezas. Ele morava com a irmã Adelaide e tinha um amigo chamado Ricardo Coração dos Outros que o ensinou a tocar violão.</p> <p>Um dia ele fez um pedido que mudassem a língua do português, as pessoas ignoravam essa ideia e alguns consideraram ele como louco. A partir daí ele compra um sítio em outra cidade para mostrar que o Brasil tem terras férteis, e ele acaba se envolvendo na política sem querer.</p> <p>Por fim, ele pediu emprego ao Floriano Peixoto e ele o apresentou ao tenente Coronel Bustamante, então Quaresma começou a trabalhar no Ministério da Guerra, ele lutou na revolta e saiu ferido, quando saiu do hospital foi mandado para o presídio da Ilha das Enxadas. Ricardo até procurou um jeito de tirar Quaresma da cadeia, mas não conseguiu, tentou chamar a afilhada de Quaresma para tentar falar com Floriano, mas ela não conseguiu falar com ele.</p>
<p>Aluno 2</p> <p>Policarpo Quaresma é um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país. Estuda a geografia de nossos rios, a história, a língua de nossos índios. Ama a cultura popular e chega a aprender a tocar violão, só para melhor conhecer nossa música. Sonha em melhorar as coisas para todos. Muda para o interior para trabalhar na agricultura, pensando em ajudar o presidente. Mas no fim perde as ilusões. O grande escritor Lima Barreto inventou essa triste história com esperança num futuro melhor e amor pelas coisas do povo. Com isso, deixou para nós um grande romance sobre o que o povo pode fazer para construir o país.</p>
<p>Aluno 3</p> <p>Policarpo Quaresma é um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país. Estuda a geografia de nossos rios, a história, a língua de nossos índios. Ama a cultura popular e chega a aprender a tocar violão, só para melhor conhecer nossa música. Sonha em melhorar as coisas para todos. Muda para o interior para trabalhar na agricultura, pensando em ajudar o Brasil a se desenvolver. Envolve-se num conflito para ajudar o presidente, mas no fim perde as ilusões.</p>
<p>Aluno 4</p> <p>Policarpo Quaresma mais conhecido como major Quaresma morava com sua irmã Adelaide, que não tinha marido, o major chegava sempre no mesmo horário, ele gostava muito de ler, Quaresma tinha aula de violão com Ricardo Coração dos Outros, que não era muito bem visto pois o violão era um instrumento de malandro naquela época. Até que o major foi para uma festa, depois da festa ele fez uma petição ao presidente Marechal Floriano Peixoto para que o tupi-guarani virasse a língua oficial do Brasil, depois desse evento todos o chamam de louco até que ele foi parar em um hospício ficou lá até se sentir melhor, e depois de um tempo saiu e foi morar em uma fazenda depois de um longo tempo lá Quaresma volta a cidade e recebe uma proposta para ele entrar no exército ele entrou e depois de um certo tempo ele foi acusado de um crime que ele diz que não cometeu e assim ele espera sua sentença.</p>
<p>Aluno 5</p> <p>A história se passa no Rio de Janeiro no século XIX com o personagem principal Policarpo Quaresma, um homem baixo, magro, cabelos escuros, olhos castanhos e caídos. Seu amor pela pátria brasileira era enorme. Ele dedicou toda sua vida pelo bem da nação. Seus esforços consistiam em fazer o bem para a nação, ele fez de tudo como: estudar toda a geografia brasileira, apenas</p>

consumia produtos nacionais, pesquisava costumes à moda tupi-guarani.

Seus amigos e família mais próximo eram: Adelaide (sua irmã), Olga (sua enteada), Vicente Coleoni (amigo de Policarpo e pai de Olga), Ricardo Coração dos Outros (amigo e quem lhe ensina violão).

Sua irmã não se interessava em ter um marido, não achava que era uma obrigação, muito contrário do que colocam na cabeça de cada moça. Seu amigo Ricardo era um dos únicos que realmente se importava com Policarpo, e sua enteada Olga Coleoni.

Ele participou da Revolta Armada num posto de comando. Ele foi preso, injustiçado, humilhado e sentenciado à morte sem nenhum julgamento. Um fim irônico já que ele morreu pelo que acreditava.

Aluno 6

Policarpo Quaresma, conhecido como major Quaresma, chegou em casa no horário de sempre, quatro e quinze da tarde, como acontecia há mais de vinte anos. Era um homem pequeno, magro e tinha o olhar baixo. Era subsecretário do Arsenal de Guerra. Saía do serviço, comprava algumas frutas, queijo, pão e tomava o bonde para São Januário, onde morava numa rua afastada.

Policarpo, é um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país. Estuda a geografia dos nossos rios, a história, a língua dos nossos índios. Ama a cultura popular e chega a aprender nossa música. Sonha em melhorar as coisas para todos. Muda para o interior, para trabalhar na agricultura pensando em ajudar o Brasil a se desenvolver.

Envolve-se num conflito para ajudar o presidente. Mas no fim perde as ilusões.

Aluno 7

Policarpo Quaresma era nacionalista exaltado. Só valorizava produtos nacionais e a cultura tipicamente brasileira. Ele escreveu um requerimento para a câmara, propondo a substituição do português pelo tupi-guarani. Por causa disso, Ele foi dito como louco e foi parar no hospício, lá ele foi visitado pela afilhada, pelo compadre e por Ricardo Coração dos Outros. Depois de seis meses no hospício da praia da Saudade. Ele levou alta. Olga deu a ideia para ele comprar um sítio. Foi o que ele fez. Logo ela se arrependeu de dar a ideia que ela deu para ele comprar um sítio. Nas suas plantações teve uma grande empestação de formigas, que ele controlou.

Quando ele viu no jornal que os navios da esquadra haviam insurgido e intimado ao Presidente a sair do poder ele lembrou da importância de um governo forte, de medidas agrárias... E depositou toda esperança no governo do Marechal Floriano Peixoto. Por isso, o seu objetivo era contribuir empregando todos os seus esforços para ver o bem, a felicidade e prosperidade do Brasil.

Ele participou da Guerra e foi acusado de traição. Depois ele foi condenado à morte.

Aluno 8

Policarpo Quaresma era um homem pequeno, magro e tinha o olho baixo. Ele era o subsecretário do Arsenal de Guerra. Era um homem gentil e educado com todos e não tinha inimigos, mas também não tinha amigos por causa do jeito esquisito mais ele era um brasileiro por inteiro. Ele achava que não era preconceito achar que quem toca violão é um desclassificado. Quaresma se ofereceu para pedir para o marido da afilhada examinar a moça e Quaresma explicou a razão da visita, mas o doutor Armando não estava quando Quaresma saiu do hospital a revolta tinha acabado e o batalhão do major foi mandado para o presídio da ilha das Enxadas. A alma do major ficou ainda mais atormentada.

Aluno 9

Policarpo Quaresma conhecido como major Quaresma e Quaresma quis ser militar, mas foi reprovado no exame de saúde. Policarpo um homem comum, que chegava em casa todos os dias às quatro e quinze da tarde em ponto e que não tinha ambições políticas, mas uma vontade sincera de

conhecer o país para encontrar remédios para os males nacionais. Olga disse que já tinha ouvido falar dele. Ricardo foi uma crítica injusta por causa dos versos e poesia que disseram estão errados porque não sabem o que é poesia e versos. Adelaide ficou muito preocupada quando o irmão começou a não dizer coisa com coisa, a tratar os amigos como inimigos a se fechar para o mundo, a delirar sem querer ver ninguém. Ismênia estava definhando, e o general já tinha seguido todos os conselhos que tinha recebido de todo mundo. Olga lembrou do eterno sonho e da ternura do padrinho, da determinação que botava nas coisas que fazia, mas ficou desesperada. Ricardo soube da prisão de Quaresma, e tentou achar um jeito de soltar o major. Ele quase morria.

Aluno 10

Policarpo Quaresma que era conhecido como major Quaresma tinha chegado em casa no horário de sempre quatro e quinze da tarde como acontecia sempre há mais de vinte anos. Ele era um homem pequeno magro tinha olhos baixo, parecia sempre tá olhando para os próprios pés, mas os olhos dele brilhavam de força e entusiasmo, ele morava numa rua afastada todos conheciam os hábitos de Policarpo.

Tinha uma irmã com o nome de Adelaide também tinha de o general Albemaz do vizinho de Quaresma que fazia de tudo pra casar suas cinco filhas Ismênia, Quinota, Zizi, Lalá, Vivi e tinha um filho chamado Lulu o nome da sua esposa era Dona Maricota os povos achavam que ele era louco e Quaresma passou uns meses no hospício e logo depois comprou um sítio no interior e resolver cuidar da agricultura.

Mas acabou na revolta da armada e ele ficou revoltado com o jeito que os soldados eram tratados por isso eles disseram e deram a ele a sentença de morte.

Eu acho que não valeu a pena ele fazer tudo isso ajudou queria o melhor para todos e acabou morrendo no final.

Aluno 11

Policarpo Quaresma amava muito pátria se defendia de tudo passava de cima tudo. Ele era homem muito corajoso. Ele gostava muito tocar violão.

Houve momento que ele foi para num hospício. lá Ele passa como doido depois ele se casa com Adelaide e compra um sítio Adelaide estava muito doente. _____ (trecho ilegível). Depois Eles começo a planta uma plantação de milho.

O dia depois deu uma penca de formiga. Policarpo jogou veneno na formiga.

Para analisarmos a compreensão do texto literário pelos alunos, é importante sabermos que o texto é, naturalmente, um produto ideológico e adquire sentidos que ultrapassam suas próprias particularidades.

Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo, é única e contínua: de um elo de natureza semiótica (e, portanto, também de natureza material) passamos sem interrupção para um outro elo de natureza estritamente idêntica. (BAKHTIN, 2014, p. 34)

Nesse sentido, a atividade de compreensão não existe apenas como parte das intenções comunicativas do autor, mas permite a participação do leitor, na forma como este recebe o texto, uma vez que o texto pode refletir e refratar outras realidades.

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.) (BAKHTIN, 2014, p. 32)

Sendo assim, os alunos utilizaram seus conhecimentos de mundo para avaliar o texto, com base em suas ideologias, julgando os acontecimentos, as personagens numa escala de valores que partiram da intenção comunicativa do autor, passando pelos efeitos de sentido processados durante a leitura.

Partindo dessas considerações, passemos à análise do processo de compreensão materializado por meio das produções de enredos do texto literário escritas pelos alunos, quanto ao conteúdo temático, estilo verbal e construção composicional. Reiteramos que aceitamos como válidas as primeiras impressões de leitura apresentadas, o que significa que as análises, a seguir, serão utilizadas como norte para intervenções posteriores.

a) Quanto ao conteúdo temático

Quadro 10 – Disposição do conteúdo temático nos enredos produzidos pelos alunos

Aluno	Apresenta o conteúdo temático no seguinte enunciado:
1	Era um nacionalista assumido e sua principal vontade era provar que o país é cheio de terras valiosas e outros tipos de riquezas.
2	Um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país.
3	Um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país.
4	-----
5	Seus esforços consistiam em fazer o bem para a nação.
6	Um brasileiro que gosta profundamente das coisas do nosso país.
7	Só valorizava produtos nacionais e a cultura tipicamente brasileira.
8	-----
9	Uma vontade sincera de conhecer o país para encontrar remédios para os males nacionais.
10	Queria o melhor para todos.
11	Amava muito a Pátria.

Apenas dois alunos não situaram a temática abordada no romance em suas produções. Isso demonstra que boa parte da turma já identifica este elemento na composição do gênero romance.

b) Quanto ao estilo verbal

No estilo verbal, consideramos a seleção operada nos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais.

Em linhas gerais, com exceção do aluno 1, observamos alguns problemas quanto aos processos de ordenação e concordância das palavras nas frases, bem como a falta de conexão entre os enunciados, com vistas à formação de parágrafos por organizadores discursivos ou sinais de pontuação. Além disso, os alunos 8, 9 e 11 escreveram frases incoerentes, pois a ordenação de algumas situações apresentadas não corresponde ao modo como os percebemos na realidade. Destacamos que a aluna 11 é a aluna do AEE, e, portanto, compreendemos suas limitações no tocante à ordenação das ideias expressas.

c) Quanto à construção composicional

Todos os alunos introduzem o enredo, com foco narrativo em terceira pessoa, situando o protagonista e as personagens secundárias no tempo e espaço, mas os alunos 6, 8, 9, 10 e 11 têm dificuldades de sequenciar os núcleos dramáticos e as ações que deles decorrem.

Todos apresentam o desfecho da narrativa, seja de forma distorcida ou não, com exceção da Aluna 11.

Os alunos 1, 5, 7, 10 e 11 estruturam o texto em parágrafos, embora alguns o façam de modo inadequado ou sem atender a uma lógica temporal.

Os alunos 1, 4, 5, 7 e 10 identificam o antagonista ou fazem remissão à Revolta da Armada, contextualizando historicamente a obra.

Apenas o aluno 2 apresenta uma informação acerca da intenção comunicativa do autor e todos os alunos apresentam alguma informação distorcida do texto original, citemos dois exemplos: o aluno 1, ao narrar o epílogo da narrativa, distorce a ideia de “voluntariar-se a serviço da Pátria”, substituindo-a por “pedir emprego”; o

aluno 2 escreve o período “muda para o interior para trabalhar na agricultura, pensando em ajudar o presidente”.

A distorção dessas ideias compromete a análise acerca da compreensão desses alunos sobre o texto, afinal, a ação do protagonista de mudar para o interior não surge como objetivo de ajudar o presidente e sim para evadir-se dos conflitos vividos na cidade.

7.6 – Análise da Contextualização

Já dissemos, anteriormente, que a etapa de contextualização teve por objetivos específicos refletir sobre a posição do autor frente ao florianismo, através de pistas linguísticas; discutir a temática “política e cidadania” através das ações das personagens e reconhecer o recurso ironia nas representações das lides burocráticas presentes na composição estética.

Para isso, realizamos o movimento de leitura da obra dentro do seu contexto histórico, temático e presentificador, como sugerido por Cosson (2014, p. 91):

Na escolha da contextualização que pode ser uma única com várias divisões ou uma combinação de duas ou mais, um cuidado a ser tomado é o retalhamento ou a divisão sem unidade de sentido... Um exemplo é a combinação da contextualização temática, histórica e presentificadora...

Ao elaborarmos as atividades de contextualização, procuramos estabelecer as relações com a obra literária, evitando tal desconexão, como veremos adiante.

7.6.1 – Contextualização histórica

O objetivo específico desta etapa foi refletir sobre a posição do autor frente ao florianismo, através de pistas linguísticas. Realizamos atividades para esse fim no terceiro intervalo de leitura e observamos as dificuldades dos alunos para responderem adequadamente a algumas questões. Para facilitar a contextualização, pedimos que relessem a nota do contra-almirante Custódio José de Melo contido no primeiro texto do jornal (Apêndice A).

De forma coletiva, organizamos a seguinte resposta para a primeira questão: A Revolta teve início quando os navios da Esquadra insurgiram querendo a

deposição do presidente Floriano Peixoto, uma vez que ele se mantinha no poder contrariando um dispositivo constitucional da época. A Constituição de 1891, em seu art. 42, rezava que se, no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-presidência, não houvesse decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-ia a nova eleição.

Assim, os alunos foram levados a relacionar o texto ao seu contexto de produção, adequando a resposta ao enunciado da questão, esclarecendo o motivo de a esquadra rebelar-se contra o presidente.

Na segunda questão, os alunos corresponderam às expectativas de resposta, uma vez que a questão permitia a localização das informações explícitas no texto.

Na terceira questão, os alunos que precisaram revê-la discutiram com os demais alunos os motivos que levaram Policarpo a participar do movimento da Revolta da Armada, e, desse modo, reformularam adequadamente as respostas.

Já, no que se refere à questão 4, questionamos o fato de alguns alunos terem mencionado que Policarpo foi sentenciado e/ ou condenado à morte, perguntamos se essa informação estava contida no texto. Alguns disseram que não e outros que sim. Então, relemos o último capítulo da narrativa para que os alunos percebessem que, exceto a prisão, não houve decisão de autoridade quanto ao destino de Quaresma, motivo pelo qual, faríamos o júri simulado para que eles o sugerissem.

7.6.2 - Contextualização temática

Na etapa de contextualização temática, os alunos analisaram a natureza política de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, a partir de trechos extraídos da obra, com base nos conceitos de política e cidadania. Cidadania é um tema transversal que preconiza a participação social e política, bem como exercício de direitos e deveres políticos e sociais, adotando, diariamente, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Para Cortella (CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 75), todo aquele que atua na área educacional precisa trazer o tema política para o espaço escolar. O que não se deve é partidarizar seu estudo, porque isso bloqueia o tratamento da política como bem comum.

O conteúdo temático do texto literário permite, pedagogicamente, a construção de identidades por meio da discussão, do enfrentamento de posições opostas e legítimas, sem permitir a eliminação dos sujeitos por expressarem seus pontos de vista. Além disso, a temática é estudada nos limites discursivos do romance.

As análises foram registradas por meio da escrita, no portfólio, e estão disponíveis no quadro a seguir:

Quadro 11 – Análise da natureza política da obra realizada pelos alunos

Trecho 1	
<p>Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa. (BARRETO, 2014, p. 12)</p>	
Questões	Respostas
a) Por que Policarpo é considerado um patriota?	<p>A1 – “Porque ele fazia de tudo para mostrar às pessoas a grandeza da Pátria.”</p> <p>A2 – “Pelo seu amor à Pátria.”</p> <p>A3 – “Porque Policarpo queria de nós brasileiros um povo que cultivasse nossas culturas...”</p> <p>A4 – “Porque desde moço ele tinha um amor à Pátria que o tomou por inteiro.”</p> <p>A5 – “Porque ele tinha um amor incondicional pela Pátria.”</p> <p>A6 – “Policarpo era patriota por amor da pátria.”</p> <p>A7 – “Porque ele amava muito a pátria.”</p> <p>A8 – “Porque ele defendia tudo brasileiro, como música, língua, instrumentos, etc...”</p> <p>A9 – “O amor da pátria tomou-o todo inteiro para um sentimento sério, grave e absorvente.”</p> <p>A10 – “Porque desde os vinte anos, ele tinha esse amor pela Pátria.”</p> <p>A11 – “Porque desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o por inteiro.”</p>
b) Policarpo não tinha ambições políticas e administrativas. O que isso significa?	<p>A1 – “Que seus desejos não eram ser um político e ganhar dinheiro com isso.”</p> <p>A2 – “Que ele não tinha interesse pela política.”</p> <p>A3 – “Significa que ele não ligava muito para política, ele se preocupava com o povo brasileiro e sua cultura...”</p> <p>A4 – “Não tinha porque ele apenas queria o bem da nação brasileira.”</p> <p>A5 – “Significa que ele não se importava em fazer parte da política administrativa.”</p> <p>A6 – “Ele não tinha ambições, não era interesseiro, não ligava pra dinheiro.”</p> <p>A7 – “Sim, que ele não tinha ambições políticas, que ele não era ambicioso em base a isso.”</p> <p>A8 – “Que ele não se importava com política e</p>

	<p>administração.”</p> <p>A9 – “Ele não tinha estas ambições.”</p> <p>A10 – “Porque ele tomava remédio e as pessoas tinham ele como um doido.”</p> <p>A11 – “Significa que ele não ligava para a política.”</p>
c) Policarpo pode ser considerado um cidadão? Por quê?	<p>A1 – “Por um lado sim, por outro lado não. Porque ele não tinha direito ao voto, mas tinha direito a outras coisas como: trabalho, saúde, meio-ambiente...”</p> <p>A2 – “Não, pois ele não votava.”</p> <p>A3 – “Sim, pois ele lutava para ver o seu país ser melhor e para nós brasileiros sermos mais brasileiros.”</p> <p>A4 – “Sim, porque ele além de patriota segue todos os direitos de cidadão.”</p> <p>A5 – “Porque ele tem seus direitos efetivados e cumpre seus deveres de cidadão.”</p> <p>A6 – “Sim, porque gostava de falar sobre seus direitos como cidadão.”</p> <p>A7 – “Sim, porque foi num conhecimento inteiro do Brasil, e levando-o a meditações sobre os seus recursos.”</p> <p>A8 – “Não, porque ele não tinha direito de votar.”</p> <p>A9 – “Sim, porque ele queria ter seus direitos efetivados e cumpre seus deveres de cidadão.”</p> <p>A10 – “Sim, porque todo mundo tem direito de ser tratado como cidadão.”</p> <p>A11 – “Sim, porque ele lutava pelos seus direitos.”</p>
<p>Trecho 2</p> <p>O riso é contagioso. O secretário, no meio da leitura, ria-se, discretamente; pelo fim, já ria-se o presidente, ria-se o oficial da ata, ria-se o contínuo — toda a mesa e aquela população que a cerca, riram-se da petição, largamente, querendo sempre conter o riso, havendo em alguns tão franca alegria que as lágrimas vieram. Quem soubesse o que uma tal folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado, havia de sentir uma penosa tristeza, ouvindo aquele rir inofensivo diante dela.</p>	
Questões	Respostas
a) O trecho se refere à reação dos colegas de trabalho de Policarpo Quaresma ao lerem sua petição acerca de mudança do idioma português para o tupi-guarani. Por que ela teria causado o riso das pessoas?	<p>A1 – “Porque era um pedido estranho e totalmente estranho porque nem todos sabiam falar a língua tupi.”</p> <p>A2 – “Isso fez todos rirem da cara dele.”</p> <p>A3 – “Policarpo pedia que nós falássemos nossa língua mãe tupi-guarani porque a língua portuguesa é uma língua emprestada.”</p> <p>A4 – “Porque acharam a ideia ridícula.”</p> <p>A5 – “Porque todos acharam que ele estava louco.”</p> <p>A6 – (Não respondeu)</p> <p>A7 – “Porque os seus amigos achavam que era feio.”</p> <p>A8 – “Porque elas acharam aquilo estúpido.”</p> <p>A9 – “Quem soubesse o que uma folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado havia de sentir uma penosa tristeza, ouvindo aquele rir inofensivo diante dela.”</p> <p>A10 – “Sim, escrever é um ato de cidadania. E</p>

	<p>Policarpo era um cidadão de bem.” A11 – “Ele queria que falasse tupi-guarani.”</p>
<p>b) Como Quaresma reagiu diante do comportamento dos colegas de trabalho?</p>	<p>A1 – “Triste, ele até chorou segundo o texto.” A2 – “Se sentiu triste.” A3 – “Ele ficou meio envergonhado e bravo.” A4 – “Estava se sentindo com uma penosa tristeza e provavelmente envergonhado.” A5 – “Reagiu triste.” A6 – “Havia uma penosa tristeza, ouvindo aquele rir.” A7 – “Ele ficou triste.” A8 – “Ele achou aquilo um absurdo.” A9 – “Mal.” A10 – “Ele reagiu bem como reagia às outras coisas.” A11 – “Ele ficou sem reação, triste e ao mesmo tempo feliz pois pelo menos ele tentou.”</p>
<p>Trecho 3 “Se não fosse seu pai (e Olga amava mais por isso o seu rude pai) que se interessava, chamando a si os interesses da família e evitando a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? Como é fácil na vida tudo ruir! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice...”</p>	
<p>Questões</p>	<p>Respostas</p>
<p>a) Quem era o pai de Olga e de que forma ele ajudou o compadre Policarpo Quaresma?</p>	<p>A1 – “Coleoni, dando emprego no Ministério de Guerra.” A2 – “Cavalcanti, com favores.” A3 – “O pai de Olga era Cavalcanti.” A4 – “Vicente Coleoni, conseguindo com que ele não se prejudicasse com a carta enviada.” A5 – “Cavalcanti, tirando ele da cadeia.” A6 – (Não respondeu.) A7 – “Anastácio, ele deu conselhos para ajudar Policarpo.” A8 – “Castrioto.” A9 – “Coleoni.” A10 – (Não respondeu) A11 – (Não respondeu)</p>
<p>b) Na sua opinião, seria justa a demissão de Policarpo? Por quê?</p>	<p>A1 – “Não, ele só fez uma petição, algo normal hoje em dia, mas naquela época não pensaram assim.” A2 – “Não, pois ele não tinha ambições.” A3 – “Não porque ele só queria ver o bem do seu país, ele só queria ver seu povo com a língua-mãe.” A4 – “Não, porque ele não estava cometendo nenhum crime e estava apenas expressando sua opinião sobre a língua brasileira.” A5 – “Não porque ele tinha uma maneira de pensar e as pessoas tinham que entender.” A6 – “Não porque ele foi demitido porque expressou sua opinião.” A7 – “Não, porque ele era um homem justo e honesto e não deveria ser despedido.” A8 – “Não, porque ele não fez nada.” A9 – “Não.” A10 – “Na minha opinião não era preciso, mas na opinião deles lá era preciso a demissão dele.” A11 – “Não, porque ele só queria o bem do</p>

	país”.
<p>Trecho 4</p> <p>- Você por que não planta para você?</p> <p>- “Quá, sá Dona”! O que é que a gente come?</p> <p>- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.</p> <p>- “Sá Dona tá” pensando uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta, cresce, e então? “Quá Sá Dona”, não é assim.</p> <p>[...]</p> <p>- Terra não é nossa... E “frumiga”? Nós não “tem” ferramenta... isso é bom pra italiano ou alamáão que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...</p>	
Questão	Resposta
a) Neste diálogo, Olga e Anastácio discutem sobre questões agrárias. O que Anastácio quis dizer com “...Enquanto planta, cresce, e então?	<p>A1 – “Ele quis dizer que ele come o que planta e vende o que resta.”</p> <p>A2 – “Que não é rápido o crescimento da planta.”</p> <p>A3 – “Ele quis dizer que enquanto você investe numa coisa, ela cresce.”</p> <p>A4 – “Que não adiantava plantar nada já que não iria ganhar nada com isso por causa dos altos impostos ao governo.”</p> <p>A5 – “Que tem que esperar crescer.”</p> <p>A6 – (Não respondeu)</p> <p>A7 – “Ele quis dizer com a plantação que eles plantaram”;</p> <p>A8 – “Que é aquilo que ele quis dizer que ele planta e cresce.”</p> <p>A9 – “Que as terras não é deles.”</p> <p>A10 – “Que cresce e se produz.”</p> <p>A11 – “Ele quis dizer quando investe cresce.”</p>
b) Conforme a fala de Anastácio, o governo dá tudo para “italiano” ou “alamão”. Explique.	<p>A1 – “Anastácio disse que o governo não se importa com os brasileiros. E tudo que os estrangeiros pediam eles davam.”</p> <p>A2 – “Que eles exportavam.”</p> <p>A3 – “Ele quis dizer que o governo só dá as coisas para os mais ricos como por exemplo italianos ou alamáão.”</p> <p>A4 – “Pelo fato de serem estrangeiros.”</p> <p>A5 – “Que os estrangeiros tinham mais apoio.”</p> <p>A6 – “Sim. O governo esquece de nós.”</p> <p>A7 – “Ele quis dizer que o governo não dá nada para eles e sim para os italianos e os alemães.”</p> <p>A8 – “Que o governo dava todas as plantações para eles.”</p> <p>A9 – “Porque o governo não gosta deles.”</p> <p>A10 – “Ele quis dizer que o governo não dava nada pra eles só para o italiano e o alemão.”</p> <p>A11 – (Não respondeu)</p>
<p>Trecho 5</p> <p>- O senhor verá com o tempo, major. Na nossa terra não se vive senão de política, fora disso, babau! Agora mesmo anda tudo brigado por causa da eleição de deputados...</p> <p>Ao dizer isso o deputado lançou por baixo de suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a ingênua fisionomia de Quaresma.</p> <p>-Que questão é? – indagou Quaresma.</p> <p>[...]</p> <p>- Eu lhe explico: O candidato do governo é o senhor Castrioto, moço honesto, bom orador, mas entenderam aqui, certos presidentes de Câmaras Municipais do Distrito que se hão de sobrepôr ao governo, só porque o Senador Guariba rompeu com o governador; e – zás – apresentaram um tal Neves que não tem serviço algum ao partido e nenhuma influência... Que pensa o senhor?</p> <p>- Eu... Nada!</p>	

<p>O serventuário do fisco ficou espantado. Havia no mundo um homem que, sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do Senador Guariba com o Governador do Estado! Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois...</p>	
Questões	Respostas
<p>a) O termo política nesse trecho está sendo empregado com o mesmo sentido da palavra política apresentado no início desta atividade?</p>	<p>A1 – “Não, neste trecho fala de políticos ambiciosos e no texto do início um exemplo bom.” A2 – “Sim.” A3 – “Sim, está.” A4 – “Não, está sendo empregado como apoio.” A5 – “Não.” A6 – “Não.” A7 – “Sim.” A8 – “Não.” A9 – “Não.” A10 – Não, esse trecho está falando que as pessoas brigam por política. A 11 – “Sim.”</p>
<p>b) Por que para se referir a outros políticos o Doutor Campos usava as palavras “<u>certos</u> Presidentes...” e “<u>um tal</u> Neves”?</p>	<p>A1 – “Para não citar nomes.” A2 – “Para não se prejudicar com suas citações.” A3 – “Porque ele não gostava deles.” A4 – “Porque eles achavam que Quaresma apoiava um certo grupo político.” A5 – “Porque os políticos eram muito hipócritas.” A6 – “Para não falar os nomes.” A7 – “Que há uns políticos aí...” A8 – (Não respondeu) A9 – “Para ser gentil.” A10 – (Não respondeu.) A11 – “Que há uns políticos aí...”</p>
<p>c) Qual a demonstração de interesse de Quaresma pelo assunto discutido nessa conversa?</p>	<p>A1 – “Nenhuma, respondeu apenas por educação.” A2 – “Nenhuma.” A3 – “Com interesse pois estava indignado.” A4 – “Nenhuma, ele não se interessava pela política.” A5 – “Nenhum interesse.” A6 – “Nenhuma.” A7 – “Ele demonstrou interesse pelo assunto.” A8 – “Melhorar a política do Brasil.” A9 – “De suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a ingênua fisionomia.” A10 – “Quaresma foi explicar as coisas do governo.” A11 – “Interessado.”</p>
<p>Trecho 6</p> <p>Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. E o que não deixara de ver, de gozar, de fruir, na sua vida? Tudo. Não brincara, não pandegara, não amara — todo esse lado da existência que parece fugir um pouco à sua tristeza necessária, ele não vira, ele não provara, ele não experimentara.</p>	

Questões	Respostas
<p>a) Você concorda com as reflexões de Quaresma? Ele realmente não tinha feito nada de sua vida?</p>	<p>A1 – “Sim, o que ele fez não teve importância pra ninguém.” A2 – “Não, ele ajudou muito a Pátria.” A3 – “Concordo em parte porque ele fez sim muitas coisas mas ele poderia fazer mais coisas. A4 – Sim, ele apenas se importou com o Brasil de uma maneira apaixonante sem ganhar nada em troca e ainda ser ridicularizado por isso. A5 – “Não concordo, pois ele quis mostrar as riquezas do Brasil.” A6 – “Não, ele passou a vida dele tentando mudar o Brasil.” A7 – “Sim, ele escreveu livros.” A8 – “Não, ele tentou fazer algo pelo país.” A9 – “Não.” A10 – “Sim, eu concordo.” A11 – “Sim. Porque ele era bom.”</p>
<p>b) Ele foi um exemplo de cidadão político? Por quê?</p>	<p>A1 – “Sim. Ele não era um político mas era um cidadão com características de um político de qualidade.” A2 – “Não, pois ele não ligava para a política.” A3 – “Sim, porque ele lutou para mudar o Brasil porque ele queria que nós fôssemos mais brasileiros.” A4 – “Sim, porque apesar de tudo ele tentou fazer o que era melhor pra nação brasileira.” A5 – “Eu acho que foi, pois ele queria só o melhor para o país.” A6 – “Sim, porque ele era honesto e queria ajudar.” A7 – “Sim, pois além de ser um bom homem ele era honesto e lutava pela sua cultura.” A8 – “Sim, porque ele defende o país e não era corrupto.” A9 – “Sim porque ele era bom.” queria fazer o bem.” A10 - “Sim, foi um pouco. Ele fazia as coisas que ele gostava e pra ele, ele era cidadão.” A11 – “Sim porque ele queria que fosse mais brasileiro.”</p>
<p>c) Na sua opinião, o que faltou nas atitudes de Quaresma para que ele se realizasse enquanto cidadão brasileiro?</p>	<p>A1 – “Aproveitar mais a vida como um turista e deixar de se preocupar com a pátria, afinal só ele se preocupava.” A2 – “Conquistar o respeito de todos e conseguir convencer a todos o quão bom o nosso país é.” A3 – “Faltou ele ter mais pessoas ao seu lado o ajudando e o apoiando.” A4 – “Faltou mais ação da parte de Quaresma, apesar de saber muito sobre o Brasil, ele não aplicava suas soluções.” A5 – “Acho que não faltou nada, pois ele tentou de tudo.” A6 – “Muitas coisas como cidadão.” A7 – “Ele deveria ser mais realista e confiar mais nele.” A8 – “Faltou menos patriotismo.”</p>

	A9 – “Não.” A10 – “Respeitar todos os direitos da política. E os deveres de um cidadão.” A11 – “Ele foi um bom brasileiro e merecia respeito.”
--	--

Em relação ao trecho 1, questão a, os alunos 1, 3 e 8 foram capazes de perceber em Policarpo Quaresma alguém que conhece e valoriza a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro. Os demais inferem o sentido da palavra “patriota” por meio do contexto discursivo. Na questão b, os alunos 3 e 4 refletiram acerca da expressão “Policarpo não tinha ambições políticas e administrativas”, numa perspectiva de que ele era a favor de uma sociedade livre, justa e solidária e que promove o bem de todos. Na questão c, os alunos 1, 2 e 8 defenderam o direito ao voto como condição para a cidadania plena, já os alunos 4, 6, 10 e 11 pareceram entender o direito como uma propriedade ou objeto de consumo, tenderam a pensar em direitos sem obrigações; os alunos 5 e 9 entenderam que os direitos ligados à vida em sociedade estão ligados a obrigações.

Ribeiro (CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 14) diz que pensar o direito sem obrigações reduz muito o alcance do direito e da justiça, porque nas ideias de direito, justiça e liberdade está embutido, ainda que indiretamente, certo sentido de dever.

Assim, constatamos que era necessário discutirmos mais sobre as relações entre o direito, a justiça e a liberdade para que os discentes pudessem analisar melhor as questões.

As questões do trecho 2 nos levam a refletir sobre aquilo que Cortella (CORTELLA; RIBEIRO, 2012) denomina de “horizonte adversário”, isto é, uma meta, cujos fatores que a potencializam são a necessidade, a escassez das possibilidades de realização e a insubstituibilidade. Policarpo tinha esse horizonte adversário, por isso não lhe faltou a utopia: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos ela se afasta dois.” (GALEANO, 1971, apud CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 21).

Essas questões exigem do aluno identificar o que separa Quaresma de seu horizonte adversário e como ele reage a isso. Os alunos 1, 4, 5, 7 e 8 perceberam que o ponto de vista do protagonista era encarado pelas pessoas como estranho, estúpido e ridículo; conforme as análises deles, percebemos que se colocaram no lugar do personagem, projetando suas próprias reações diante dos acontecimentos, ou seja, indo além do plano da textualidade.

No trecho 3, questão a, os alunos identificaram aqueles que se juntam a Policarpo para defender interesses comuns, para fazer justiça perante a demissão de quem estava ameaçado. Os alunos 1, 4 e 9 lembraram-se de quem o ajudou, já que a informação não está explícita no trecho da atividade, e os alunos 1, 4, 5 e 6 relacionaram a situação de Policarpo ao direito de liberdade de expressão, considerando injusta a demissão; e o aluno 1 ainda acrescentou à sua resposta o fato de que naquele contexto histórico não havia esse direito.

Analisamos o trecho 4, em que Olga conversa com Anastácio sobre questões agrárias, com base na seguinte reflexão:

... consolidou-se no país, nos últimos anos, a ideia de que de um lado existe a sociedade, um pelotão homogêneo de gente, e de outro lado o Estado que a extorque, mas que parece ter vindo de Marte. Ora, nós não elegemos o Estado, não somos responsáveis por ele, não colocamos corruptos ou incompetentes lá? E a sociedade não é homogênea, ela é atravessada por disputas, sendo particularmente importantes as que dizem respeito aos impostos que pagamos e a quem se beneficia do dinheiro público. (RIBEIRO, 2012, p. 50)

Quanto a questão a, os alunos 4 e 9 parecem ter compreendido em suas análises essa relação entre o pagamento de impostos e os maiores beneficiários do dinheiro público no país de Policarpo Quaresma. Fazemos aqui uma ressalva para o fato de Anastácio não ter participado das eleições, por ser analfabeto, e, portanto, não era diretamente responsável pelas circunstâncias políticas da época. Na questão b, os alunos 1, 3, 5 e 6 atentaram para essas relações.

Para analisarmos o trecho 5, que apresenta o diálogo entre Quaresma e Antonino Dutra, refletimos que “só é livre aquele se envolve na vida pública, na vida coletiva” (CORTELLA, 2012, p. 9). A forma como essa ideia é apresentada no discurso de Antonino Dutra anula a liberdade individual do protagonista. Na questão a, os alunos 1, 4, 5, 6, 8, 9 e 10 foram capazes de perceber a diferença entre o envolvimento na vida pública por interesses coletivos e fazer o mesmo por interesses egoísticos.

Na questão b, os alunos 1, 2 e 6 analisaram as escolhas lexicais utilizadas no discurso do personagem Antonino Dutra, como recursos linguísticos usados para fazer remissão a adversários políticos. Na questão c, os alunos 1, 2, 4, 5 e 6

confirmaram a refração ideológica da política na visão de Policarpo Quaresma e na visão de Antonino.

Analisamos o trecho 6, com base na seguinte afirmação de Ribeiro:

... parece que chegamos a um ponto de saturação na política. Não a saturação no sentido de ter completado, de ter chegado à plenitude, de termos uma democracia completa. Mas parece que as pessoas se cansaram. E minha dúvida quanto a esse cansaço da política é se ele pode ser superado, se é possível começar uma nova vida e fazer com que a política volte a ser (ou se torne) divertida, animada, interessante – ou se ela encerrou realmente a sua, digamos missão histórica. (CORTELLA; RIBEIRO, 2012, p. 19)

Essa saturação política percebida no discurso de Policarpo Quaresma refletiu-se nas vozes dos alunos 1, 4, 10 e 11, em relação à questão a. Já os alunos 2, 3, 5, 6, 8 e 9 parecem ter superado a ideia do cansaço, refletindo sobre o que havia sido divertido, animado e interessante na missão político-histórica de Policarpo Quaresma. O aluno 3 afirma que muito ainda poderia ser feito, o que aponta para a crença nas possibilidades de vencer os desafios da política por meio da preservação de sua pulsão vital.

A aluna do AEE realizou a análise da natureza política da obra, através de uma atividade de nível simples, isto é, com apenas três trechos: no trecho 1, utilizamos as questões “a” e “c”; no trecho 2, utilizamos a questão “a”; e no trecho 3, utilizamos as questões “a” e “b”. A atividade com as respostas dadas pela aluna consta no Apêndice L.

Percebemos a dificuldade da aluna para fazer análises e reflexões, talvez por apresentar limitações quanto ao ordenamento lógico de ideias, já que a atividade de articulação discursiva exige prática de produção e recepção do texto. Por esse motivo, reduzimos o número de questões, selecionando as mais simplificadas, mesmo assim, ela não conseguiu realizar a tarefa individualmente.

A aluna ainda entende que numa tarefa de compreensão de texto, ela deve extrair informações explícitas nos contextos lineares, por isso, após realizar a atividade individualmente, revimos as questões do primeiro trecho com a aluna e, devido ao término da aula, pedimos o apoio da Professora do AEE para revisar com ela as demais questões.

Consideramos os diálogos promovidos nesta etapa muito proveitosos pela participação de todos, pelos procedimentos de leitura utilizados na análise e reflexão das questões propostas, no que se refere às relações entre conceitos e enunciados.

Porém, devido às limitações de alguns alunos para responder adequadamente a algumas questões, é importante realizar com maior frequência atividades de leitura, envolvendo esses tipos de relações.

7.6.3 – Análise da Contextualização presentificadora

Na contextualização presentificadora, os alunos ampliaram os conhecimentos acerca da temática política. Considerando o dialogismo constitutivo da linguagem, discutiram a obra à luz de artigos constitucionais. A política foi entendida aqui não apenas como atividade da esfera governamental, mas como atividade de interação humana e convivência coletiva.

Cosson (2014) afirma que a contextualização presentificadora é utilizada para despertar o interesse do aluno pela obra, chamando sua atenção para o tema e as relações dele com o presente. É, portanto, uma atualização.

O autor adverte o professor para o risco de se estabelecer uma relação artificial, violentando a realidade histórica da obra. É refutável essa possibilidade neste trabalho, visto que a atualização se tornou possível devido ao tratamento interdisciplinar e à oportunidade de estabelecer um diálogo entre contextos histórico-sociais distintos, refletindo sobre os males que afligiam o Brasil da última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, mas que persistem na moderna República do século XXI.

O acabamento do enunciado é, segundo Bakhtin (2000), a alternância dos sujeitos falantes vista do seu interior e ocorre porque o locutor disse/ escreveu tudo o que queria ou podia dizer no momento, em determinadas condições. Esse acabamento é expresso, no enunciado pela possibilidade de responder, ou seja, de compreender de modo responsivo (apreender o tema e a significação e a eles replicar).

Além disso, atualizar a obra é uma oportunidade de refletir sobre o modelo de sociedade que temos, a partir das relações estabelecidas entre o texto literário e o presente. Embora seja de ficção, numa atividade de leitura, o leitor imerge naquele universo fictício, transforma-se automaticamente em personagens protagonistas, vilões e até mesmo naqueles personagens secundários que interferem na narrativa; sente vontade de mudar o destino deles somente para que sejam tratados de maneira mais justa ou que tenham um final coerente com suas ações.

Como diz Cosson (2014, p. 16) “no exercício da literatura podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e ainda assim sermos nós mesmos”. Isso se faz possível porque projetamos na ficção nossas vivências, sonhos e expectativas do mundo real, ou seja, o modelo de sociedade que temos, nossas experiências cotidianas, o conhecimento ético que temos sobre direitos e deveres, sobre o que é justo ou não.

Nesse sentido, a Carta Magna foi utilizada como um enunciado que estabelece relações com o romance, para que os alunos refletissem de forma atualizada sobre as questões de cidadania, ética, justiça, valores sociais na obra lida. Cosson (2014, p.17) diz ainda que “a literatura tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas. Ela também tem muitos artifícios e guarda em si, o presente, o passado e o futuro da palavra.” Por isso, com o apoio da Constituição os alunos foram transformando o mundo da ficção no contexto real e atual de estudo de sua natureza política.

Assim a literatura cumpriu seu papel humanizador, sua função de resgate para a cidadania e desmistificou a ideia de ler apenas por prazer ou tão somente para adquirir conhecimento. A atividade de leitura literária adquiriu ainda mais sentido porque deixou de ser uma prática simples e resumida à história literária, sem benefício algum, como também apenas reforço para o desenvolvimento de habilidades linguísticas.

7.7 – Análise da Segunda interpretação

A segunda interpretação foi realizada efetivamente na preparação dos alunos sobre a temática e organização da etapa de expansão, em que, organizados em grupo, os alunos realizaram o julgamento de Policarpo Quaresma, em forma de júri simulado.

Cosson (2014) explica que a segunda interpretação tem por objetivo a leitura aprofundada de uma personagem, um tema, um traço estilístico, uma correspondência com questões contemporâneas, questões históricas, por meio de uma viagem ao mundo do texto.

Nesse sentido, à medida que os alunos contextualizavam a obra na etapa anterior, eles realizavam esta etapa, num movimento simultâneo entre ficção e

realidade. Moisés (2006) diz que ninguém consegue ficar muito tempo à margem do que se passa com o próximo e com o mundo inteiro, de forma tal que seu caso individual se articula a uma vasta malha de situações análogas.

Na literatura, existem expressões individuais de dramas coletivos que, por meio da dialética, são conflitados e instigam soluções. É o que acontece quando lemos na voz do narrador onisciente o drama de Policarpo Quaresma:

Por que estava preso? Ao certo não sabia; o oficial que o conduzira nada lhe quizera dizer; e, desde que saíra da ilha das Enxadas para a das Cobras, não trocara palavra com ninguém, não vira nenhum conhecido no caminho, nem o próprio Ricardo que lhe podia com um olhar, com um gesto, trazer sossego às suas dúvidas. Entretanto, ele atribuía a prisão à carta que escrevera ao presidente, protestando contra a cena que presenciara na véspera.

[...]

... Como acabarei, como acabarei? E a pergunta lhe vinha, no meio da revoada de pensamentos que aquela angústia provocava pensar. Não havia base para qualquer hipótese. Era de conduta tão irregular e incerta o governo que tudo ele podia esperar: a liberdade ou a morte, mais esta que aquela. (BARRETO, 2014, p. 196)

Nós, leitores atentos aos discursos da narrativa e ao contexto histórico, temático e presentificador, resolvemos responder aos questionamentos de Quaresma, atualizando a obra, conforme os nossos pontos de vista. Sem pretender corresponder fielmente aos trâmites de um júri, já que se trata de uma situação didática em sala de aula, produzimos o texto referente ao Julgamento de Policarpo Quaresma. Para o roteiro, utilizamos a sugestão de Marcelo Bertasso, disponível em <<https://mpbertasso.wordpress.com/2008/10/02/roteiro-do-juri/>>.

Quadro 12 – Roteiro do júri simulado

<p>ROTEIRO DO JÚRI SIMULADO</p> <p>I. INSTALAÇÃO</p> <p>1. Declaro abertos os trabalhos da 1ª sessão da 1ª reunião do Tribunal do Júri da E.E.E.F.M. John Kennedy no ano de 2017. (art. 462).</p> <p>2. Vai ser submetido a julgamento, não um homem, posto que pelo contexto histórico em que os fatos ocorreram já estaria morto há décadas, mas um personagem da obra <i>Triste Fim de Policarpo Quaresma</i>, o réu: Policarpo Quaresma (denunciado por crime militar em tempo de guerra. Escreveu uma carta ao Presidente Floriano, denunciando o tratamento cruel àqueles que se rebelaram contra a Pátria, no contexto da Revolta da Armada, demonstrando assim apoio aos inimigos, fomentação à guerra e, portanto, desvio de conduta militar.</p>

Determino ao senhor porteiro dos auditórios que apregoe as partes e as testemunhas, colocando em salas separadas as da acusação, das de defesa.

Vou proceder ao sorteio dos sete jurados que deverão compor o conselho de sentença. Está formado o conselho de sentença, farei a exortação legal, e à chamada, cada um dos senhores deverá responder "Assim prometo". Todos de pé.

Em nome da lei, concito-vos a examinar com imparcialidade esta causa e a proferir vossa decisão de acordo com a vossa consciência e com os ditames da Justiça.

Todos: Assim prometo!

Juiz: Podem sentar.

II. INSTRUÇÃO

Inquirição de testemunhas.

Ordem: ofendido, testemunhas de acusação e defesa.

OFENDIDO

Juiz: Convoco o Sr. Floriano Peixoto para submeter-se à apuração da verdade. E a representante do Ministério Público para proferir o seu discurso e interrogar o ofendido nesse processo.

Promotora (representante do Ministério Público): Meritíssimo Sr. Doutor Juiz de Direito do Tribunal de Justiça da Escola John Kennedy, agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui pela primeira vez para defender a ordem jurídica, o Regime Democrático e a fiscalização da lei; a Vossa Excelência, pela total imparcialidade ao julgar os personagens da literatura brasileira que, por ventura, submetem-se a julgamento; e a todos os presentes leitores da obra Triste Fim de Policarpo Quaresma, que ao estabelecerem uma ponte entre ficção e realidade, utilizam em suas práticas os valores da democracia, justiça e cidadania.

(Dirigindo-se ao ofendido)

Vossa Excelência, Marechal Floriano Peixoto, Chefe do Executivo desta Pátria Amada, confirma que o réu Policarpo Quaresma participou da Revolta da Armada em defesa dos interesses da Pátria, e submeteu-se a ela não por convocação, mas como voluntário, e que, até a vitória contra a Revolta, Quaresma manteve-se firme, combatendo os inimigos e mantendo a ordem?

Floriano Peixoto: Bem, eu recebi um telegrama desse cidadão, que dizia: Floriano, Peço Energia. Sigo Já. E eis, que certa vez ele se apresenta em meu Gabinete pronto para ajudar na manutenção da ordem pública. E se mantém fiel durante o movimento. Porém, após a vitória, ele desvia seus interesses para defender os inimigos, os traidores, aqueles que colocaram em pé de guerra a nação brasileira. E escreve-me uma carta, onde consta o teor da denúncia.

Advogado de Acusação: A que tipos de perigos estava sujeita a Pátria, com os interesses de Quaresma revelados na carta que escrevera para Vossa Excelência?

Floriano Peixoto: Quaresma era um homem de confiança e recebeu um posto de comando. Estava acostumado a liderar uma tropa. Com as palavras contidas na carta, cobrando a elaboração de normas de proteção para os traidores, certamente tinha um plano para destruir a paz que conseguimos instaurar no País.

Advogado de Defesa: Não é a primeira vez que Policarpo Quaresma escreve para Vossa Excelência, textos demonstrando preocupação com o destino de brasileiros. Assim que ele chegou ao Rio, ele entregou a Vossa Excelência um manuscrito. O que ele continha? E que resposta Vossa Excelência deu ao meu cliente?

Floriano Peixoto: Era a redação de um memorial. Nele Policarpo expunha as medidas necessárias para o levantamento da agricultura e mostrava todos os entraves, oriundos da grande propriedade,

das exações fiscais, da carestia de fretes, da estreiteza dos mercados e das violências políticas. Pensava ele que eu colocaria uma enxada na mão de cada vadio?! Não havia exército que chegasse...

TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO

Juiz: Convoco a Senhora Dona Maricota para o interrogatório das partes.

Advogado de Acusação: Dona Maricota, o seu contato com Policarpo Quaresma já vem de longas datas, sabe-se que ele até participava de festas na sua casa. Como era o comportamento dele nesses eventos?

Dona Maricota: Ele sempre participava porque meu marido o General Albernaz tinha uma certa consideração pelos vizinhos, e, como ele era nosso vizinho... Uma vez ele fez o "Tangolomango", vestiu uma velha sobrecasaca do meu marido, pôs uma imensa máscara de velho, agarrou-se a um bordão curvo, em forma de báculo, e entrou na sala. As dez crianças cantaram em coro:

Uma mãe teve dez filhos
 Todos os dez dentro de um pote:
 Deu o Tangolomango nele
 Não ficaram senão nove.

Por aí, o major avançava, batia com o báculo no assoalho, fazia: hu! hu! hu! ; as crianças fugiam, afinal ele agarrava uma e levava para dentro. Assim ia executando com grande alegria da sala, quando, pela quinta estrofe, lhe faltou o ar, lhe ficou a vista escura e caiu. Tiraram-lhe a máscara, deram-lhe algumas sacudidelas e Quaresma voltou a si. Acho que ele já não batia bem da cabeça. Até internado ele já foi.

Promotora: A Senhora disse que Quaresma tinha problemas mentais e que já foi internado... Que comportamentos a senhora via como anormais sendo vizinha dele?

Dona Maricota: Primeiro algo que intrigou toda a vizinhança foi o violão numa casa tão respeitável; depois ele foi meter-se com os livros sem ter título acadêmico. Eu, há bem 40 anos, que não pego em livro. Depois a mania de imitar índio...

Advogado de Defesa: Sua família apresenta um gosto pelas festanças, cantigas e hábitos genuinamente nacionais, como se diz por aí. Acaso esse desejo de sentir, de sonhar, de poetar à maneira popular dos velhos tempos tem alguma influência do major Policarpo Quaresma?

Dona Maricota: Não posso omitir... Policarpo levava seu amigo Coração dos Outros lá em casa para cantar as modinhas e isso nos fazia lembrar dos nossos tempos, tanto que meu marido resolveu organizar uma festa à moda do Norte, e o major logo se animou. Foi nessa festa que aconteceu o tangolomango. Mas depois que se internou não apareceu mais. Minha família não tem contato com esse indivíduo há muito tempo.

Juiz: Convoco o Tenente Coronel Inocêncio Bustamante para que se faça presente na sessão.

Advogado de acusação: O Sr. considerava Policarpo Quaresma como alguém disciplinado, regrado?

Tenente Coronel Inocêncio Bustamante: Antes tinha-se ordem, disciplina. Hoje não há mais gente dessa natureza. Confiei o posto de major e depois carcereiro e ele me fez uma dessas. Sem contar com o número de deserções que nunca evitou, o despreparo nas missões, quando uma embarcação inimiga avançava, em vez de mandar fogo, ele ia consultar compêndios e tabelas para calcular a distância, a alça, o ângulo para a eficiência do fogo... Nisso colocava em risco a segurança do forte.

Promotora: Por que o senhor deu uma função tão alta para um homem que o senhor mesmo considerava sem preparação para assumir tal função?

Tenente Coronel Inocêncio Bustamante: Eu cria com força na capacidade do General Peixoto, tanto assim que, para apoiá-lo e defender o seu governo, imaginava organizar um batalhão

patriótico, de que já tinha o nome "Cruzeiro do Sul" e, o próprio General Peixoto me ordenou aproveitar Quaresma no meu batalhão. Marechal Floriano Peixoto perguntou na minha frente a Quaresma o posto que queria assumir. Por isso confiei em lhe dar tal função.

Advogado de Defesa: Quer dizer que o Senhor pretendia organizar um batalhão patriótico... Quais eram as atitudes patrióticas de Quaresma no seu batalhão?

Tenente Coronel Inocêncio Bustamante: Defendeu os interesses do governo como pôde. Veio servir sem que fosse convocado, era amigo do marechal Floriano, recebia ordens e até se mostrava obediente aos comandos. Mas deixou suas emoções patrióticas falar pela razão.

Juiz: Convoco o Senhor Tenente Antonino Dutra para se fazer presente nesta sessão.

Advogado de Defesa: Quando Policarpo Quaresma morava no município de Curuzu, ele recebeu a sua visita por duas vezes. O Senhor se lembra do motivo de cada visita?

Tenente Antonino Dutra: Eu lembro que a primeira vez não foi nada de importante. Fui apenas pedir-lhe um auxílio, um óbulo, para a festa da Conceição, a nossa padroeira, de cuja irmandade sou tesoureiro. A população de Curuzu é muito pobre e a irmandade também, de forma que somos obrigados a apelar para a boa vontade dos moradores mais remediados. A segunda vez, não me lembro exatamente, mas acredito que foi uma outra visita informal.

Advogado de Acusação: O jornal OLHO VIVO, de circulação daquela cidade, trazia certa vez um artigo de fundo intitulado "Intrusos", consistia em uma tremenda descompostura aos não nascidos no lugar e que lá moravam — "verdadeiros estrangeiros que se vinham intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranquilidade". O senhor, enquanto morador, daquela localidade, acredita que o réu também perturbava a paz dos moradores de lá?

Tenente Antonino Dutra: Doutor, o problema era político. Havia no mundo um homem que, sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do Senador Guariba com o governador do Estado! Não era possível! Com certeza, este malandro queria ficar bem com os candidatos da situação e da oposição, para depois arranjar-se sem dificuldade. Estava tirando sardinha com mão de gato... Ele devia ser um ambicioso matreiro; era preciso cortar as asas desse "estrangeiro", que vinha não se sabe donde, tentando agradar os pobres com produtos agrícolas! Creio que foi por isso que divulgaram no jornal.

Promotora: O que o senhor quis dizer com ajudando os pobres com produtos agrícolas? Que ele estaria também envolvido em compra de votos?

Tenente Antonino Dutra: Bem, que ele ajudava todo mundo, isso ele ajudava, mesmo em tempo de campanha. Então...

Advogada de acusação: Permissão Sr Juiz: Os indícios de doação de alimentos aos mais necessitados em época de campanha, é uma denúncia grave. E deve ser apurada.)

Advogado de defesa: Sr. Juiz, permita-me expor a gravação da conversa deste Senhor com o meu cliente no dia de uma de suas visitas à casa dele.

Juiz: Pedido aceito.

(Gravação...)

TESTEMUNHAS DE DEFESA

Juiz: Convoco a Sra Dona Adelaide para que seja interrogada.

Advogado de Acusação: Antes de ser preso, seu irmão lhe escreveu uma carta. O que dizia na carta?

Dona Adelaide: Eu sempre escrevi para meu irmão cartas desesperadas, e ele sempre me

respondia aconselhando calma e fazendo promessas. A carta à que o Senhor se refere tinha outro acento, não era mais confiante, trazia desânimo, desalento, desespero. (Começa a ler a carta).

Promotora: Por que a senhora teve de viver toda sua mocidade servindo ao seu irmão? Ele a proibia de viver a sua vida da forma que quisesse?

Dona Adelaide: Para mim, Doutora, a vida era coisa simples, era viver, isto é, ter uma casa, jantar e almoço, vestuário, tudo modesto, médio. Não tinha ambições, paixões, desejos. Moça, nunca sonhei príncipes, belezas, triunfos, nem mesmo um marido. Se não casei foi porque não senti necessidade disso; e de alma e corpo eu sempre me senti completa.

Advogada de Defesa: Dona Adelaide, na carta que seu irmão lhe enviou, ele pede perdão. Ele tinha sempre esse hábito de pedir perdão?

Dona Adelaide: Ele jamais precisou pedir perdão. Sempre foi um homem justo e trabalhador. Não merece o que estão fazendo com ele. A única vez que pronunciou esta palavra foi nessa carta, mesmo assim, ele não deve nada a ninguém. Se fez alguma coisa de errado, foi por subordinação.

Juiz: Convoco a Sra. Olga para o interrogatório.

Promotora: Senhora Olga, é verdade que numa de suas visitas à casa de seu padrinho, ele a recebera com o mais legítimo cerimonial guaitacás? Como a senhora enxerga essa atitude? Uma dupla personalidade? Ou alguém que gosta mesmo de romper com os costumes da sociedade, e do que é verdadeiramente nacional?

Olga: Sobre esse episódio, meu padrinho, falava com muita segurança, ele que antigamente era tão modesto, hesitante mesmo no falar! Não, não era possível... eu pensava que ele estivesse conspirando alguma coisa... Mas, que singular alegria havia nos seus olhos — uma alegria de matemático que resolveu um problema, de inventor feliz! E eu disse: — Não se vá meter em alguma conspiração. E ele me pediu que não me assustasse, pois ele era um homem de bem, e jamais agiria com violências...

Advogado de Acusação: Se a senhora considerava que seu padrinho era tão sóbrio, porque permitiu que seu pai arranjasse uma aposentadoria para ele, internando-o num hospício?

Olga: De juízo, talvez não fosse; mas de doido, também não... Era uma ideia, um plano, talvez à primeira vista absurdo, fora dos moldes, mas não de todo doido. Era ousado, talvez, mas...

Advogado de Defesa: Senhora Olga, o que representa o Sr Policarpo Quaresma em sua vida?

Olga: Alguma coisa de superior, uma ânsia de ideal, uma tenacidade em seguir um sonho, uma ideia, um voo enfim para as altas regiões do espírito que eu não estava habituada a ver em ninguém do mundo que frequentava. Essa admiração que me fez lutar por ele que, por sua vez, lutou heroicamente, e com orgulho de seu País, a sua doçura, a sua personalidade moral, sem a mácula das injustiças sociais de seus algozes que não têm o direito de matá-lo. Ele é inocente!!!

Juiz: Sr. Ricardo Coração dos Outros, faça-se presente neste conselho de sentença.

Advogado de Acusação: Na Ilha das Cobras, o senhor foi pego em flagrante pelo Tenente Fontes tocando o violão para um público de soldado, seus subordinados, e quando interrogado, afirmou que Policarpo Quaresma havia autorizado. O senhor confirma essa denúncia?

Ricardo Coração dos Outros: Eu perguntei ao major Quaresma, que se interessava pelo fato de eu andar aborrecido naquele momento. E eu lhe perguntei: “uma coisa, major; não se poderia, assim, aí pelas horas em que não há que fazer, ir nas mangueiras, cantar um pouco...” Ele permitiu que eu cantasse, mas sem gritar.

Promotora: O que o Senhor fazia da vida quando conheceu Policarpo Quaresma? E como se tornaram amigos?

Ricardo Coração dos Outros: Eu sempre toquei violão. Fui contratado pelo Major Quaresma a ir três vezes por semana ensinar a arte de tocar o instrumento. À medida que fomos ficando amigos, eu também ia ganhando fama. Quando me vi proibido de tocar violão, comecei a andar macambúzio. Tinham-me tirado o sangue, o motivo de viver, e passava os dias taciturno, encostado a um tronco de árvore, maldizendo no fundo de mim mesmo a incompreensão dos homens e os caprichos do destino. Somente o Major Quaresma me compreendia.

Advogado de Defesa: No momento em que soube que seu amigo Policarpo Quaresma encontrava-se preso, a quais pessoas o senhor recorreu e o que elas disseram?

Ricardo Coração dos Outros: Procurei influências de amigos: Genelício – disse: “Não me meto nessas coisas, meu amigo. O governo tem sempre razão. Passe bem.”; o General Albernaz - “Meu filho, eu não posso... Você sabe; sou governista e parece, se eu for pedir por um preso, que já não o sou bastante... Sinto muito, mas... que se há de fazer? Paciência.”; Coronel Bustamante - “Vai-te embora, senão mando-te prender! Já!”; lembrei-me da afilhada Olga e ela sim quem resolveu falar pelo seu padrinho.

INTERROGATÓRIO DO RÉU

Advogado de Defesa: Senhor Policarpo Quaresma, o que pretendia fazer no Rio de Janeiro quando enviou o telegrama ao Marechal Floriano Peixoto?

Policarpo Quaresma: O rigor e a energia eram os instrumentos empregados em tudo o que eu fazia. Mesmo aos 50 anos, sempre tive um ar saudável e prometia muita vida. Quando abri o jornal e dei logo com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimado ao presidente a sair do poder, lembrei-me da importância de um governo forte, de medidas agrárias... Sully e Henrique IV. E depusitei minha total esperança no Governo do Marechal Floriano Peixoto. Por isso, meu objetivo era contribuir, empregando todos os meus esforços para ver o bem, a felicidade e prosperidade do Brasil.

Promotora: Se o Senhor se considera um cidadão político, que tinha o objetivo de ver a felicidade da Pátria, porque pretendeu colocar em risco a vida daqueles que trabalham para manter a ordem?

Policarpo Quaresma: Eu nunca pretendi colocar em risco a vida das pessoas. Fui incompreendido. O tempo estava de morte, de carnificina; todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência, acham que sou assim? Nunca desejei a morte de ninguém, quando descobri dentro de mim muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... percebi que nem a pátria física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia, a que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati.

Advogado de Acusação: Arrepende-se do que fez?

Policarpo Quaresma: O que fiz de minha vida? Nada. Levei toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito. Gastei a minha mocidade nisso, a minha virilidade também; e, agora que estou na velhice, como ela me recompensa, como ela me premia, como ela me condecora? Matando-me? E o que deixei de ver, de gozar, de fruir, na minha vida? Nem sequer preendi meu sonho, dando-lhe corpo e substância. Era, pois, por esse homem que tanta gente morria? Que direito tem ele de vida e de morte sobre os seus concidadãos, se não se interessa pela sorte deles, pela sua vida feliz e abundante, pelo enriquecimento do país, o progresso de sua lavoura e o bem-estar de sua população...?

DEBATES

Advogado de Acusação: Policarpo defende os inimigos, os traidores, aqueles que colocaram em pé de guerra a nação brasileira; com as palavras contidas na carta, cobrando a elaboração de normas de proteção para os traidores, certamente tinha um plano para destruir a paz que se conseguiu instaurar no País; o memorial é prova da inconsequência do réu para com as propostas

de medidas a serem adotadas.

Advogado de Defesa: Policarpo Quaresma foi para o Rio ajudar na manutenção da ordem pública; quem colocou em pé de guerra a nação brasileira foi o próprio Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto que decidiu descumprir a Constituição Federal, permanecendo no poder. A Constituição de 1891, no entanto, garantia que, se a presidência ou a vice-presidência ficassem vagas antes de se completarem dois anos de mandato, deveria ocorrer uma nova eleição. O memorial entregue nas mãos do presidente é prova de que Policarpo estava interessado no crescimento do país, com o olhar voltado para o bem comum.

Na inquirição à Dona Maricota, percebe-se que Quaresma é uma pessoa pacífica na comunidade; a mesma testemunha que disse ser contra o violão, recebia o violeiro em casa ao oferecer festanças para os amigos. Que preconceito é esse contra o amigo de Quaresma? É porque Ricardo Coração dos Outros é negro? A prática de racismo é crime, está na Constituição, art. 5º Inciso XLII. Além disso, no inciso I diz “homens e mulheres são iguais perante a lei”.

Advogado de Acusação: Pacífico, mas segundo a própria Dona Maricota, ele começou a misturar-se com malandros; apresentava comportamentos que iam de encontro aos costumes de seu tempo: recepcionar parentes à moda tupi-guarani, como estratégia de alguma conspiração; manifestar interesse pelo violão...

Sendo responsável por um destacamento militar, Policarpo Quaresma nunca evitou deserções, faltava-lhe competência para assumir a função de liderança ou ele facilitava essa prática entre os militares? Seja qual for o posicionamento da defesa, o fato é que ele colocava em risco a segurança de todos.

Advogado de Defesa: O próprio Floriano Peixoto disse que Quaresma liderava a tropa, então não se deve suspeitar que ele fosse o responsável pelas deserções ou afirmar que ele não tinha disciplina, se ele era um homem de confiança, como o próprio Marechal afirmou. Como ele colocava em risco a segurança se o governo venceu a revolta? Quando o Sr Bustamante disse que não havia mais disciplina, ele generalizou e não se referiu ao réu, já que o próprio Bustamante disse depois que Policarpo recebia ordens e se mostrava obediente.

É grave acusar alguém sem provas. Policarpo Quaresma envolveu-se na política do bem comum, de ajudar o próximo, aqueles que mais necessitavam. Em vez do Sr. Antonino Dutra sentir-se obrigado a apelar para a boa vontade dos mais remediados, deveria ele recorrer aos órgãos públicos municipais, que recebe os impostos para transformar em produtos e serviços para toda a comunidade. Num país em que é garantido o direito à propriedade (art. 5º, inciso XXII), os munícipes de Curuzu sequer tinham a garantia de uma cesta básica por mês ou de qualquer incentivo ao cultivo da terra para a produção do próprio sustento.

Advogado de Acusação: O Sr. Antonino Dutra alegou aqui que o réu tinha envolvimento na politicagem do município de Curuzu. Dando alimentos aos mais necessitados em época de campanha. Isso é muito grave. É um indício para acreditarmos que ele realmente teria interesse em lutar contra o presidente para assumir o poder.

Na carta que enviou para a irmã, conceituou a guerra como um combate de trogloditas, uma coisa pré-histórica..., duvidando da Justiça disso tudo, em função de proteger à Pátria.

Advogado de Defesa: A carta que ele enviou para a irmã revela o quanto ele estava desestabilizado após a guerra, o que é muito natural.

Já existem laudos médicos que comprovam a insanidade do meu cliente naquele período. A senhora Olga não pode julgar o ato do padrinho sob o critério de seu pai. O pai dela falava o bom senso e nela estava o amor às grandes coisas, o sentimento de admiração, de piedade simpática por ver mal compreendido o ato do padrinho que ela conhecia há tantos anos, seguindo o seu sonho, isolado e obscuro.

Advogado de Acusação: A senhora Olga disse que o padrinho ao escrever o requerimento em tupi para o Ministro da Guerra, mesmo sabendo que a língua portuguesa era o idioma oficial da

República Federativa do Brasil, como consta no art. 13. da Carta Magna, não estava louco. Mas consta que para que Quaresma não perdesse o emprego, o seu compadre arranhou-lhe uma aposentadoria, alegando o contrário.

No discurso do Sr. Ricardo fica óbvia a conduta irregular do Sr. Policarpo Quaresma. Quem já se viu permitir que soldados estivessem a curtir cantorias no destacamento. Estava colocando em risco a vida da corporação. Os próprios amigos de boa índole afastaram-se dele por considerá-lo uma má influência.

Advogado de defesa: A Sra coloca a questão do violão nessa situação de forma preconceituosa, assim como fez algumas testemunhas. Ora a Carta Magna prevê no art. 5º, inciso IX que - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Todos os amigos de Quaresma citados na fala do Sr. Ricardo – Genelício, General Albernaz, Coronel Bustamante –, diziam-se amigos de Policarpo Quaresma, mas no momento em que ele se encontra nesta situação, sendo acusado de um crime que não cometeu, esses amigos viram as costas para ele e acusam-no de traidor. Eles só pensam nos próprios interesses.

Considerações Finais

Advogado de Acusação: Policarpo deve ser condenado pelo seu crime de conduta militar, pois além de estar previsto na Constituição a tipificação do crime cometido por ele, especificamente, nos termos do art. 84, inciso XIX, os inquéritos são suficientes para provar sua conduta irregular, desde seu requerimento em tupi, passando pelo seu envolvimento na politicagem do município de Curuzu, e todas as irregularidades cometidas no destacamento militar do qual fez parte.

Advogado de Defesa: O art. 5º, inciso XLVII diz que - não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; onde está a declaração de guerra? Policarpo não declarou guerra, pelo contrário, pediu pela preservação da vida dos brasileiros que se envolveram na revolta pelo hábito de obedecer, gente arrancada à força aos lares, ou que se haviam alistado por miséria; gente simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; enfim, gente sem anseio político, sem vontade própria, gente simples nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor. Peço pela absolvição do réu, para que os leitores percebam a injustiça cometida para com ele. Reitero a defesa do réu, lembrando o princípio jurídico da presunção da inocência, que diz que em casos de dúvidas, se favorecerá o réu.

Promotora: Com base no Art. 5º da Constituição, inciso, XXXIX “Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, esta representante do Ministério Público que vos fala entende que o réu está sendo acusado por um crime cometido em tempo de guerra, quando na verdade o principal objeto do crime – a carta solicitando a preservação da vida de brasileiros revoltosos – fora escrito quando a revolta já havia acabado. Além disso, o objeto deixa de ser constitutivo de crime, quando a ação é praticada em repulsa à agressão. Portanto, entendo que Policarpo Quaresma não cometeu crime algum.

JULGAMENTO E ENCERRAMENTO

Juiz: Julgamento do tribunal do júri. O quarto voto pelo SIM ou pelo NÃO encerra a votação do quesito.

(tempo para o júri)

Juiz: Ao apreciar a gravidade do crime citado na denúncia e a personalidade do réu, considerando-se a intenção, os meios empregados, os motivos determinantes, as circunstâncias de tempo e lugar, os antecedentes do réu e sua atitude de repulsa à agressão dos brasileiros, o réu é julgado _____ por esse Tribunal.

“Declaro encerrados os presentes trabalhos relativos à 1ª sessão da 1ª reunião periódica do corrente

ano de 2017, do Tribunal do Júri da E.E.JOHN KENNEDY. Agradecemos a todos que prestigiaram este momento conosco.”

Nesta etapa, os alunos realizaram a atividade, do Apêndice O, para perceberem que as palavras realmente não dão conta de expressar as ideologias, restando à dialética resolver o problema das significações. Seria ingênuo de nossa parte querer que os alunos produzissem o texto do júri, diante de algumas dificuldades de leitura e escrita que eles apresentaram no decorrer da intervenção, por isso precisamos elaborá-lo.

Levando em conta o grau de independência do aluno para a tarefa, o professor pode selecionar situações didáticas adequadas que permitam ao aluno, ora exercitar-se na leitura de tipos de texto para os quais já tenha construído uma competência, ora empenhar-se no desenvolvimento de novas estratégias para poder ler textos menos familiares, o que demandará maior interferência do professor. Tais atividades podem ocorrer com maior ou menor frequência em função dos objetivos de ensino-aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 72)

Neste caso, a etapa de segunda interpretação contribuiu para que os alunos se empenhassem no desenvolvimento de novas estratégias, percebendo as possíveis formas de dialogismo da linguagem de um romance; utilizando a expressividade oral e corporal ao estudarem o texto; relendo a obra por outro ângulo; ampliando suas percepções com a prática da leitura e se preparando para a etapa final.

Nossa aluna do AEE pediu de imediato para compor o corpo do júri, pois, segundo ela, tinha vergonha de falar em público. Consideramos o pedido dela e dividimos os papéis de cada um dos envolvidos na etapa final.

Destacamos que dificuldades relacionadas a não autorização de alguns pais para a ida dos filhos aos ensaios em horário contra turno; falta de compromisso de alguns alunos para com a memorização das falas, salas indisponíveis na escola para adequar os horários dos ensaios às disponibilidades dos alunos, foram insuficientes para cessar este trabalho.

7.8 Análise da Etapa de expansão

Como anteriormente mencionamos, o objetivo desta etapa consistiu em apresentar para a comunidade escolar os resultados dos trabalhos realizados durante a pesquisa em forma de júri-simulado. Foi realizada em 4 horas-aula.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 72), “a escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar”.

Entendemos a importância da participação da comunidade, especialmente da família, no acompanhamento didático-pedagógico e nos processos de aprendizagem dos alunos. Porém, essa participação ainda é mínima, tanto é que apenas quatro pais se fizeram presentes no momento de apresentação do júri. Consideramos algumas justificativas como, impossibilidade de se ausentar do trabalho, ter de cuidar dos afazeres domésticos, falta de tempo por outros motivos, mesmo assim, ainda esperávamos uma maior participação.

O roteiro do júri foi posto em prática, extraíndo do público o respeito e atenção devidos. Os sete jurados optaram pela inocência do réu Policarpo Quaresma, o que fez a plateia vibrar.

Os pais que se fizeram presentes elogiaram os filhos e os demais alunos e profissionais envolvidos, dando-nos satisfação com suas presenças e palavras de motivação, contribuindo de forma positiva no processo educativo.

Momentos mais tarde, um dos discursos avaliativos do evento surgiu no áudio de uma conversa entre uma aluna e a própria mãe num grupo de whatsapp, gravado e postado pela discente. O áudio foi transcrito, logo a seguir:

Quadro 13 – Transcrição de conversa entre mãe e aluna no Whatsapp



Mãe: ...aí o que é que acontece... eles ali estavam do mesmo jeito... tava dizendo um advogado que estudava e ia ler o que ele tinha estudado pra fazer a interpretação do réu... menino... eu achei bonito demais...

Aluna: ...só o réu que foi muito rápido... num foi?

Mãe: ...não... o réu pelo amor de Deus...(tutututututu)...vou ter que comprar o livro pra eu ler e entender...

Aluna: ...eu tenho o livro aqui... e... a gente conversando né... eu falei... (não sei que) ... (não sei que) ... a gente ainda vai se encontrar em muitos tribunais aí... vamo bater de frente todo mundo aí...

Mãe: ...agora foi show... estão de parabéns...

A fala da aluna apresentou entusiasmo com o método dialético, especialmente, quando demonstrou que, em conversa com os demais colegas, ainda irá “bater de frente” em muitos tribunais. A expressão “bater de frente” é compreendida aqui não de forma agressiva, mas no próprio sentido do termo dialética, isto é, como diálogo que envolve contrapontos diferentes, próprio das situações de comunicação, neste caso, na esfera jurídica.

Cosson (2014, p. 94) afirma que “a expansão busca destacar as possibilidades de diálogo que toda obra articula com os textos que a precederam ou que lhes são contemporâneos ou posteriores”.

Na fala da mãe, percebemos que ela compreendeu a proposta dialógica entre o romance e a Constituição e ainda percebeu que como se tratava do julgamento de uma personagem fictícia, a situação concreta do júri só poderia incorporar-se às características da ficção, sobrepondo-se como objetivo maior a análise da natureza política de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

7.9 – Contribuições da proposta de intervenção, através da sequência expandida do letramento literário, para o ensino-aprendizagem da leitura

Partindo da ideia de que a ciência não pode ultrapassar os limites da experiência, questionamo-nos até que ponto as contribuições da sequência expandida do letramento literário foram positivas para o ensino-aprendizagem da leitura.

Se considerarmos os esforços empreendidos no sentido de proporcionar aos alunos situações escolares de ensino de Língua Portuguesa mais construtivas, e de instigar a revisão das práticas de ensino da leitura, com base no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, a sequência expandida permitiu um grande avanço.

E se considerarmos os resultados de aprendizagem, diante das análises qualitativas, observamos que houve contribuições no sentido de desenvolver algumas habilidades como perceber diferenças entre ficção e realidade, identificar no texto literário elementos que veiculam preconceitos, perceber recursos persuasivos na linguagem, inferir sobre a intenção do autor, isto é, utilização de

estratégias não-lineares durante o processamento da leitura, articulando conhecimentos e estabelecendo relações entre enunciados, entre outras habilidades metacognitivas e sociais tão importantes para o contexto social de letramento.

Porém, assim como é próprio da política democrática o horizonte adversário, sentimos que, à medida que conquistamos algumas metas, e poderíamos aqui reiterar a participação de todos os alunos nas atividades, percebemos o quanto eles ainda precisam progredir, o que implica a continuidade das práticas educacionais capazes de garantir a todos os alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania.

Portanto, a sequência expandida do letramento literário assume sua função de nortear um projeto de leitura comprometido com a democratização social e cultural, além de orientar a produção de novos materiais para a análise e reflexão da prática docente no ensino de leitura, contribuindo para resultados qualitativos favoráveis no âmbito escolar como a reflexão crítica, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas, bem como a fruição estética dos usos artísticos da linguagem.

E, finalmente, instiga-nos pensar em qual será o próximo passo para prender a palavra nos interstícios de um discurso e outro, ultrapassar os limites do tempo e do espaço geográfico e mantermos relações com interlocutores desconhecidos ou não, fictícios ou reais, por meio da interação verbal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão não se encerra porque, enquanto houver interlocutores, vão-se construindo sentidos, viabilizando novas pontes para se chegar aos objetivos, dando continuidade à comunicação pretendida ou modificando-a.

A perspectiva de nossa situação histórica nos leva a servir à coletividade, oferecendo a literatura, a qual coletivamente tem direito, ou teria direito, se vivêssemos num país de educação justa. Além do entretenimento, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, fascina-nos pelo que acontece na sucessão dos episódios e situações, instiga-nos o pensamento do protagonista: "... quem sabe se outros que lhe seguissem as pegadas não seriam mais felizes? E logo respondeu a si mesmo: mas como? Se não se fizera comunicar, se nada dissera e não prendera o seu sonho, dando-lhe corpo e substância?" (BARRETO, 2014, p. 198).

Como não se fez comunicar? A materialidade discursiva da obra literária permitiu estabelecermos essa ponte que nos leva a mais de um século de nossa história para confirmar que esse tipo de comunicação é possível porque a natureza da linguagem, por sua vez, é o movimento da passagem entre nós e os outros, do passado ao futuro da palavra, num processo de construção de sentidos e da geração de novas ficções e/ou realidades.

E, aqui, retomemos o discurso de Miguel de Cervantes, epígrafe desta pesquisa, com a intenção de refletir sobre nossas afinidades com Lima Barreto e sua obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*: embora esteja no plano da ficção, compartilhamos de alguns dos mais caros sonhos ou ideais do protagonista, sobretudo, aqueles voltados para o bem comum, e tentamos contribuir com reflexões pertinentes e produtivas no contexto de sala de aula.

Os alunos experimentaram dar respostas às questões do protagonista, talvez, alguns não conseguiram externar com um acabamento discursivo tal que compreendêssemos seus projetos discursivos. Mas o fato é que realizaram a leitura e fizeram múltiplas referências, comparações e contrastes detalhados e precisos. Além disso, demonstraram ter compreendido globalmente a obra ao ponto de integrar informações entre ela e a Carta Magna.

Isso se tornou possível porque priorizamos a interação verbal como meio de facilitação do processo de ensino-aprendizagem, pois a voz do outro, do aluno, sua

compreensão responsiva foi considerada como refração da construção de sentidos que a obra literária lhe permitiu realizar.

As dificuldades já discutidas ao longo de nossas análises nos conduziram à revisão da prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa, com o intuito de superar os desafios, especialmente, no que concerne à heterogeneidade dos níveis de aprendizagem e uso das estratégias utilizadas durante o processamento da leitura.

Um ponto que não foi revelado até aqui: os alunos gostaram da leitura do romance selecionado como objeto de estudo? Ao perguntarmos se gostaram, por unanimidade, eles responderam que não, porque o protagonista em nenhum momento obteve sucesso.

Quanto a isso, podemos refletir sobre o que diz Sartre (1948, apud MOISÉS, 2006, p. 171):

...as obras que se inspiram em preocupações não podem visar ao prazer: elas irritam e inquietam, propõem-se como tarefas a cumprir, convidam a procuras sem fim, fazem assistir a experiências cujo resultado é incerto. Fruto de tormentos e dúvidas, não saberiam ser prazer para o leitor, mas dúvidas e tormentos. Se soubermos enfrentá-las, não constituirão divertimento, mas obsessão. Não oferecerão o mundo para se ver, mas para se transformar.

A reação-resposta dos discentes para a proposta interventiva mostrou a relevância do trabalho com a obra selecionada, levando-nos ainda a crer que a metodologia aplicada se constituiu como uma forte aliada no processo de letramento literário. Além disso, a cosmovisão fecunda e diversa de uma leitura mais penetrante realizada com o auxílio da Carta Magna constituiu terreno propício para os alunos experimentarem não apenas técnicas expressivas, mas também forma de conhecimento e preparação para enfrentar os dramas vivenciados no cotidiano por meio da linguagem.

Não acreditamos que, estabelecendo a relação entre os dois textos, tenhamos corrido o risco de intelectualizar a literatura, afinal empregamos apenas uma forma de dialogismo que é constitutivo da linguagem numa situação didática que prevê aprendizagens significativas e de forma lúdica.

Saber que partimos de uma situação comunicativa em sala de aula, onde percebemos que a temática “política” interessa sim ao público do ensino fundamental, e o mais importante, que é dever da escola discutir com os alunos

temas de relevância social, conduzindo-os à reflexão crítica acerca dos problemas que envolvem a coletividade, são outros pontos significativos desta pesquisa.

Portanto, a temática política ainda tem muito a contribuir no espaço de sala de aula, não a política partidarizada, mas a ética, ideal, utópica no sentido de insaciável, aquela capaz de contribuir, pouco a pouco, com um país muito diferente daquele que conhecemos na ficção de Policarpo Quaresma.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: Encontro e interação**. 8 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. (Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARRETO, Lima. **A crônica militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BARRETO, Lima. **Impressões de Leitura**. Prefácio de M. Cavalcanti Proença. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BERTASSO, Marcelo. **Roteiro do Júri**. Disponível em <<https://mpbertasso.wordpress.com/2008/10/02/roteiro-do-juri/>>. Acesso em 22/08/2017.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB Passo a Passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96 comentada e interpretada, Artigo por Artigo**. 3 ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal: Secretaria de Editoração e Publicações, 2015.

BRITO, Eliana Viana; MATTOS, José Miguel. **PCNs de Língua Portuguesa: a prática em sala de aula**. 2 ed. rev. São Paulo: Arte e Ciência Editora, 2003.

BRITO, José Domingos de. **Literatura e Política**. São Paulo: Novera Editora, 2007.

CANDIDO, Antonio. **A personagem no romance**. In: ROSENFELD, A. (Org.) et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Dez livros para entender o Brasil**. Teoria e debate. Ed. 45, 01/07/2000.

CORTELLA, Mario Sergio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política: para não ser idiota**. 9 ed. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2012.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: teoria e prática. 2 ed. 4 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O significado de Lima Barreto na literatura brasileira**. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.) **Realismo e anti-realismo na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 1-56.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7 ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural do Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Tradução e revisão Ana Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5 ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HEMAIS, Barbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. **A proposta sociorretórica de John M. Swales para o Estudo de Gêneros Textuais**. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento?** Não basta ensinar a ler e escrever? Campinas: Unicamp, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Lima Barreto**: o rebelde imprescindível. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária**: prosa 1. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

MEURER, J. L; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. **Gêneros, teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; HEBERLE, Viviane M. **O conceito de “Estrutura Potencial do Gênero” de Ruqayia Hasan**. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. Gêneros, teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2012.

PRETI, D. (org). **O discurso oral culto**. 2 ed. São Paulo: Humanitas Publicações – FFLCH/USP, 1999.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. **Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin**. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair & MOTTA-ROTH, Désirée. Gêneros, teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (Orgs.) **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto alegre: Artes médicas, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARS, Roberto (org); et al. **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: brasiliense, 1983.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZENAIDE, Maria de Nazaré et al. **Ética e cidadania nas escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dialética Política no Ensino Fundamental: Triste Fim de Policarpo Quaresma X Carta Magna

Pesquisador: Elciane de Lima Paulino

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68008217.8.0000.5187

Instituição Proponente: Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.068.290

Apresentação do Projeto:

Projeto intitulado "DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA", encaminhado para análise, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, com fins à obtenção de parecer favorável ao início das atividades propostas, as quais resultarão em Trabalho de Conclusão de Curso, junto ao curso de Pós-Graduação, nível Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), da Universidade Estadual da Paraíba.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar com os alunos a natureza política do romance "Triste Fim de Policarpo Quaresma", de Lima Barreto, considerando-se as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço, da situação concreta do enunciado e relacionar a natureza política deste romance com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Considerando a justificativa e os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto, e ainda considerando a relevância do estudo as quais são explícitas suas possíveis contribuições, percebe-se que a mesma não trará riscos aos participantes da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa-ação, de caráter descritiva, proposta de intervenção e análise quanti-

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó **CEP:** 58.109-753
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 **Fax:** (83)3315-3373 **E-mail:** cep@uepb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA - PRÓ-REITORIA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E



Continuação do Parecer: 2.068.290

qualitativa de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos necessários e obrigatórios encontram-se presentes.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto encontra-se completo, sem pendências. Diante do exposto, somos pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_899788.pdf	17/04/2017 21:38:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	17/04/2017 21:32:58	Elciane de Lima Paulino	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA.docx	17/04/2017 21:30:33	Elciane de Lima Paulino	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADA.pdf	17/04/2017 21:26:44	Elciane de Lima Paulino	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 17 de Maio de 2017

Assinado por:
Marconi do Ó Catão
(Coordenador)

Endereço: Av. das Baraúnas, 351- Campus Universitário
Bairro: Bodocongó CEP: 58.109-753
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)3315-3373 Fax: (83)3315-3373 E-mail: cep@uepb.edu.br

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



GOVERNO
DA PARAÍBA

viva
o trabalho.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
E MÉDIO JOHN KENNEDY

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MÁGNA desenvolvida pela aluna ELCIANE DE LIMA PAULINO do Curso de MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS) da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora Rosângela Neres Araújo Silva.

Guarabira, 10 de Abril de 2017.

Flaviana S.F. Oliveira

Flaviana dos S. França Oliveira

Matrícula: 180.916-4

Gestora Escolar

Flaviana dos Santos F. Oliveira

Gestora Escolar

Mat. 180.916-4

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

OBS: menor de 18 anos ou mesmo outra categoria inclusa no grupo de vulneráveis)

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos autorizo a participação do _____ de ____ anos na a Pesquisa DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA” terá como objetivo geral **analisar com os alunos a natureza política do romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, considerando-se as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço da situação concreta do enunciado e analisando tal discurso em articulação com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.**

Ao responsável legal pelo (a) menor de idade só caberá a autorização para que **O MESMO PARTICIPE DA PESQUISA-AÇÃO PARA COLETA DE DADOS** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

O Responsável legal do menor participante da pesquisa poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos

físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **98835-9978** com **ELCIANE DE LIMA PAULINO JUNTO A CONEP- PLATAFORMA BRASIL**.

Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Pesquisador Responsável _____

Assinatura do responsável _____

legal pelo menor

Assinatura do menor de idade _____

Assinatura Dactiloscópica do participante da
pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



ANEXO D - TERMO DE ASSENTIMENTO (TA) (no caso do menor)

(OBS: Utilizado nos casos de Criança menor de 12 anos e/ou adolescentes de 12 a 18 anos completos).

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **“DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA”**. Neste estudo pretendemos: **analisar com os alunos a natureza política do romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, considerando-se as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço da situação concreta do enunciado e analisando tal discurso em articulação com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.**

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é **possibilitar ao aluno a prática de leitura do gênero romance, a partir da obra “Triste fim de Policarpo Quaresma”, uma vez que esta pode conduzi-lo à reflexão acerca da importância da leitura para a formação da cidadania, bem como do papel expressivo e humanizador da literatura. Partindo do pressuposto de que o romance: representa uma realidade e de que esta é representada; constitui pluralidade de vozes, com as quais o aluno pode dialogar; apresenta um estilo, cuja linguagem se aproxima do público-alvo da pesquisa; permite a plurissignificação dos dizeres durante a prática de interpretação de sua natureza política, abrindo, portanto, espaço para a interdiscursividade com a Constituição Federal; podemos levar o aluno a interagir com o texto literário, e, consequentemente, diminuir os déficits de aprendizagem na leitura, promovendo o desenvolvimento metacognitivo e sociocognitivo do educando.**

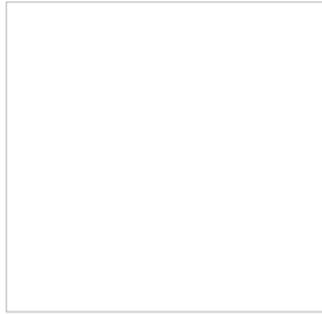
Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): **Pesquisa-ação, quanti-qualitativa, de cunho bibliográfico e descritivo-interpretativo.** Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização, no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada, sendo que seu nome ou o material que indique sua participação será mantido em sigilo. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Este termo foi elaborado em conformidade com o Art. 228 da Constituição Federal de 1988; Arts. 2º e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente; e Art. 27 do Código Penal Brasileiro; sem prejuízo dos Arts. 3º, 4º e 5º do Código Civil Brasileiro.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações junto ao pesquisador responsável listado abaixo ou com o acadêmico ELCIANE DE LIMA PAULINO telefone:98835-9978 ou ainda com o Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba, telefone (83) 3315-3373. Estou ciente que o meu responsável poderá modificar a decisão da minha participação na pesquisa, se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Guarabira, ____ de _____ de 20__ .

Assinatura do(a) menor ou impressão dactiloscópica.



Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).

Assinatura:

Nome

legível: _____

Endereço: _____

RG. _____

Fone: _____

Data ____/____/____

Data ____/____/____

.....

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO E - TERMO DE ASSENTIMENTO (TA) *(no caso de pessoa legalmente incapaz)*

(OBS: Utilizado nos casos de pessoa legalmente incapaz, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Tais participantes devem ser esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa lhes acarretar, na medida de sua compreensão e respeitados em suas singularidades.

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA”. Neste estudo pretendemos: analisar com os alunos a natureza política do romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, considerando-se as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço da situação concreta do enunciado e analisando tal discurso em articulação com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é possibilitar ao aluno a prática de leitura do gênero romance, a partir da obra “Triste fim de Policarpo Quaresma”, uma vez que esta pode conduzi-los à reflexão acerca da importância da leitura para a formação da cidadania, bem como do papel expressivo e humanizador da literatura. Partindo do pressuposto de que o romance: representa uma realidade e de que esta é representada; constitui pluralidade de vozes, com as quais o aluno pode dialogar; apresenta um estilo, cuja linguagem se aproxima do público-alvo da pesquisa; permite a plurissignificação dos dizeres durante a prática de interpretação de sua natureza política, abrindo, portanto, espaço para a interdiscursividade com a Constituição Federal; podemos levar o aluno a interagir com o texto literário, e, conseqüentemente, diminuir os déficits de aprendizagem na leitura, promovendo o desenvolvimento metacognitivo e sociocognitivo do educando.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Pesquisa-ação, quanti-qualitativa, de cunho bibliográfico e descritivo-interpretativo.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Para efeito deste termo, considera-se vulnerabilidade como sendo o estado de pessoas ou grupos que, por quaisquer razões ou motivos, tenham a sua capacidade de autodeterminação reduzida ou impedida, ou de qualquer forma estejam impedidos de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido).

Este texto foi elaborado preservando-se os princípios norteadores dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e em observância aos Arts. 3º, II e III; 4º, II, III e IV e 5º, do Código Civil Brasileiro.

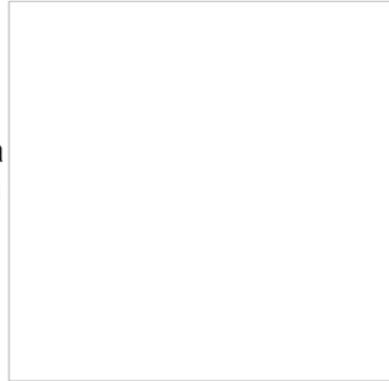
Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações junto ao pesquisador responsável listado abaixo ou com o acadêmico.....telefone:.....ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba, telefone (83) 3315-3373. Estou ciente que o meu responsável poderá modificar a decisão da minha participação na pesquisa, se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em

participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Guarabira, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do(a) menor ou impressão dactiloscópica.

Assinatura Dactiloscópica do participante da
pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



Assinatura:

Nome legível:

Endereço:

RG.

Fone:

Data ____/____/____

Data ____/____/____

.....
Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

(OBS: para o caso de pessoas maiores de 18 anos e que não estejam inseridas nas hipóteses de vulnerabilidade que impossibilitam o livre discernimento com autonomia para o exercício dos atos da vida civil).

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA**.

Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho **DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA** terá como objetivo geral **analisar com os alunos a natureza política do romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto, considerando-se as formas de dialogismo através da linguagem, da representação do tempo e do espaço da situação concreta do enunciado e analisando tal discurso em articulação com a Constituição Federal e seus preceitos aos direitos do cidadão.**

Ao voluntário só caberá a autorização para **O MÉTODO DA PESQUISA-AÇÃO PARA COLETA DE DADOS** e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de

indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083) **98835-9978** com **ELCIANE DE LIMA PAULINO JUNTO A CONEP- PLATAFORMA BRASIL.**

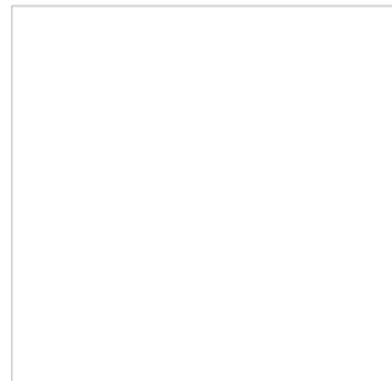
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do pesquisador responsável

Assinatura do Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da
pesquisa
(OBS: utilizado apenas nos casos em que não seja
possível a coleta da assinatura do participante da
pesquisa).



ANEXO G - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS (FOTOS E VÍDEOS)

Eu, _____(nome do participante), **Autorizo** o(a) Prof(a) **ELCIANE DE LIMA PAULINO**, coordenador(a) da pesquisa intitulada: **DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA** a fixar, armazenar e exibir a minha imagem por meio de **FOTO E VÍDEO** com o fim específico de inseri-los nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos, entre outros eventos dessa natureza.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada, em observância ao Art. 5º, X e XXVIII, alínea "a" da Constituição Federal de 1988.

O pesquisador responsável **ELCIANE DE LIMA PAULINO**, assegurou-me que os dados serão armazenados em MÍDIA DIGITAL sob sua responsabilidade, por 5 anos, e após esse período, serão destruídas.

Assegurou-me, também, que serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse de minhas imagens.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Guarabira, _____/_____/_____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura e carimbo do pesquisador responsável

ANEXO H - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____ (nome do participante da pesquisa), depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada **DIALÉTICA POLÍTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL: TRISTE FIM DE POLICARPO QUARESMA X CARTA MAGNA** poderá trazer e, entender especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estar ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora **ELCIANE DE LIMA PAULINO** a realizar a gravação de minha entrevista sem custos financeiros a nenhuma parte.

Esta **AUTORIZAÇÃO** foi concedida mediante o compromisso dos pesquisadores acima citados em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição de minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, jornais, congressos entre outros eventos dessa natureza;
3. minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita mediante minha autorização, em observância ao Art. 5º, XXVIII, alínea "a" da Constituição Federal de 1988.
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) coordenador(a) da pesquisa **ELCIANE DE LIMA PAULINO**, e após esse período, serão destruídos e,
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição de minha entrevista.

Ademais, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Guarabira, _____/_____/_____.

Assinatura do participante da pesquisa

APÊNDICES

APÊNDICE A – JORNAL COMÉRCIO DO POVO

APÊNDICE A

Guarabira – Segunda-feira – 24 de julho de 2017.

Comércio do Povo



E.E.E.F.M. John Kennedy – Rua John Kennedy S/N – Bairro Novo – Guarabira-PB

VIVA A REPUBLICA BRAZILEIRA !
VIVA O EXERCITO --VIVA A ARMADA!
VIVA O POVO BRAZILEIRO !
PROCLAMAÇÃO

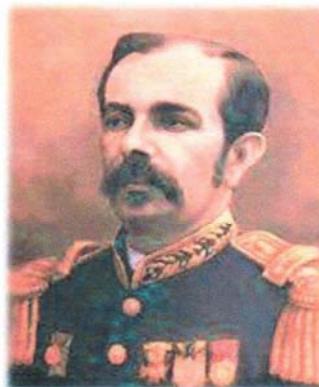
"Concidadãos,
Contra a Constituição e contra a integridade da própria Nação, o chefe do Executivo [Floriano Peixoto] mobilizou o Exército discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Contra quem? Contra o inimigo do exterior, contra estrangeiros? Não. O vice-presidente armou brasileiros contra brasileiros; levantou legiões de supostos patriotas, levando o luto, a desolação e a miséria a todos os ângulos da República (...).
Sentinela do Tesouro Nacional como prometera, o chefe do Executivo perjurou, iludiu a Nação, abrindo com mão sacrílega as arcas do erário público a uma política de suborno e corrupção. (...)
Viva a Nação Brasileira! Viva a República!
Viva a Constituição!
Capital da República, 6 de setembro de 1893.

Contra-Almirante Custódio José de Melo"
(in: Jornal do Brasil)

NAVIOS DA ESQUADRA INSURGEM E INTIMAM O PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO A SAIR DO PODER.

Caderno 2

"A República precisa ficar forte, consolidada... Esta terra necessita de governo que se faça respeitar... E incrível! Um país como este, tão rico, talvez o mais rico do mundo, é, no entanto, pobre, deve a todo mundo..."



Floriano Peixoto – Presidente da República

NOTICIÁRIO

HONTEM ÀS 7 HORAS DA NOITE, RECEBEMOS DA CÔRTE O SEGUINTE TELEGRAMA:

"Marechal Floriano, Rio. Peço Energia. Sigo já. – Quaresma!"

ONTEM, UM MARAVILHOSO DISPARO DE CANHÃO ATINGIU O 'GUANABARA': DE ONDE SAÍRA? DO FORTE ACADÊMICO, DO CAIS PHAROUX OU FORTALEZA DE SANTA CRUZ?

Caderno 2

Quase todas as tardes havia bombardeio, do mar para as fortalezas, e das fortalezas para o mar; e tanto os navios como os fortes saíam incólumes de tão terríveis provas.

Comércio do Povo

2 POLÍTICA

NAVIOS DA ESQUADRA INSURGEM E INTIMAM O PRESIDENTE FLORIANO PEIXOTO A SAIR DO PODER.

O governo precisava de oficiais de Marinha, quase todos estavam na revolta; talvez lhe dessem uma esquadra a comandar... É verdade que... Mas, que diabo! Se fosse um navio, então sim: mas uma esquadra a coisa não era difícil: bastava coragem para combater. Bustamante cria com força na capacidade do General Peixoto, tanto assim que, para apoiá-lo e defender o seu governo, imaginava organizar um batalhão patriótico, de que já tinha o nome "Cruzeiro do Sul" e naturalmente seria o seu comandante, com todas as vantagens do posto de coronel. Genelício, cuja atividade nada tinha de guerreira, esperava muito da energia e da decisão do governo de Floriano: esperava ser subdiretor e não podia um governo sério, honesto e enérgico, fazer outra coisa, desde que quisesse pôr ordem na sua seção. Essas secretas esperanças eram mais gerais do que se pode supor. Nós vivemos do governo e a revolta representava uma confusão nos empregos, nas honrarias e nas posições que o Estado espalha. Os suspeitos abririam vagas e as dedicações supririam os títulos e habilitações para ocupá-las; além disso, o governo, precisando de simpatias e homens, tinha que nomear, espalhar, prodigalizar, inventar, criar e distribuir empregos, ordenados, promoções e gratificações.



ONTEM, UM MARAVILHOSO DISPARO DE CANHÃO ATINGIU O 'GUANABARA': DE ONDE SAÍRA? DO FORTE ACADÊMICO, DO CAIS PHAROUX OU FORTALEZA DE SANTA CRUZ?

Quase todas as tardes havia bombardeio, do mar para as fortalezas, e das fortalezas para o mar; e tanto os navios como os fortes saíam incólumes de tão terríveis provas. Lá vinha uma ocasião, porém, que acertavam, então os jornais noticiavam: "Ontem, o forte Acadêmico fez um maravilhoso disparo. Com o canhão tal, meteu uma bala no 'Guanabara'." No dia seguinte, o mesmo jornal retificava, a pedido da bateria do cais Pharoux que era a que tinha feito o disparo certo. Passavam-se dias e a coisa já estava esquecida, quando aparecia uma carta de Niterói, reclamando as honras do tiro para a fortaleza de Santa Cruz. O Tenente Fontes chegou e esteve examinando o canhão com o faro de entendedor. Havia uma trincheira de fardos de alfafa e a boca da peça saía por entre os fiapos da palha, como as goelas de um animal feroz oculto entre ervas.

Intrusos: verdadeiros estrangeiros vêm se intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranquilidade.

POLÍTICA DE CURUZU

Quaresma, meu bem, Quaresma!
Quaresma do coração!
Deixa as batatas em paz,
Deixa em paz o feijão.

Jeito não tens para isso
Quaresma, meu cocumbi!
Volta à mania antiga
De redigir em tupi.



Comércio do Povo

3 COTIDIANO

Quem é o autor dos versos e música do "Tangolomango"?

Quer organizar uma festa animada?

Consulte a Dona Maricota!

Sinhá Chica

Reza dores, corta febres, cura cobreiros e conhece os efeitos das ervas medicinais: a língua-de-vaca; a silvina, o cipó-chumbo...

GOVERNO RECRUTA SOLDADOS PARA A ARMADA

"Nem teme, quem te adora, a própria morte! Terra adorada!"

PRAIA DAS SAUDADES

"Não é só a morte que nivela; a loucura, o crime e a moléstia passam também a sua rasoura pelas distinções que inventamos."

DE PORTUGUÊS PARA TUPI: AMANUENSE DO ARSENAL DE GUERRA PROPÕE EM REQUERIMENTO MUDANÇA DO IDIOMA OFICIAL BRASILEIRO

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma — usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro. O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênica para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática. Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é verdade, mas a que o polissintetismo dá múltiplas feições de riqueza, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estereis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal — controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura literária, científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cômico de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento".

Para descontrair!



Copyright © 2000 Maurício de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

7525

Comércio do Povo

4 SOCIAL

ISMÊNIA DE ALBERNAZ É ABANDONADA PELO NOIVO



Depois de ser enganada pelo noivo, filha de Albermaz enlouquecera de uma loucura mansa e infantil. Passava dias inteiros calada, a um canto, olhando estupidamente tudo, com um olhar morto de estátua, numa atonia de inanimado, como que caíra em imbecilidade; mas vinha uma hora, porém, em que se penteava toda, enfeitava-se e corria à mãe, dizendo: "Apronta-me, mamãe. O meu noivo não deve tardar... é hoje o meu casamento." Outras vezes recortava papel, em forma de participações, e escrevia: Ismênia de Albermaz e Fulano (variava) participam do seu casamento.

O general já consultara uma dúzia de médicos, o espiritismo e agora andava às voltas com um feiticheiro milagroso; a filha, porém, não sarava, não perdia a mania e cada vez mais se embrenhava o seu espírito naquela obsessão de casamento, alvo que fizeram ser da sua vida, a que não atingira, aniquilando-se, porém, o seu espírito e a sua mocidade em pleno verdor.

OPEROSO DOUTOR ARMANDO BORGES, O ILUSTRE CLÍNICO, O PROFICIENTE MÉDICO DOS NOSSOS HOSPITAIS, ETC., ETC. FALA SOBRE O COBREIRO

Cobreiro é uma doença de pele cientificamente chamada de herpes zóster. Esta doença é contagiosa e é transmitida através do contato direto com a secreção produzida pela ferida, sempre que esta se manifesta.

O cobreiro pode aparecer quando o indivíduo fica muito tempo exposto ao sol, está sob situações de estresse ou quando o seu sistema imune está enfraquecido. Os locais mais afetados pelo cobreiro são a boca e as regiões genitais, embora também seja facilmente encontrado no tronco.



AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO



(Rio de Janeiro RJ 1881 - idem 1922). Romancista, contista, cronista e jornalista. Filho de pai tipógrafo (João Henriques de Lima Barreto) e mãe professora (Amália Augusto Barreto), o escritor é apadrinhado pelo visconde de Ouro Preto (1836 - 1912), influente ministro do império,

que lhe garante uma educação escolar de qualidade. Torna-se órfão de mãe ainda na infância. Ingressa na Escola Politécnica em 1897, mas, reprovado continuamente em diversas matérias e obrigado a sustentar os irmãos, por conta dos problemas psiquiátricos do pai, abandona os estudos. Em 1903, por meio de um concurso público, inicia carreira no setor burocrático da Secretaria de Guerra e também sua intensa colaboração com a imprensa do Rio de Janeiro, publicando artigos e crônicas em periódicos como *Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio* e *A Gazeta da Tarde*. Com amigos literatos, funda e dirige a revista *Floreal*, que tem apenas dois números. Estreia como romancista no ano de 1909, com a publicação de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Já em 1911, em formato de folhetim, nas páginas do *Jornal do Commercio*, publica *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que se torna sua obra mais célebre, editada em livro apenas quatro anos depois. Por essa época já são agudas as crises do escritor relacionadas ao alcoolismo e à depressão que provocam sua primeira internação no hospício, em 1914. De volta à atividade literária, em 1916, passa a colaborar em periódicos de viés socialista. Apesar de sua simpatia ao anarquismo, seus textos de teor político são também publicados na imprensa tradicional. Passados quatro anos dessa primeira internação, seus problemas de saúde persistem e Lima Barreto aposenta-se, por invalidez, do cargo na Secretaria de Guerra. No ano seguinte, 1919, é publicado seu romance *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Os períodos de internação no hospício resultam na composição de diversos diários e no romance inacabado *O Cemitério dos Vivos*, que tem trechos publicados em 1921, mesmo ano em que o autor apresenta sua terceira candidatura à Academia Brasileira de Letras (nas duas tentativas anteriores, é preterido; nesta última, o próprio escritor desiste antes das eleições). Com a saúde cada vez mais debilitada, Lima Barreto falece no dia primeiro do mês de novembro de 1922, em decorrência de um colapso cardíaco. Muitos dos seus escritos, tais como *O Cemitério dos Vivos*, *Diário Íntimo* e parte da correspondência pessoal, são publicados postumamente.

Comércio do Povo

SENTRETENIMENTO

Triste Fim de Policarpo Quaresma

Capítulo 1

A LIÇÃO DE VIOLÃO

Policarpo Quaresma, conhecido como major Quaresma, chegou em casa no horário de sempre, quatro e quinze da tarde, como acontecia há mais de vinte anos. Era um homem pequeno, magro e tinha o olhar baixo. Parecia estar sempre olhando para os próprios pés, mas os olhos brilhavam de força e entusiasmo por trás dos óculos quando se fixavam. Vestia fraques curtos na frente e com abas atrás, nas cores preto, azul, cinza ou listrado. Uma cartola alta, de abas curtas, completava aquele figurino fora de moda.

Era subsecretário do Arsenal de Guerra. Saía do serviço, comprava algumas frutas, queijo, pão e tomava o bonde para São Januário, onde morava, numa rua afastada. Todos conheciam esses hábitos e respeitavam aquele homem sério, que tinha casa própria e vivia confortavelmente. Só não vivia sozinho porque a irmã, Adelaide, dividia a casa com ele.

Era gentil e educado com todos e não tinha inimigos, mas também não tinha amigos por causa do jeito esquisito. Um médico da vizinhança implicava com os livros do major.

— Para que ler, se não é formado? Precioso...

Quaresma não costumava exibir os livros, mas qualquer um podia ver as estantes cheias sempre que as janelas da sala estavam abertas. Ali estava o melhor da literatura nacional: de Bento Teixeira tinha o poema *Prosopopéia*, o primeiro a tratar das maravilhas da natureza brasileira; tinha também os poemas de Gregório de Matos, que contavam da vida cotidiana na cidade de Salvador no século dezesseis. Tinha *O Uruguai*, de Basílio da Gama, que narra o conflito entre os bandeirantes e os índios das missões dos padres jesuítas. Dos escritores do Brasil independen-

te tinha os romances de Joaquim Manuel de Macedo, como *A moreninha* e *O moço loiro*. Ali estavam todos os romances do José de Alencar, os que falavam de nossos índios, os que retratavam os tipos regionais do Brasil, como *O sertanejo*, *O gaúcho*, até os que contavam histórias da Corte, como *Senhora*, *Lucíola*. Ali estava a poesia completa do Gonçalves Dias, que falava da nossa gente, da nossa terra.

De História do Brasil tinha Gabriel Soares, Candavo e Rocha Pita, que transmitiram as primeiras impressões dos portugueses sobre as terras recém-descobertas. Tinha também a obra de Capistrano de Abreu, que foi o primeiro a contar como o território do Brasil foi sendo conquistado pelos bandeirantes.

Ali estavam os estrangeiros que falavam do Brasil: Hans Staden, o soldado alemão que quase foi comido pelos índios e sobreviveu para contar essa história; Jean de Léry e Saint-Hilaire, viajantes franceses que percorreram o Brasil e mostraram como a fauna e a flora brasileiras eram ricas e variadas. Tinha muitos outros, alguns traduzidos e outros no original. Quaresma sabia ler em inglês, francês e alemão.



Policarpo e sua roupa fora de moda.

Comércio do Povo

5 ENTRETENIMENTO

Aos dezoito anos, Quaresma quis ser militar, mas foi reprovado no exame de saúde. Lá pelos vinte anos, quando sentiu que se tornava cada vez mais patriota, deu um jeito de arruinar um emprego como funcionário administrativo do Exército. Foi então que começou a estudar as riquezas naturais, a história, a geografia, a literatura e a política da pátria. Quaresma sabia as espécies minerais, vegetais e animais que o Brasil

tinha, conhecia o valor do ouro e dos diamantes, lia sobre as **guerras holandesas**,

as batalhas do Paraguai, sobre as nascentes dos rios. Era tão fanático que se irritava com quem dissesse que o rio Nilo, do Egito, era o maior do mundo. Para ele, nenhum podia ser maior do que o rio Amazonas.

Os holandeses invadiram a Bahia e Pernambuco no século 17, mas foram expulsos.

Ele era um brasileiro por inteiro. O que fazia esse homem vibrar de paixão não eram só os pampas do Sul com o gado, não era o café de São Paulo, não eram o ouro e os diamantes de Minas, não era a beleza da baía de Guanabara, não era a altura da chácara de Paulo Afonso, não era o talento de Gonçalves Dias. Era tudo isso reunido debaixo da bandeira estrelada pelo Cruzeiro do Sul. Polcarpo não tinha regionalismos, tanto que ninguém era capaz de dizer em que lugar do Brasil ele tinha nascido.

No serviço, um hora do lanche, reunia os colegas e falava sobre as inúmeras riquezas nacionais que descobria nos estudos. O petróleo encontrado na Bahia, uma nova espécie de árvore de borracha que crescia no Mato Grosso, um sábio ou alguma celebridade internacional que tivesse parentesco com algum brasileiro. Gostava, em particular, de falar dos rios, que amava mais que as montanhas, talvez por elas não serem muito altas no Brasil.

Os colegas escutavam, fingindo interesse. Quando ele se ia, reclamavam:

— Este Quaresma, que chato! Não muda de assunto...

Era assim o major Polcarpo Quaresma: um homem comum, que chegava em casa todos os dias às quatro e quinze da tarde em ponto e que não tinha ambições políticas, mas uma vontade sincera de conhecer o país para encontrar remédios para os males nacionais.

As únicas visitas que costumava receber eram a afilhada Olga e o pai dela, o compadre Vicente Colconi. Ultimamente, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão enfiado numa bolsa de camurça, era visto entrando na casa de Quaresma três vezes por semana. Isso deixava os vizinhos surpresos: um violão numa casa de respeito? As vizinhas que foram passear pela calçada e espicharam o olho na direção da janela da sala viram o violonista dando aulas a Polcarpo.

— Mas que coisa, um homem tão sério tocando violão!

Um dia, no mesmo horário de sempre, lá vinha o major, a passos curtos, com um enorme embrulho debaixo do braço. Pela forma do pacote, avizinhança pôde adivinhar o que estava embrulhado: um violão.

— Janta já? — perguntou a irmã quando ele entrou em casa com aquele pacote.

— Ainda não — respondeu —, vamos esperar o Ricardo, que vem jantar conosco.

Ricardo era o violonista. Adeiaide disse:

— Polcarpo, você precisa tomar juízo. Um homem de idade, com posição, respeitável como você, andar metido com esse seresteiro...

Quaresma respondeu:

— É preconceito achar que quem toca violão é um desclassificado. O violão é o instrumento da **modinha**, que é a mais legítima expressão da poesia nacional e já ocupou lugar de honra na Corte portuguesa no **século passado**. Nós é que esquecemos dela.

— Mas isso foi há muito tempo.

Quaresma respondeu:

— Pois a gente não deve deixar morrerem as nossas tradições.

O violão foi por muito tempo considerado instrumento de malandro, e quem tocava podia até ser preso por causa disso.

Na época em que aconteceu esta história, não existia luz elétrica, sendo este um dos motivos para tanta diferença em relação aos nossos horários de refeições.

A modinha e o violão fazem sucesso primeiro entre as camadas populares e só depois entre as elites. Chiquinha Gonzaga foi a grande figura da música popular no final do século 19.

Esta história se passa no fim do século 19, logo, o século passado referido no texto é o 18, quando o Brasil ainda era uma colônia de Portugal.

Comércio do Povo

5 ENTRETENIMENTO

Adelaide desistiu de discutir, e Quaresma foi para a biblioteca. Pegou um livro de História, sentou na cadeira de balanço e começou a ler. Vibrou quando leu esta frase: *Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora. O sol em nenhum outro hemisfério tem os raios mais dourados.*

Bateram na porta. Era Ricardo Coração dos Outros, o cantor de modinhas que sabia tocar violão como ninguém. Era famoso: quase todas as noites recebia convites para animar as festas, reuniões e bailes da alta sociedade do subúrbio, e já começavam a falar dele em bairros mais importantes como São Cristóvão. Ele imaginava que já ia ser chamado até em Botafogo. Afinal, vários jornais tinham publicado notas sobre as apresentações que andava fazendo.

Ricardo estava ali para ensinar Quaresma a cantar modinhas e a tocar violão. O major tinha consultado historiadores, cronistas e filósofos para saber qual seria o gênero musical mais característico da alma brasileira e descobriu que era a modinha acompanhada pelo violão.

Adelaide chamou para a mesa. Uma sopa estava servida. A irmã de Quaresma explicou:

— O senhor desculpe a pobreza da comida. Eu queria fazer frango com ervilhas, mas é um prato estrangeiro, e Polcarpo pediu que eu fizesse frango com feijão branco. Onde se viu um prato assim? Prefiro fazer uma sopa.

Ricardo disse que até gostaria de experimentar aquela novidade.

— Essa mania do meu irmão de só querer coisas nacionais: a gente tem que comer cada droga! — disse Adelaide.

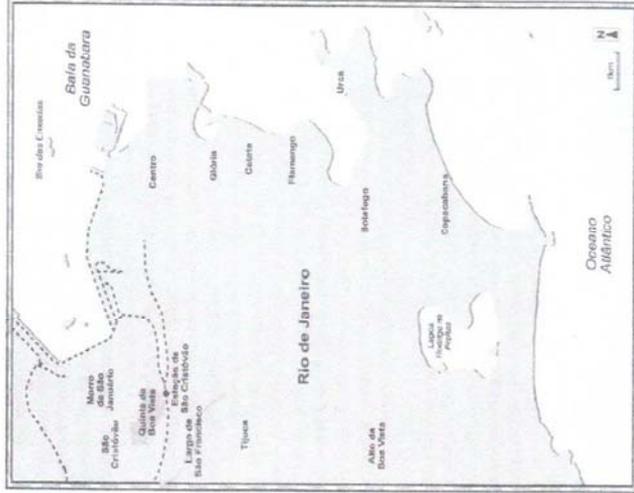
Quaresma se defendeu.

— Implicância sua, mana. A nossa terra tem todos os climas do mundo e pode produzir tudo pra qualquer tipo de gosto.

— Como essa manteiga, que logo fica rançosa? — perguntou Adelaide.

Quaresma explicou.

— É porque é de leite mesmo, puro. Se fosse estrangeira, fabricada com gorduras de esgoto, talvez não se estragasse. O problema é que não defendem a indústria nacional. Comigo é



A cidade do Rio de Janeiro.

diferente. Não uso nada estrangeiro. Visto pano nacional, calço botas nacionais e por aí vai.

O major serviu dois cálices de cachuca e continuou explicando:

— Esses vermutes que andam por aí são uma droga. Esta cachuca não é de batata nem de milho. É álcool puro de cana, fabricada aqui em Angra. Temos também ótimos vinhos do Rio Grande, melhores do que os franceses.

Comércio do Povo

5 ENTRETENIMENTO

Depois passou a elogiar outros produtos nacionais: a banana, o touchinho e o arroz. Aclaiude nem sempre concordava com o irmão. O violonista concordava ora com um, ora com outro.

Depois do jantar foram ver o jardim. Ali não havia rosas, crisântemos ou magnólias, flores exóticas, importadas. Só produtos da terra: os beijos-de-frade, as palmas-de-santa-rita, os manacás. Para Ricardo, não pareciam grande coisa, mas o major achava que eram plantas belas e expressivas.

Anoitecia quando entraram. As luzes foram acesas, e Ricardo apontou para o violão novo de Policarpo:

— Vámos ver. Toque o senhor.

Quaresma estralou os dedos, afinou o violão, mas não tocava com a segurança nem com a suavidade de Ricardo. O violonista mostrou ao major como fazer: apauhou o instrumento e sobre ele se debruçou, como se fosse dar um beijo. Havia amor naquele gesto.

— Encoste o violão no peito com ternura, nem frouxo nem firme demais. Pense que é uma mulher uma namorada.

Terminada a lição, Policarpo pediu para Ricardo cantar. Quando o violonista começou a interpretar uma canção atrás da outra, jovens da vizinhança se amontoaram na calçada em frente para ouvir melhor. Uma das moças entrou na casa do major Quaresma. Era Ismênia, uma das filhas do vizinho, o general Albernaz. Adelaide perguntou:

— Quando sai o casamento?

Fazia tempo que Ismênia respondia essa pergunta.

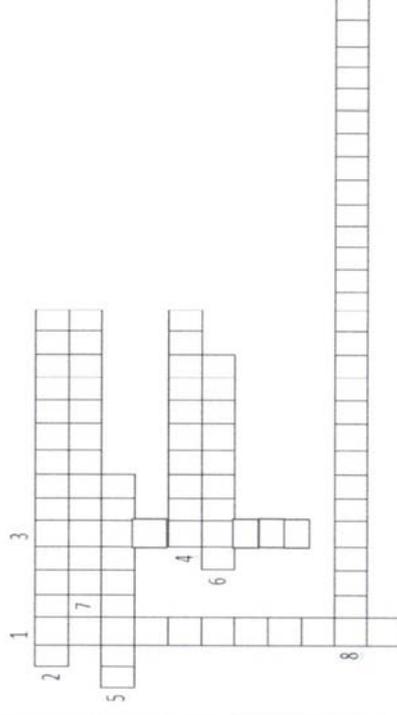
— Não sei... Meu noivo se forma no fim do ano. Aí a gente marca a data.

O noivo, Cavaleânti, estudava para dentista. O curso era de dois anos, mas já tinham passado quatro, e nada de Cavaleânti se formar. Ismênia tinha uma cabeça delicada, corada de cabelos castanhos com tons de ouro. Não era feia nem bonita. Era simpática e não se importava muito de ouvir sempre a mesma pergunta. O importante é que tinha noivo, e o casamento ia acabar acontecendo.

O pai de Ismênia estava mandando convidar o violonista para cantar na casa deles, e foram os quatro para a casa do vizinho.



1. Personalidade a quem se refere a caricatura ao lado.
2. Chefe do poder executivo brasileiro em 1893.
3. Forte que supostamente teria atingido "o Guanabara".
4. Curso interrompido por Lima Barreto na Escola Politécnica.
5. Personagem feminina da obra Triste Fim de Policarpo Quaresma.
6. Profissão de Lima Barreto após ingressar no primeiro concurso público.
7. Adjetivo de quem valoriza os elementos da Pátria.
8. Importante romance de Lima Barreto.



APÊNDICE B - ETAPA DE MOTIVAÇÃO

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Incentivar a leitura do romance *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto;
- Conhecer o suporte em que o romance foi publicado inicialmente;
- Oferecer pistas acerca da natureza temática da obra, através de jornal.

Conteúdos:

- Romance: *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto;
- Jornal *Comércio do Povo*;
- Gêneros textuais/ discursivos.

Metodologia:

- Dinâmica de grupo: a professora exerce o papel de jornalista e leva para a sala de aula cópias de um jornal, elaborado com fragmentos da obra literária supracitada.
- Motivar os alunos para a leitura;
- Explicar aos alunos o conceito de suporte, informando que o jornal foi o suporte inicialmente utilizado para a publicação da obra literária a ser lida;
- Leitura, análise e reflexão.

Tempo estimado: 2 horas-aula.

Avaliação: Avaliar o interesse dos alunos pela atividade, bem como as estratégias utilizadas na leitura dos textos e a interação durante a aula.

APÊNDICE C – CRONOGRAMA DE LEITURA

Divisão do livro	CRONOGRAMA							
Parte I	Leitura extraclasse	Intervalo 1	Primeira Interpretação	Segunda Interpretação			Segunda Interpretação	Expansão
1º capítulo	28/07 – 04/08	06/08	04/09	Contextualização Histórica	Contextualização Temática	Contextualização Presentificadora	18/09	04/10
2º capítulo								
3º capítulo								
4º capítulo								
5º capítulo								
Parte II		Intervalo 2		06/09	11/09	13/09		
1º capítulo	07/08 – 14/08	15/08						
2º capítulo								
3º capítulo								
4º capítulo								
5º capítulo								
Parte III		Intervalo 3						
1º capítulo	16/08 – 25/08	28/08						
2º capítulo								
3º capítulo								
4º capítulo								
5º capítulo								
Observação: A leitura extraclasse apresenta para cada capítulo uma data correspondente, porém nada impede, conforme a motivação de cada um, que a leitura seja concluída antes do planejado.								

APÊNDICE D - ETAPA DE INTRODUÇÃO

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Apresentar aspectos relevantes da biografia de Lima Barreto;
- Saber das contribuições que a leitura do romance pode oferecer tanto para o desenvolvimento de habilidades linguísticas quanto para o resgate da cidadania;
- Fazer antecipações em relação ao conteúdo da leitura.

Conteúdos:

- Romance: Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Biografia de Lima Barreto;
- Análise linguística: Verbo pôr; Pronome oblíquo.

Metodologia:

- Apresentação da pesquisa sobre o termo “pô-lo”, retomando o jornal Comércio do Povo;
- Ornamentar a biblioteca com balões nas cores verde e amarela;
- Estimular a percepção acerca da temática nacionalista;
- Canto das músicas *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, e *País Tropical*, de Jorge Ben Jor, pelos alunos;
- Visita à biblioteca escolar;
- Apresentação oral de alguns dados sobre o autor e a obra literária;
- Entrega dos romances para os alunos;
- Antecipações em relação ao conteúdo da leitura;
- Entrega do cronograma de leitura.

Tempo estimado: 2 horas-aula.

Avaliação: Avaliar o interesse dos alunos, bem como as antecipações realizadas e a interação durante a aula.

APÊNDICE E - DISCURSO DA PROFESSORA PESQUISADORA NA ETAPA DE INTRODUÇÃO

Bom dia, meus queridos alunos! É com imensa satisfação que os convido a fazer uma importante viagem ao Rio de Janeiro, do séc. XIX, através da leitura da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, do escritor Lima Barreto.

O escritor nasceu no dia 13 de maio de 1881, na cidade do Rio de Janeiro. Afrodescendente, desde os 7 anos, apesar de ainda não ter consciência das dimensões de um grande feito político, sentiu junto a uma enorme multidão as emoções decorrentes da Promulgação da Lei Áurea. Foi um aluno inteligente e disciplinado, chegando a ingressar, aos 16 anos, no curso de Engenharia como aluno prodígio da Escola Politécnica.

Seu conjunto de obras, dentre contos, crônicas, críticas e romances são grandes referências para o estudo da Literatura e da sociedade brasileira.

O que acham de fazermos o percurso de trem? “O trem ou o vapor como que vem do indeterminado, do mistério e traz, além de notícias gerais, boas ou más, também o gesto, um sorriso, a voz das pessoas que amamos e estão longe”.

Pelos trilhos da ficção, vamos descobrir e aprender sobre o nosso Brasil: o Brasil brasileiro de Policarpo Quaresma, a política das relações humanas e governamentais, de um tempo e de um espaço que não nos pertenceu, de fato, mas que constituem elementos indispensáveis para a compreensão do que somos e do que queremos ser.

Já pensaram no que querem ser? Vocês podem descobrir nessa aventura.

Gostaria de lhes fazer algumas recomendações, individualmente:

- Atenção aos horários de embarque e desembarque;
- Mantenha a sua disciplina;
- Não corra contra o tempo. Respeite o seu ritmo, mas não se deixe acomodar;
- Sentiu dúvida quanto ao cenário, a alguma palavra, personagem..., interaja com seus colegas que seguem no seu vagão ou com a sua Professora, ou quem sabe com uma pesquisa rápida na internet.

Uma boa leitura e uma boa viagem!

APÊNDICE F - PRIMEIRO INTERVALO DE LEITURA

Modalidade de Ensino: 9º Ano do Ensino Fundamental

Componente Curricular: Língua Portuguesa

Leitura literária

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Conhecer as características do gênero discursivo romance, quanto ao narrador, foco narrativo, tempo, personagens, espaço;
- Saber se o texto está cumprindo sua função comunicativa para o público leitor.

Conteúdos:

- Narração; Elementos da narrativa.
- Descrição de personagens e ambientes.

Metodologia:

- Apresentação em data show sobre o gênero romance: as características do gênero do discurso; narrativa de longa duração – narrador, foco narrativo, personagens (descrição), tempo (século XIX), espaço (Rio de Janeiro), linguagem;
- Confecção de mural;
- Descrição dos personagens.

Recursos didáticos:

- Data show; cartolina; canetas; portfólio.

Tempo: 4 horas-aula

Avaliação: Avaliação contínua da participação e desempenho dos alunos durante as aulas.

APÊNDICE G - SEGUNDO INTERVALO DE LEITURA

Modalidade de Ensino: 9º Ano do Ensino Fundamental

Componente Curricular: Língua Portuguesa

Leitura literária

PLANO DE AULA

Objetivo específico:

- Compreender o estilo satírico com o qual Lima Barreto representa os tipos humanos e a realidade social do Rio de Janeiro do final do século XIX.
- Produzir paródia, por meio do recurso da ironia.

Conteúdo:

- Romance “Triste Fim de Policarpo Quaresma”, de Lima Barreto
- O estilo de Lima Barreto.
- Letras de músicas: “Aquarela do Brasil”, de Gal Costa; “País Tropical”, de Jorge Ben Jor.

Metodologia:

- Leitura de trechos extraídos da obra para análise do estilo pautado na “via prussiana”;
- Paródia de canções, incluindo ações bizarras das personagens;
- Leitura, análise, reflexão e produção textual.

Recursos didáticos:

- Data show; computador; caixas de som; portfólio.

Tempo estimado: 4 horas-aula.

Avaliação: Avaliar a participação e aprendizagem dos alunos através das produções das paródias, bem como durante toda a aula.

Observações:

- A música “Aquarela do Brasil”, composta por Ary Barroso e lançada nos anos 40, é provavelmente o mais conhecido exemplar do chamado samba-exaltação. Empolgante e com letra que louva as belezas tropicais. Até a orquestra de Ray Conniff a gravou. Uma das melhores versões é a de Gal Costa, que dá um banho de categoria ao interpretá-la.

- Um dos maiores sucessos de Jorge Ben Jor, *País Tropical* é outra canção de louvação ao que o Brasil tem de melhor, e também foi lançada no auge da Ditadura Militar. Curiosamente, não ficou tão associada àqueles anos turbulentos como *Eu Te Amo Meu Brasil*.

Fonte: <http://entretenimento.r7.com/musica/fotos/conheca-sete-cancoes-que-falam-sobre-o-brasil-20100907-7.html#fotos>

APÊNDICE H - TERCEIRO INTERVALO DE LEITURA

Modalidade de Ensino: 9º Ano do Ensino Fundamental

Componente Curricular: Língua Portuguesa

Leitura literária

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Identificar na notável força plástica do romance em estudo a adesão de Policarpo Quaresma ao florianismo e as implicabilidades desta adesão.
- Fazer uma visita virtual à cidade do Rio de Janeiro, pelos lugares históricos que aparecem na obra de ficção;
- Compreender o conceito de verossimilhança a partir da representação dos fatos nos ambientes narrados.

Conteúdos:

- Romance: Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Descrição de ambientes reais ou fictícios?
- Revolta da Armada;
- República Velha.

Metodologia:

- Visita à Galeria Virtual com exposição de fotografias sobre a Revolta da Armada, de Juan Gutierrez; e visita virtual ao Museu da República;
- Identificação de ambientes reais na obra de ficção;
- Pesquisa sobre o conceito de verossimilhança;

Recursos didáticos:

- Computadores, internet, portfólio; dicionário.

Tempo estimado: 4 horas-aula.

Avaliação: Avaliar como os alunos se comportam diante das novas oportunidades de aprendizagem, bem como o aproveitamento da aula para o desenvolvimento de habilidades de leitura, através do registro de relatos de experiência no portfólio.

APÊNDICE I - ETAPA DE PRIMEIRA INTERPRETAÇÃO

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Escrever as primeiras impressões de leitura.

Conteúdos:

- Romance: Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Produção de texto: Escrita livre sobre as primeiras impressões de leitura ou enredo da narrativa.

Metodologia:

- Discussão oral sobre comprovação e/ ou refutação das hipóteses levantadas antes da leitura da obra;
- Comentários sobre a obra;
- Produção textual.

Tempo estimado: 2 horas-aula.

Avaliação: Avaliar a participação dos alunos, os níveis de compreensão acerca do texto lido.

APÊNDICE J - ETAPA DE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Refletir sobre a posição do autor frente ao florianismo, através de pistas linguísticas.

Conteúdos:

- Romance: Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Interdisciplinaridade: Revolta da Armada.

Metodologia:

- Discussão oral;
- Técnica de perguntas e respostas;
- Leitura, análise e reflexão;
- Exercício de verificação da aprendizagem - Revisão.

Tempo estimado: 2 horas-aula.

Avaliação: Avaliar a participação dos alunos, os níveis de compreensão acerca da contextualização histórica do texto lido.

APÊNDICE K - CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

Modalidade de Ensino: 9º Ano do Ensino Fundamental

Componente Curricular: Língua Portuguesa

Leitura literária

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Refletir sobre a contextualização temática da obra literária;
- Analisar a participação política das personagens do romance.

Conteúdos:

- Romance: Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Política e Cidadania

Metodologia:

- Conversação acerca da temática “Política” – entendida aqui não apenas como atividade da esfera governamental, mas como atividade de interação humana e convivência coletiva;
- Trabalho em grupo;
- Leitura, análise e reflexão.

Recursos didáticos:

- Folhas impressas com as atividades de análise interpretativa; dicionários.

Tempo estimado: 2 horas-aula.

Avaliação: Avaliar o nível das análises realizadas pelos alunos e as contribuições para o desenvolvimento metacognitivo e social.

Descrição da aula:

Antes de iniciar o diálogo com a obra Triste Fim de Policarpo Quaresma e a Constituição Federal, perguntaremos aos alunos:

- O que representam as palavras “política” e “cidadania”. Elas têm significados em comum? Vocês se consideram cidadãos políticos?
- Vocês acham que são tratados como verdadeiros cidadãos? (Poderemos ampliar os questionamentos, de acordo com as respostas dadas pelos alunos, enquanto anotamos estas no quadro.
- Vamos analisar esses conceitos a partir desses trechos extraídos da obra literária em estudo:

Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

- - Por que Policarpo é considerado um patriota?
- - Qual o significado de ambições políticas e administrativas?
- - Ele pode ser considerado um cidadão? Por quê?

O riso é contagioso. O secretário, no meio da leitura, ria-se, discretamente; pelo fim, já ria-se o presidente, ria-se o oficial da ata, ria-se o contínuo — toda a mesa e aquela população que a cerca, riram-se da petição, largamente, querendo sempre conter o riso, havendo em alguns tão franca alegria que as lágrimas vieram. Quem soubesse o que uma tal folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado, havia de sentir uma penosa tristeza, ouvindo aquele rir inofensivo diante dela.

- - De que se trata esta petição? De quem é a autoria? Escrever uma petição é um ato de cidadania?
- - Por que ela teria provocado o riso nas pessoas?
- - De quem era o riso inofensivo?

“Verdadeiros estrangeiros que se vinham intrometer na vida particular e política da família curuzuense, perturbando-lhe a paz e a tranqüilidade”.

- - A quem se refere o termo “estrangeiros”?
- - Eles realmente estão perturbando a paz e a tranquilidade da população curuzuense? O que seria perturbar a paz e a tranquilidade de uma comunidade?

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se diariamente surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

- - Por que se diz na petição que a Língua Portuguesa foi emprestada para o Brasil?
- - Por que o falar e o escrever se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua?
- - Na petição, ele demonstra conhecer o direito que lhe confere a Constituição para fazer tal pedido. Você sabe o que é a Constituição? Que direito seria esse?

Se não fosse seu pai (e Olga amava mais por isso o seu rude pai) que se interessava, chamando a si os interesses da família e evitando a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? Como é fácil na vida tudo ruir! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice...

- - Quem era o pai de Olga e quem é esse homem pautado, regrado e honesto que foi ajudado por ele? O que significa grãozinho de sandice?

Mas não foi preciso pôr na carta; a vizinhança concluiu logo que o major aprendia a tocar violão. Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!

[...]

A velha irmã de Quaresma não tinha grande interesse pelo violão. A sua educação, que se fizera vendo semelhante instrumento entregue a escravos ou gente parecida, não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem...

- - Por que não só a irmã de Quaresma, mas toda a vizinhança parecia ser contra o violão? Significa a expressão “não podia admitir que ele preocupasse a atenção de pessoas de certa ordem?”
-

Dona Adelaide contou então o drama que agitava a pequenina alma da filha do general. Cavalcânti, aquele Jacó de cinco anos, embarcara para o interior, há três ou quatro meses, e não mandara nem uma carta nem um cartão. A menina tinha aquilo como um rompimento; e ela, tão incapaz de um sentimento mais profundo, de uma aplicação mais séria de energia mental e física, sentia-o muito, como coisa irremediável que absorvia toda a sua atenção.

- - A quem a irmã de Quaresma se referia?
- - A qual filha do General, Dona Adelaide se refere?
- - Por que Cavalcânti foi tratado pelo narrador como “aquele Jacó de cinco anos”?
- - Qual era o real sentimento da filha de Albernaz? O que teria gerado esse sentimento? Como você vê essa situação?

A ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no. Já era médico do Hospital Sírio, onde ia três vezes por semana e, em meia hora, via trinta e mais doentes. Chegava o enfermeiro dava-lhe informações, o doutor ia, de cama em cama, perguntando: “Como vai? “Vou melhor, seu Doutor”, respondia o sírio com voz gutural. Na seguinte indagava: “Já está melhor? E assim passava a visita; chegando ao gabinete, receitava: “Doente n. 1, repita a receita; doente 5... quem é?”... “É aquele barbado”... “Ahn!” E receitava.

- - Quem tinha ambição por dinheiro?
- - Existe algo de errado no atendimento deste hospital?

- Você por que não planta para você?
- “Quá, sá Dona”! O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo que a plantação der em dinheiro.
- “Sá Dona tá” pensando uma cousa e a cousa é outra. Enquanto planta, cresce, e então? “Quá Sá Dona”, não é assim.
[...]
- Terra não é nossa... E “frumiga”? Nós não “tem” ferramenta... isso é bom pra italiano ou alamão que governo dá tudo... Governo não gosta de nós...

- - Quais personagens participam dessa interação?
- - O que uma das personagens quis dizer com: ... Enquanto planta, cresce, e então?
- - Conforme a fala de uma das personagens, o governo dá tudo para “italiano” ou “alamão”. É possível compreender esse trecho? A que fatos históricos ele se refere?

- O senhor verá com o tempo, major. Na nossa terra não se vive senão de política, fora disso, babau! Agora mesmo anda tudo brigado por causa da eleição de deputados...
Ao dizer isso o deputado lançou por baixo de suas pálpebras gordas um olhar pesquisador sobre a ingênua fisionomia de Quaresma.
-Que questão é? – indagou Quaresma.
[...]
- Eu lhe explico: O candidato do governo é o senhor Castrioto, moço honesto, bom orador, mas entenderam aqui, certos presidentes de Câmaras Municipais do Distrito que se hão de sobrepor ao governo, só porque o Senador Guariba rompeu com o governador; e – zás – apresentaram um tal Neves que não tem serviço algum ao partido e nenhuma influência...
Que pensa o senhor?
- Eu... Nada!
O serventuário do fisco ficou espantado. Havia no mundo um homem que, sabendo e morando no município de Curuzu, não se incomodasse com a briga do Senador Guariba com o Governador do Estado! Não era possível! Pensou e sorriu levemente. Com certeza, disse ele consigo, este malandro quer ficar bem com os dois...

- - O termo política foi empregado nesse trecho na mesma acepção acima?
- - O que revela as expressões “certos Presidentes...” e “um tal Neves”?
- - Qual a demonstração de interesse de Quaresma pelo assunto discutido nessa conversa?

Em nome do Marechal Floriano, qualquer oficial, ou mesmo cidadão, sem função pública alguma, prendia e ai de quem caía na prisão, lá ficava esquecido, sofrendo angustiosos suplícios de uma imaginação dominicana. Os funcionários disputavam-se em bajulação, em servilismo... Era um terror, um terror baço, sem coragem, sangrento, às ocultas, sem grandeza, sem desculpa, sem razão e sem responsabilidades... Houve execuções; mas não houve nunca um Fouquier-Tinville.

- - Qual a posição do narrador perante o governo de Floriano?

Iria morrer, quem sabe se naquela noite mesmo? E que tinha ele feito de sua vida? Nada. Levava toda ela atrás da miragem de estudar a pátria, por amá-la e querê-la muito, no intuito de contribuir para a sua felicidade e prosperidade. Gastara a sua mocidade nisso, a sua virilidade também; e, agora que estava na velhice, como ela o recompensava, como ela o premiava, como ela o condecorava? Matando-o. E o que não deixara de ver, de gozar, de fruir, na sua vida? Tudo. Não brincara, não pandegara, não amara — todo esse lado da existência que parece fugir um pouco à sua tristeza necessária, ele não vira, ele não provara, ele não experimentara.

- - Você concorda com as reflexões de Quaresma? Ele realmente não tinha feito nada de sua vida?
- - Ele teria deixado um legado de cidadão político?
- - Na sua opinião, o que faltou nas atitudes de Quaresma para que ele se realizasse enquanto cidadão brasileiro?

APÊNDICE L - ATIVIDADE ADAPTADA DA ETAPA DE CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

(Para a aluna do AEE)

Antes de responder as questões, leia os conceitos sobre POLÍTICA E CIDADANIA a seguir:

A política ... é o ato de governar, de administrar e cuidar das instituições públicas, ou seja, do Estado. O povo paga impostos e esse dinheiro deve ser aplicado para o bem de todos, como, por exemplo, para a construção de escolas, creches, hospitais,... estradas e casas; ou para contratar policiais ..., professores..., e médicos para cuidar da nossa saúde [...] Quando a sociedade julga que seus governantes não estão administrando bem o Estado, ela tem o direito e o dever de reclamar, e essa reclamação nós também chamamos de política. (<http://www.turminha.mpf.mp.br/eleicoes/o-que-e-politica-1>)



Ser cidadão significa possuir direito ao voto, à liberdade de expressão, à saúde, à educação, ao trabalho, à locomoção, à alimentação, à habitação, à justiça, à cultura, à paz, a um meio-ambiente saudável, à felicidade... Assim, quando cada homem tem seus direitos efetivados e cumpre seus deveres de cidadão, podemos dizer que vivemos numa sociedade justa. (ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. *Ética e Cidadania nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003)



Vamos analisar esses conceitos a partir desses trechos extraídos da obra literária “Triste Fim de Policarpo Quaresma”:

Trecho 1

Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar, foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa.

a) Por que Policarpo é considerado um patriota?

Individualmente: *é ato de governar, de administra e cuidar das instituições publica*

Com a Professora Pesquisadora: *Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da Pátria tomou-o todo inteiro.*

b) Ele pode ser considerado um cidadão? Por quê?

Individualmente: *não*

Com a Professora Pesquisadora: *não, porque ele é um personagem.*

Trecho 2

O riso é contagioso. O secretário, no meio da leitura, ria-se, discretamente; pelo fim, já ria-se o presidente, ria-se o oficial da ata, ria-se o contínuo — toda a mesa e aquela população que a cerca, riram-se da petição, largamente, querendo sempre conter o riso, havendo em alguns tão franca alegria que as lágrimas vieram. Quem soubesse o que uma tal folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado, havia de sentir

- a) O trecho se refere à reação dos colegas de trabalho de Policarpo Quaresma ao lerem sua petição acerca de mudança do idioma português para o tupi-guarani. Por que ela teria causado o riso das pessoas?

Individualmente: *ser cidadão signi possuir direito ao voto, a liberdade de expressão, a saúde, educação,, ao trabalho, a locomoção, a alimentação ... a cultura a paz, a um meio ambiente saudavel, a felicidade*

Com a professora do AEE: *Quem soubesse o que uma tal folha de papel representava de esforço, de trabalho, de sonho generoso e desinteressado, havia de sentir uma penosa tristeza*

Trecho 3

Se não fosse seu pai (e Olga amava mais por isso o seu rude pai) que se interessava, chamando a si os interesses da família e evitando a demissão de que estava ameaçado, transformando-a em aposentadoria, que seria dele? Como é fácil na vida tudo ruir! Aquele homem pautado, regrado, honesto, com emprego seguro, tinha uma aparência inabalável; entretanto bastou um grãozinho de sandice...

- a) Quem era o pai de Olga e de que forma ele ajudou o compadre Policarpo Quaresma?

Individualmente: *O pai amava mais por isso o seu rude pai que interessava a si os interesses da família e evitando a demissão*

Com a Professora do AEE: *Coleoni. Evitando a demissão.*

- b) Na sua opinião, seria justa a demissão de Policarpo? Por quê?

Individualmente: *sim*

Com a Professora do AEE: *Sim, porque ele errou.*

APÊNDICE M - CONTEXTUALIZAÇÃO PRESENTIFICADORA

PLANO DE AULA

Objetivo específico:

- Relacionar a natureza política de Triste fim de Policarpo Quaresma e a Carta Magna.
- Realizar entrevista com profissional da área de Direito.

Conteúdo:

- Romance: Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Carta Magna.

Metodologia:

- Identificação dos problemas sociais apresentados no romance;
- Leitura e análise de artigos constitucionais que podem estabelecer um diálogo com os problemas identificados na obra;
- Trabalho em grupo;
- Organização de entrevista.

Tempo estimado: 4 horas-aula.

Avaliação:

- Avaliar a participação dos grupos na oficina a seguir.

Oficina “Em Busca de Solução”

Que tal dialogar com romance Triste fim de Policarpo Quaresma, dando a sua voz com o apoio da Constituição Federal? Seu desafio será identificar as injustiças presentes ao longo do romance e buscar uma solução pacífica para as controvérsias.

a) Para planejar o diálogo, identifique nas falas ou ações dos personagens o que você considera injusto ou desumano e que pode ser encarado como um problema social.

b) Pense no que você já conhece da história, de sua função estética e leve em conta os seguintes aspectos:

- Contexto sócio-histórico da narrativa: sociedade da cidade do Rio de Janeiro do século XIX;

- Circunstância da primeira publicação do texto: como folhetim, em sequências de jornal destinado ao público em geral;
 - Enredo e caracterização das personagens do romance (uso da linguagem, modo de se expressar, comportamento, idade, o que estão vivendo naquele momento).
- c) Em grupos, selecionem as falas e/ou comportamentos que revelam injustiças da sociedade brasileira, considerando-se os seguintes artigos de nossa Constituição:

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

CAPÍTULO III
Da Nacionalidade

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO VII
Da Administração Pública
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...

SEÇÃO II
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

- I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO II
Da Seguridade Social

SEÇÃO II
Da Saúde

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

CAPÍTULO III
Da Educação, da Cultura e do Desporto

SEÇÃO I
Da Educação

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

d) Concluído o diálogo com os textos, os grupos organizarão uma entrevista com um especialista da comunidade, formado em Direito, para consultá-lo acerca dos problemas levantados e a coerência com os artigos relacionados por eles. Além disso, podem surgir outros questionamentos que farão parte do rol de perguntas da entrevista.

APÊNDICE N - TRANSCRIÇÃO DA PALESTRA SOBRE CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ESTATUTO JURÍDICO DO POLÍTICO

Palestrante: Alcidema Santos da Silva

...esse livro aqui () ... (...) ninguém nunca viu esse livro?...

a. a professora ^{((professora Elciane))} já falou ,mas a capa é diferente...

(...) e para vocês o que significa Constituição Federal?...

b. as leis...

(...) quem sabe outra mais?...

c. direitos...

(...) pode ser... só está faltando uma palavra...

d. deveres...

(...) está faltando uma que eu quero que ela saia... eu quero que ela saia... é necessário que ela saia... a constituição é uma ramificação... é lei outro disse é direito... é dever... vou dar uma pista... começa com g...

e. justiça ^{((risadas))}

(...) presta atenção... vou ajudar vocês... estou fazendo um mapa mental... um falou é lei... puxa uma setinha aqui... ^{((a palestrante escreve no quadro pontos que considera importantes))} ...

outro falou direito... puxa outra setinha aqui... outro falou dever... mas eu quero outra palavra que começa com g...

f. governo...

(...) é governo também... mas tá faltando uma palavra mais forte... é garantia... gente... ninguém lembrou de garantia?... essa lei aqui contém direitos... deveres... é uma lei e a lei maior do país... chamam até de Carta Magna... e a lei maior do país... então nela contém os nossos direitos... os nossos deveres... é a lei que está na pirâmide... no topo... e algumas pessoas intitularam de Carta Magna... tinha um cara muito invocadinho chamado Hans Kelsen... já ouviram falar nesse nome?... um estudante de história... quem gosta muito de história já ouviu falar nesse nome...

g. eu gosto muito de história... mas nunca ouvi falar nesse nome...

(...) nunca ouviu falar nesse nome?... cadê uma canetinha de quadro?... eu estou falando numa linguagem de vocês... viu... porque se eu for falar difícil... ninguém vai entender nada... tem alguém aqui com um nome invocadinho também... Elciane?... olha só o nome do rapaz como é invocado... o Hans Kelsen era um grande jurista... mas paralelamente ele também era filósofo... filósofo às vezes tem uns delírios né?... alguém aqui quer ser um filósofo?...

h. eu quero ser um historiador... ()

(...) por que ninguém quer ser filósofo?... mas retomando aqui pra gente não se perder... eu vou falar aqui com as palavras de vocês... a Constituição é uma lei, E A LEI MAIOR... ELA É A LEI MAIOR DO PAÍS... algumas pessoas até intitularam de Carta Magna... é a lei toda poderosa do Brasil... falaram também que essa lei contém direitos e deveres... na Constituição... nós temos direitos... deveres e garantias assegurados... os direitos fundamentais... que são os direitos individuais e coletivos... por exemplo... o direito à vida... todos nós temos o direito à vida... é ou não é?

i. é... ()

(...) temos direito à liberdade de falar o que quiser no Brasil?... sim ou não?...

j. temos...

(...) olhe, será que temos?... talvez... direito à saúde...

k. alguns anos atrás ninguém que num podia falar tudo o que queria... era o tempo da ditadura não era?

(...) era... nossa Constituição ... ela é de que ano?...

l. 98...

(...) ela é de 88... de fato... essa liberdade de expressão que você falou aí era de 64... antes desse período nós não tínhamos liberdade de falar o que quiser... tinha as censuras... em rádios... revistas... censura até verbal... ninguém podia estar dizendo as coisas não... que era exilado... é assim... só que a nossa constituição ela não é de 64... ela é bem depois... olha o ano dela: 88 ... esse regime aí... ele foi derrubado... nós temos a partir da Constituição... assegurado também... meu amigo... este direito de resposta... esse direito de liberdade... poxa vida... a gente não poder nem falar o que pensa... naquele período num é?... lógico que esse direito vai e volta... tem um limite... é um ciclo, num é?... por que é um ciclo... professora Alcidema?... porque ele tem que favorecer você e automaticamente tem que me favorecer... no momento que eu... com esse meu direito assegurado... eu lhe ofendo... deixou de ser direito... deixou de ser liberdade... vai ser o que?... libertinagem... eu estou violando o seu direito... certo?... mas vamos voltar pro quadro aqui... então... esse rapaz aqui chamado Hans Kelsen... ele era jurista... mas paralelamente ele era o que também?...

m. filósofo ...

(...) então os filósofos... eles não ficam ali bitolados... são aqueles que fazem aquelas viagens... mas não viagens sem fundamentos... todas as viagens são bem asseguradas... porque algumas pessoas podem dizer que são malucos... nada de malucos... quando eles conversam algo... eles já fizeram altíssimas análises... fizeram vários esquemas pra dizer algo... e Hans Kelsen... ele colocou... ele pensou de forma hipotética... alguém já falou em hipótese?

n. em matemática já...

(...) a gente em Psicopedagogia fala em hipótese... e na área de Linguagens... se fala em hipóteses?... aí existe hipótese?... o que seria hipótese? ()

o. muita... tipo quero dar um rolé... não... mas tem um negócio pra mim fazer... tipo isso é uma hipótese...

(...) então hipótese é algo bem preciso ou pode ser ou não?

p. não, não é uma coisa tão precisa não...

(...) alguém fala mais?

q. é um exemplo...

(...) bom... bom... deixa eu pensar na linguagem de vocês... eu vou dar um exemplo... ()... então... ele... num esquema mental... pensaram... analisaram várias vezes... ele é um dos juristas mais conhecidos... então ele pensou nessa pirâmidezinha aqui ó... quem foi o cara?

r. Hans Kelsen...

(...) e ele desenhou uma pirâmide assim ó ((desenha uma pirâmide no quadro)) ... oh Jesus, essa pirâmide parece com a nossa sociedade já né?... e ele pensou assim ó: aqui está a Constituição... nesse ponto mais elevado... porque ela é a lei maior... vocês estão muito... assim... por dentro... porque vocês falaram e eu estou aqui só complementando a fala deles, né?... ele disse que é a lei maior... mas essa lei é maior aonde?... por que o silêncio?... ela é a lei maior de onde?... do tribunal?

s. do Brasil...

(...) do Brasil... então do nosso país... certo?... primeiro ponto... quem foi o cara que inventou?...

t. Hans Kelsen...

(...) ele é o quê? Um jurista e:::...

u. filósofo...

(...) influente na área de Direito... que lançou uma hipótese que a Constituição estaria no topo da...

v. pirâmide...

(...) por ser a lei maior do...

w. país...

(...) por conter direitos e::: ...

x. iguais...

(...) direitos e:::... vocês falaram... presta atenção... gente... que eu sou professora exigente... não quero dar uma palestra... eu quero dar uma aula... senão todo mundo... e eu quero que vocês saibam... direitos e:::...

y. deveres... professora, essa Constituição aí foi a partir dela que o país virou capitalista ou o país sempre foi capitalista?...

(...) sempre?... olha só... preste atenção... vocês falaram que a Constituição era uma lei... aí eu acrescentei que era uma lei maior... e ainda perguntei de onde... e vocês falaram que era do país... vocês falaram pra mim que essa lei era direitos e deveres... mas não é qualquer direito e dever... são direitos e deveres fundamentais... o que seria fundamentais para vocês?... eu tô falando o be a bá mesmo, viu? Tá muito longe... Elciane... a linguagem?

z. Tá ótima... tá gente... tá fácil? muito acessível...

(...) o que é fundamental para vocês?... pronto... ter direito à saúde é?... ter direito à moradia é? ter direito à educação é?... à vida?... deixa eu ver mais... ao trabalho?... então... gente... quando eu falo isso... eu estou concordando com tudo que vocês falaram... que a Constituição Federal é a lei maior do país... vocês não podem sair daqui sem saber disso... tem alguém com dúvida? então gente... ela contém os nossos direitos e deveres fundamentais... e eu perguntei a vocês: o que são direitos fundamentais?... e vocês falaram a liberdade de expressão... direito à vida... direito à propriedade... direito à educação... direito à saúde... não é isso?... direito ao trabalho... então... na Constituição... nós temos como fundamento... como base isso... os nossos direitos e os nossos deveres fundamentais... e eles são garantidos... são garantias que temos... mas vamos trazer pra nossa realidade... trazendo pra nossa realidade... esses direitos e deveres expressos de forma bem marcante na Constituição... principalmente no seu art. 5º... que vai dizer que vocês têm todos esses direitos fundamentais... direito à vida... direito à propriedade... aí vem para os direitos sociais né?... direito à educação... direito à saúde... direito à maternidade... é garantido na Constituição... mas nesse caso... comparando à nossa realidade... isso também?... esses direitos são garantias... direitos... deveres e garantias vem de forma linear... vocês acham que de fato nós estamos garantidos com a lei?... eu vou abrir aqui a Constituição para ler só um pouquinho do art. 5º para vocês... quem tiver em casa celular e eu acredito que todos têm... colocar Constituição Federal... artigo 5º... em casa... e dá uma lidazinha no art. 5º que vai entender o que eu quero falar... certo?... o art. 5º vai dizer assim... os direitos e deveres individuais e coletivos... olha como é sério o que se fala na Constituição... e eu quero com essa leitura que vocês me falem se está garantido isso em lei... certo?... trazendo para a atualidade... prestem atenção... vamos repetir... eu disse para vocês que isso aí que eu vou ler... lógico que eu estou lendo o quê?... a Constituição... então está garantido em lei... vamos ver se na realidade isso acontece... esse é o artigo mais conhecido nacionalmente... não é possível que ao chegar em casa... vocês não tenham curiosidade em ler esse artigo... logo porque passam trinta... quarenta... cinquenta... uma hora no Whatsapp... no Instagram... mas hoje vai dar uma "frivoca" em vocês... aquela "cosquinha" de curiosidade para

vocês olharem o art. 5º da Constituição... prestem atenção... leis... direitos e deveres fundamentais garantidos... vamos logo aos garantidos... está dando para ouvir não está?

a. está...

(...) vamos fazer a última revisão... todos são iguais... todos são iguais perante a...

b. lei...

(...) não é perante os meus olhos... preste atenção... perante a opinião da professora Alcidesma... perante a opinião da gestora e professores... é perante a...

c. lei...

sem distinção de qualquer natureza... garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade... como é que a gente num Brasil desmantelado desse... quem é que tá garantindo a vida nossa?... mas aqui tá dizendo... garantia perante a lei... a vida é o primeiro direito... olha gente... psiu... qual é o primeiro direito fundamental?

d. direito à vida... primeira coisa... direito à vida... o que é a vida?... um direito né... depois nós temos o direito à liberdade... à igualdade... primeiro é o quê?

e. vida...

(...) direito à vida... segundo é o quê?...

f. à liberdade...

(...) terceiro é o quê? Igualdade... Primeiro é à vida... Segundo à liberdade e terceiro a...

g. igualdade...

(...) quarto... segurança... segurança... vocês se sentem seguros?... não?...

h. no Brasil?... ô... professora... às vezes quem protege você () ...

(...) então... a Constituição que é a lei maior... que contém as garantias... direitos e deveres fundamentais... professora Alcidesma... quais são os direitos individuais?... primeiro?...

i. direito à vida...

(...) segundo?... liberdade... terceiro?... igualdade... segurança... todos nós aqui no Brasil temos direito à segurança... vocês têm uma casa? () (...) por que vocês não têm uma casa?...

j. porque não temos dinheiro agora... né?...

(...) pois eu vou dizer uma coisa agora que todo mundo deveria saber...

k. diga... muié...

(...) quando alguém não tem de jeito nenhum dinheiro para pagar aluguel... o governo municipal tem o direito de pagar um aluguel pra você... quem é que já calculou isso?...

l. eu morria e nunca sabia disso... que o governo tinha o direito de pagar um aluguel pra você...

m. vou dizer a mainha...

n. professora... o governo chega a pagar quando sua renda é muito baixa né?...

(...) tem que ser renda quase zero... né?... e você tem que provar...você tem que correr atrás...

o. um morador de rua tem direito... professora?... mas ele não sabe o direito dele...

p. ele tem o direito ou o dever?

(...) é um direito seu... ele tem o dever... eu acredito que aqui já fechou dez por cento do que eu quero falar...

q. dez por cento?

()

(...) o que é a Constituição?... é a lei maior do nosso país...

r. direitos e deveres...

(...) que contém as garantias de direitos e deveres fundamentais... fechou?... essa é a definição que hoje eu trago para vocês... e a gente compôs aqui juntos... eu não quis trazer segundo fulano de tal (lalalalala) é isso... não... vocês não iriam compreender... e eu acredito que a partir desse conceito... todos agora vão compreender o que é a Constituição... então... a Constituição é a lei maior que contém as garantias de direitos e deveres fundamentais... e quais são os direitos individuais?... direito à vida... direito à liberdade...

s. igualdade... segurança...

(...) mas também temos ainda... preste atenção... a gente tá formando o conceito de quê?... Constituição... lei maior... que contém as garantias de direitos e deveres fundamentais... que são direitos individuais... direito à vida... direito à liberdade... direito à igualdade... segurança e propriedade... esses são direitos individuais... você tem o direito que é seu... e o que é direito nosso?... ah vamos falar um pouquinho...

t. é... vamos lá...

(...) esse é um pouquinho do artigo 5º... gente... resumindo... não precisa fazer Direito... não precisa ser professor... só precisa ser estudante... só precisa ser estudante... porque todo estudante tem que saber... não é?... tem que saber o básico... que é isso aí... certo?... se eu apagasse aqui... vou apagar... Elciane... pra ver se vocês já estão ferinhas mesmo... () (...) vou apagar...

u. primeiro é vida... segundo é liberdade...

(...) nós estamos aqui diante da:::...

v. Constituição...

(...) que é o quê?

w. a lei maior...

(...) a lei maior:::...

x. do país...

(...) há algumas pessoas que têm assim... estamos formando né?... essa lei maior... alguém muito estudioso chamado:::...

y. Hans Kelsen...

(...) que era o quê?

z. filósofo...

(...) filósofo e jurista austríaco...

a. austríaco...

(...) ele achou por bem traçar o quê?...

b. uma pirâmide...

(...) uma pirâmide hipo:::...

c. - tante...

(...) uma pirâmide hipo:::...

d. -tética...

(...) e quando a gente fala em hipótese... quer dizer o quê?...

e. exemplo...

(...) um exemplo pra ficar mais claro pra você compreender... e ele colocou a Constituição aonde na pirâmide?...

f. no topo...

(...) por que é a lei:::...

g. maior...

(...) e esta lei maior... oh... vocês prestem atenção... será que vocês estão entendendo tudo que eu expliquei até agora?

h. tô...

(...) e essa lei maior contém... isso fecha ... as nossas o quê?... ga:::...

i. garantias...

(...) e essas garantias são o quê?...

j. direitos e deveres fundamentais...

(...) são direitos e deveres fundamentais... e quais são os direitos individuais?...

k. vida... direito à vida... primeiro propriedade...

(...) primeiro:::...

l. vida...

(...) segundo:::...

m. liberdade de expressão...

(...) não...

n. liberdade... primeiro é a vida... segundo a liberdade...

(...) terceiro:::...

o. igualdade...

(...) o quarto é segurança e o quinto é o quê?...

p. propriedade...

(...) e a parte... vocês sabem que quem não tiver condição financeira legal pode reivindicar ao prefeito... governo local... o quê? o direito à:::...

q. moradia... propriedade... o governo até que podia dar uma casa... né?

(...) a Constituição da República... a partir do legislador... que são os representantes nosso... a gente pode até conseguir o quê?... computação... até aqui vocês estão nota:::...

r. dez...

(...) nove vírgula nove... e eu falei pra vocês... que vocês iam chegar em casa e iam dar uma "frivioquinha" para vocês lerem o quê?

s. a constituição...

(...) O artigo:::...

t. 5º...

(...) artigo 5º de quê?

u. da Constituição Federal...

(...) de 88... que tem expresso como segundo indicador a liberdade... e ele passou pra gente logo no início que na ditadura militar de 64... ninguém tinha direito à liberdade... e eu apresentei pra vocês essa garantia na nossa Constituição... vão muito além de 64... ela é de que ano?

v. 88...

(...) vamos lá... vamos rapidinho... apressado porque a professora Elciane já está ...

w. a gente fica até tarde se você quiser...

x. nãaaa... trazendo a comida... cara... a gente fica até amanhã...

(...) são direitos sociais... aquilo que eu apresentei pra vocês são direitos o quê?

y. fundamentais...

(...) fundamentais... mas existem também os nossos direitos que... que são comuns e são dez... viu?... eita... são 10... prestem atenção... olha como é sério isto que eu estou falando para vocês agora... entre os direitos individuais... a vida está no topo... e entre os direitos sociais está a educação... é ou não é?... então gente... o investimento na educação deveria ser:::...

z. maior...

(...) muito... por que está garantido aonde?...

a. na Constituição...

(...) na Constituição Federal... o que é que está no topo?

b. a vida...

(...) a educação... porque agora estamos falando dos direitos sociais... aquele que a gente falou é o quê?

c. individuais...

(...) prestem atenção... quem está no topo agora?...

d. a educação... ()

(...) dentro do sistema que se chama Sociedade nós estamos em primeiro lugar como garantia a educação...

e. temos direito à saúde?

(...) sim... ((Aplausos dos alunos para o participante))...segundo saúde... terceiro... trabalho... quarto... moradia... quinto... lazer... olhe que coisa séria...

f. por isso que tem essas pracinhas pra brincar...

(...) será?... deve ser... né?... novamente... preste atenção... novamente... dos direitos sociais... um daqueles direitos que já foram citados como individual... é citado novamente segurança... olha como é sério a segurança... acharam pouco colocar entre os direitos individuais jogaram também para os direitos sociais... por quê?... porque no nosso país é bem expresso mesmo essa necessidade... tem que ser garantia minha... mas pode envolver também nós... automaticamente... esse direito à segurança... eu não posso só querer pra mim...

g. pra nós...

(...) tem que ser:::...

h. pra todos...

(...) previdência social... que é onde entra esse requisito aqui ...

i. professora... me dê pelo menos um panfleto...

(...) vamos lá participar dessa palestra... previdência social... à maternidade e à infância... é o oitavo... maternidade e a infância... olha só... aí voltemos um pouco à nossa realidade... é admissível nas nossas é... nos nossos hospitais faltar UTIs para os nossos bebês?...

j. falta não...

(...) falta não?... falta...

k. falta... falta...

(...) falta sim ou não?

l. falta...

(...) porque com certeza tem hospitais que não têm UTIs... além do mais não têm a possibilidade de () porque não tem UTIs...

m. uma mulher morreu também...

(...) pois é... é garantido em lei... mas diante da realidade... vamos trazer para a realidade... não é?... para o caso mais complexo... o nosso município nós não temos garantia 100%... joga para o quê?... Cândida Vargas... quando é um parto mais complexo... Guarabira... nós não temos essa garantia... aí tem o quê?... Cândida Vargas em João Pessoa... quando nós temos assistência aos desamparados... voltando ... pra aquele conceito... certo?... nós temos agora dentro do sistema algo chamado Sociedade... preste atenção... dentro do sistema chamado sociedade... nós temos agora... garantidos os direitos sociais... que primeiramente estão no topo... a educação... e aí novamente decidiram precisamente que depois deveria vir o quê?

n. saúde...

(...) posteriormente...

o. trabalho...

(...) trabalho... como é que eu consigo sobreviver sem o trabalho?...

p. roubando...

(...) roubando?... de novo?... ()... (...) o quarto ponto é a moradia... posteriormente... lazer... a gente nem imagina que é garantido em lei... lazer?... e o que é que a gente tem quando se fala em lazer?

q. piscina...

(...) tem?

r. tem... tem... ((múltiplas vozes ao mesmo tempo))

(...) gente... vamos voltar?... posso?

s. pode...

(...) O que é lazer pra vocês?

t. lazer? ()

(...) lazer é algo que nos dá prazer... em Guarabira... a gente... graças a Deus... nós temos sim... deveria ter mais?... deveria... certo?... um dos pontos que a gente poderia trazer que... automaticamente... é cultural... é religioso e chama o Memorial Frei Damião... e que pode dizer que esse ponto turístico é lazer... porque ninguém pode dizer que não é lazer porque é... então... é uma garantia... que precisa ser implementada sim... ampliada sim... mas também não é algo que não tenha nada... tem sim... aí ele tava recordando... eu tava lembrando... ele falou bem... foi ele ou foi ele... nós também temos uns parques... eu falei é uma garantia... aí depois eu repeti... é mesmo... essa praça é... próxima à secretaria... tem mesmo alguns parques...

u. professora... sabe o canal?... não tem a pista do skate... ali?... aí eu queria dizer que eles têm que cuidar também... a gente tem que tomar cuidado... mas eles têm que cuidar também... porque tá malfeita.

(...) é verdade... () (...) prestem atenção... senão não vai entender... vamos lá... segurança... nós estamos na segurança... um direito social... é garantido? é... isso aqui é legalizado...

v. a segurança não é garantido...

(...) porque é enorme... gente... o nosso estado... nós temos diversos tipos de segurança... é polícia militar... é polícia civil...

w. mas mesmo assim você vê nego morrer...

(...) é aquele tipo de coisa... preste atenção... existe a garantia... o governo tem o período como ela falou... de assegurar o que está previsto na lei... de fato... através desse amparo todinho... polícia militar... polícia civil... Ministério Público... nós temos sim a segurança... agora o que acontece... é impossível contornar em meio a essa gama de criminalidade... presente dentro do sistema... chamado social... fazer esse contorno 100%... porque o aparato ainda chega a ser o quê?... pouco ou deveria haver outra forma de incentivar ou financeiramente... ou através de titulações... ou através de formações mesmo... com esse aparato... mas a segurança ela é garantida na lei... e ela de fato acontece... agora só que a gente vê que ainda tem... não consegue tomar um... porque o sistema é enooooorme... e acontece o que essa quebra do sistema porque o aparato de segurança pública é um subsistema que se apoia no sistema... tá entendendo?... então ele não consegue... não comporta com toda essa bagunçeira que fazem... porque é grande demais... certo?... nós temos aqui como sétimo a previdência... aí eu falei pra vocês que na... aqui é o oitavo... esse é o nono e esse é o décimo... mas eu vou falar do que de fato é o sétimo... que vem aqui ó... pertinho de segurança porque praticamente é quase sinônimo e chama proteção...

x. e a segurança não já é o mesmo que proteção...

(...) isso... mas a legislação achou por bem colocar segurança e proteção... certo?...
()... (...) nono e décimo... primeiro?... deixa eu perguntar pra vocês agora... eu falei numa linguagem bacana?...

y. sim...

(...) se eu fizesse um outro... só que numa linguagem mais difícil vocês não entenderiam... porque antes de ser estudante de Direito... a Professora Elciane disse que eu tinha... um jeito bacana e não é assim ó... formado dessa forma... eu sou há dezesseis anos... formada como Professora de Língua Portuguesa... fiz o curso de Letras... na UEPB... Guarabira... Campus III... posteriormente... eu fiz Pedagogia... seguida de duas pós... uma se chama Supervisão Educacional... isso quer dizer que eu gosto de fazer análise... eu gosto... o meu foco é análise... aí o que acontece... Letras... depois vem Pedagogia... aí dentro de Pedagogia... eu fiz duas ramificações... que são duas especialidades... quem tem Supervisão Educacional... só trabalha em Supervisão quem gosta de observar... com o objetivo de quê?... de colaborar... o que o outro não tá conseguindo enxergar... você acompanha... enxerga... e vai lá juntinho do outro para colaborar... dentro dessa ramificação eu tenho outra pós-graduação que se chama Psicopedagogia Institucional... só que eu sou muito inquieta... eu achei que eu tava muito fraca... possuir uma Institucional e não ter uma clínica... Porque eu achei... como eu sou uma Psicopedagoga só pela metade?... eu só posso escutar meus alunos dentro da escola... e eu pensei bem... quando a gente vem pras escolas... a gente tem algumas crianças que elas precisam de uma atenção especial porque são bem... hiperatividade... alguns são autistas... mas eu não posso fazer muito por eles porque eu sou só Psicopedagoga Institucional... então... eu vou voltar para o curso de pós-graduação em Psicopedagogia e vou complementar... fazendo também a parte clínica porque se eu precisar... eu posso também atender diretamente... dizer o que de fato o aluno tem... a criança... o jovem... o senhor... a senhora... o velhinho... bem com que assim... eu não posso dar um diagnóstico... eu não posso dar um laudo... eu vou dar uma hipótese diagnóstica e vou encaminhar ao Psiquiatra... ao Psicólogo... ao neurologista... fonoaudiólogo... aonde for necessário... e como é maior a curiosidade da Professora Alcidema... que já foi graduada duas vezes... especialista duas vezes... achou por bem fazer também o curso de Direito... e vocês sabem que quem é curioso não vai parar no curso de Direito... de jeito nenhum... vou continuar... não sei se vou fazer um doutorado... mas gestão passada o Mestrado entre três áreas... uma se chama trabalhista... outra se chama penal... e a terceira se chama Direitos Humanos... por que?... Direitos Humanos trabalha com todos nós... Direitos Humanos é a universidade que contempla a minha área de Educação e a minha área de Direito... Por isso que eu estava pensando...

z. professora... a área de criminalista é para trabalhar com aquele negócio que procura pistas é?... eu esqueci...

(...) não... não... mas por que eu fiz isso comigo?... o meu amigo aqui... no início... me provocou com uma pergunta... ou melhor... ele não fez uma pergunta... ele fez uma afirmação... disse todos os políticos são corruptos... e eu quero fechar a nossa palestra... fazendo um paralelo com a palavra que ele falou porque eu sou inteligente e deixei essa palavra para o final... ele falou o meu amigo aqui que... prestem atenção... os políticos... todos... roubam... ele disse os políticos todos roubam... primeiramente... o que é político?... o que é Constituição?... e o que é roubar?... ah eu tenho que fechar minha palestra agora com chave de ouro... eu peguei essa sua palavra comigo para fechar minha palestra... olha só... que eu não vou sair daqui sem que vocês saibam disso... nós estamos aqui diante da

Constituição Federal... e é lei... preste atenção... se é lei... é estatuto... o que é ser estatuto?...

a. é tipo os seus direito e deveres...

(...) sobre o que isso aqui é estatuto... é seu?... é nosso?... a Constituição é então o Estatuto... porque é lei... olha o que é sério o que ele falou... gente... Constituição Federal. Ele falou que todos os políticos roubam.

b. ah... mas essa é uma opinião dele... né?...

(...) se eu disse a vocês que a Constituição é Estatuto...

c. então... professora... ele não pode falar que todos os políticos roubam... pra ele falar isso... ele tem que ter a prova... se ele não tiver a prova ele pode ser acusado de...

(...) Estatuto Jurídico... é o estatuto jurídico... por que lá está expresso o que... os nossos direitos e as nossas garantias fundamentais... então a Constituição Federal é o Estatuto Jurídico do Político...

d. mas professora... foram mais de milhões e milhões de pessoas presas... não param de ser presas não...

(...) se vocês compreenderem fazendo um paralelo com o que ele falou... isso aqui já valeu toda a palestra... é assim como uma hipótese... ele falou todos os políticos roubam... você não se encaixa aqui como político não?...

e. eu me encaixo como cidadão...

(...) e quando eu exerço a minha cidadania... eu não passo a ser integralmente um político... não?...

f. de certa forma... mas não é um político como eles... não é... professora?... eles têm mais direitos do que a gente...

(...) quer saber de uma coisa?... vocês vão dizer aqui que conhece alguma pessoa que está desempregada... olhe o que ele falou... eu estou fechando a minha palestra com esta frase aí... dizendo que a Constituição Federal é o Estatuto Jurídico do Político... prestem atenção... eu não quero que vocês saiam com dúvidas... a Constituição Federal que vocês estudaram um monte de coisas nessa manhã... ela é o Estatuto Jurídico do Político... é jurídico porque contém as garantias de direitos e deveres fundamentais... certo?... mas ela é Estatuto jurídico do POLÍTICO... e quem é o político?... sou eu... é você... é a professora Elciane... não é só aquele pessoal que tá lá... deputado... vereador... senador... porque eles são nossos representantes... e vocês se esqueceram disso... então se ele está nos representando como político é porque eu também sou político... por que eu sou político?... porque eu sou cidadão... e os verdadeiros cidadãos... eles reivindicam os seus direitos... os verdadeiros políticos são os verdadeiros cidadãos que a gente quem elege pra eles tá lá... mas olhe o que você falou como foi perigoso...

g. mas não é culpa minha não... professora... porque eu acho que quem tá lá... que está no poder é que rouba... se eu estivesse no poder... eu ia roubar...

(...) deixa eu falar uma coisa para vocês... essa fala dele...

h. eu não tô dizendo que é... eu tô falando a minha opinião...

(...) essa fala que ele afirmou... ela é muito... é... o que que eu digo a vocês?... extremista... muito ampla... por que?... quando eu digo que todos os políticos roubam... se eles estão roubando... eu indiretamente também estou roubando... pois eu dei a ele a oportunidade de estar lá...

i. mas e quem não vota em quem está lá?...

(...) então... resumindo... o que eu quero falar pra vocês... em linhas gerais... nós temos a Carta Magna que é a lei maior... a Constituição que nos dá nossos direitos e deveres... garantias... mas nós utilizamos a Constituição pouco demais na

atualidade... nos nossos dias... o que a gente tá falando é que não conhece os nossos direitos... certo?... então... fazem o que querem com a gente... é isso que eu tô querendo dizer pra vocês... tá?... fazem o que quiserem... porque eu como cidadão... eu que tenho direito hoje a votar... eu vou lá na urna e antes de votar eu não faço uma análise... e eu que coloco o político lá... então eu também me encaixo nesta afirmação que boto no quadro... a Constituição Federal é o Estatuto Jurídico do Político... sim... porque eu como cidadão tenho que observar qual é o político que eu estou colocando lá... porque ele vai ser meu representante legal... porque assim está expresso na Constituição... certo?... então trago essa palavrinha de um grande jurista... que a Constituição é isso... Estatuto... Jurídico porque está expresso como legal... a lei maior... com seus direitos e deveres... mas é político porque eu como cidadão tenho acesso... eu tenho acesso à Constituição... eu preciso saber o mínimo que tem nessa Constituição para fazer o quê?... participar após... porta voz política mesmo... quem diz que não gosta de política está altamente errado... nós devemos... nós brasileiros... nos apaixonar pela política... certo?... não a politicalha... não a política partidária... mas a política expressa na Constituição... que é a política de direitos e garantias fundamentais... entenderam?... entenderam ou não?...
(aplausos)

APÊNDICE O - ATIVIDADE REFERENTE À ETAPA DE SEGUNDA INTERPRETAÇÃO

DIALÉTICA

Texto:

... nunca pretendi colocar em risco a vida das pessoas. Fui incompreendido... todos tinham sede de matar, para afirmar mais a vitória e senti-la bem na consciência, acham que sou assim? Nunca desejei a morte de ninguém, quando descobri dentro de mim muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade... percebi que nem a pátria física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia, a que existia de fato, era a do Tenente Antonino, a do doutor Campos, a do homem do Itamarati.

...eu recebi um telegrama desse cidadão, que dizia: Floriano, Peça Energia. Sigo Já. E eis, que certa vez ele se apresenta em meu Gabinete pronto para ajudar na manutenção da ordem pública. E se mantém fiel durante o movimento. Porém, após a vitória, ele desvia seus interesses para defender os inimigos, os traidores, aqueles que colocaram em pé de guerra a nação brasileira. E escreve-me uma carta, onde consta o teor da denúncia.



1. O que representa a situação comunicativa acima?

2. Quais as personagens receberam destaque na cena? Indique a posição de ambos.

3. Você estudou que aquilo que dizemos pode ser usado contra ou ao nosso favor. Identifique nas falas das personagens, trechos que podem ser usados pela acusação e pela defesa de Policarpo Quaresma.

a) Na fala de Floriano Peixoto	
Acusação:	Defesa:
_____	_____
_____	_____
_____	_____
b) Na fala de Policarpo Quaresma	
_____	_____
_____	_____
_____	_____

APÊNDICE P - EXPANSÃO

PLANO DE AULA

Objetivos específicos:

- Planejar a atuação individual no júri-simulado;
- Apresentar para a comunidade os aprendizados decorrentes da execução da pesquisa.

Conteúdo:

- Romance: Triste fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto;
- Constituição Federal.

Metodologia:

- Após a entrevista realizada anteriormente, cada grupo planejará sua atuação no júri-simulado. Para isso eles receberão a seguinte atividade:
Selecionem os acontecimentos considerados mais graves e submeta-os a julgamento – dramatização, com personagens e juízes vestidos a caráter. A professora dividirá a turma em várias equipes, uma para cada função do julgamento. Haverá, assim, a equipe do promotor, a equipe da defesa, a equipe dos jurados, a equipe da assistência (comunidade escolar). Apenas o juiz, a testemunha e a personagem a ser julgada são constituídas por um único aluno. Todos devem estudar suas tarefas antes do julgamento, inclusive com o registro escrito dessa preparação.

Tempo estimado: 4 horas-aula.

Avaliação: Avaliar o desempenho dos alunos durante suas apresentações no júri-simulado.

APÊNDICE Q - FOTOGRAFIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA, EM ALGUMAS ETAPAS DA SEQUÊNCIA EXPANDIDA

ETAPA DE MOTIVAÇÃO



ETAPA DE INTRODUÇÃO



ETAPA DE LEITURA (FORMAÇÃO DE GRUPOS NOS INTERVALOS DE LEITURA)



ETAPA DE LEITURA (FORMAÇÃO DE GRUPOS NOS INTERVALOS DE LEITURA)



Mural: Nos trilhos da ficção: Uma Viagem ao Rio de Janeiro do Séc. XIX



ETAPA DE CONTEXTUALIZAÇÃO PRESENTIFICADORA



ETAPA DE EXPANSÃO



CONVITE DA ETAPA DE EXPANSÃO

ETAPA DE EXPANSÃO

